

II

PRÊMIO

Jonathas Salathiel

DE Psicologia e Relações Raciais



“Nunca é tarde para voltar e
apanhar aquilo que ficou atrás”



[Sankofa, símbolo Adinkra]

II

PRÊMIO

Jonathas Salathiel

DE Psicologia e Relações Raciais



 **CRP SP**

*“Nunca é tarde para voltar e
apanhar aquilo que ficou atrás”*



(Sankofa, símbolo Adinkra)

II

PRÊMIO

Jonathas Salathiel

DE Psicologia e Relações Raciais

Conselho Regional de Psicologia SP - CRP 06
São Paulo • 2022 • 1ª edição

Conselho Regional de Psicologia São Paulo - 6ª Região

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89 - Jd. América

05410-020 - São Paulo/SP

Fone: 11 3061-9494

Subsedes CRP SP

Alto Tietê - (11) 2378-0326

Assis - (18) 3322-6224 ou (14) 3322-3932

Baixada Santista e Vale do Ribeira - (13) 3235-2324

Bauru - (14) 3223-3147 ou (14) 3223-6020

Campinas - (19) 3243-7877

Grande ABC - (11) 4436-4000 ou (11) 4427-6847 ou (11) 4990-7314

Ribeirão Preto (16) 3620-1377 ou (16) 3623-5658

São José do Rio Preto - (17) 3235-2883

Sorocaba - (15) 3211-6368

Vale do Paraíba e Litoral Norte - (12) 3631-1315

C755p Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
II PRÊMIO Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais
Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2022.
Acesso Remoto (www.crpsp.org.br)

ISBN: 978-65-87764-23-8

1. Psicologia- Racismo. 2. Relações Raciais. 3. Sofrimento Mental. 4. Jonathas Salathiel.

I. Título

CDD 150

XVI Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região · CRP SP (Gestão 2019-2022)

Diretoria

Presidenta | Ivani Francisco de Oliveira (CRP 06/121139)
Vice-presidenta | Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)
Secretária | Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)
Tesoureira | Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/ 66501)

Conselheiras/os

Ana Paula Hachich de Souza (CRP 06/74115)
Beatriz Borges Brambilla (CRP 06/98368)
Clarissa Moreira Pereira (CRP 06/85338)
Edgar Rodrigues (CRP 06/29843)
Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)
Emanoela Priscila Toledo Arruda (CRP 06/107551)
Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)
Julia Pereira Bueno (CRP 06/132236)
Jumara Silvia Van De Velde (CRP 06/7616)
Lauren Mariana Mennocchi (CRP 06/90668)
Lilian Suzuki (CRP 06/27810)
Luana Alves Sampaio Cruz Bottini (CRP 06/69979)
Maria da Glória Calado (CRP 04/33194)
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri (CRP 06/59560)
Maria Rozineti Gonçalves (CRP 06/39077)
Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)
Mônica Marques dos Santos (CRP 06/68930)
Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)
Raizel Rechtman (CRP 06/115233)
Rita de Cássia Oliveira Assunção (CRP 06/41621)
Rodrigo Toledo (CRP 06/90143)
Sarah Faria Abrão Teixeira (CRP 06/132287)
Sulamita Jesus de Assunção (CRP 06/115531)
Tatiane Rosa da Silva (CRP 06/122671)

Expediente

II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais

Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas

Annie Louise Saboya Prado
Bruno Simões Gonçalves
Caroline Cusinato
Cibele Sanches
Gabriela Alvim de Oliveira Freitas
Eduardo de Menezes Pedroso
Emanoela Priscila Toledo Arruda
Franklin Felix de Lima
Ione Aparecida Xavier
Ivani Francisco de Oliveira
Juliana Cristina Bessa
Larissa Correia Nunes Dantas
Luana Alves Sampaio Cruz Bottini
Luciane de Almeida Jabur
Marcia Cristina Schwarz Mendes
Maria da Glória Calado
Maria Orlene Daré
Maria Rozinetti Gonçalves
Maria Sueila da Silva Ferreira
Mônica Cintrão França Ribeiro
Mônica Marques dos Santos
Rafael Cislinski
Ricardo Gasolla
Sulamita Jesus de Assunção
Talita Fabiano de Carvalho
Tatiane Rosa da Silva
Telma Abrahão

Comissão Organizadora do II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais

Maria da Glória Calado
Mônica Marques dos Santos
Ana Tereza Da Silva Marques
Luiz Henrique Lourenço Santos das Dores
Ivani Francisco de Oliveira
Igo Ribeiro
Rosimeire Ferreira
Jaqueline Camargo Brisola
Hidely do Nascimento
Ariane Laurindo

Comissão de Pareceristas do II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais

Maria Sueila da Silva Ferreira
Nilma Renildes da Silva
Samira Regina da Silva Araujo
Bruno Correia da Mota
Winnie Nascimento dos Santos
Carlos Eduardo Mendes
Sandra Regina Ramos Braz
Luana Ribeiro Lima
Maria Célia Malaquias
Rosália Maria Rodrigues de Campos
Mara Aline de Campos dos Santos
Cinthia Cristina da Rosa Vilas Boas

Comissão de Comunicação

Coordenação de Relações Externas: Tiara Vaz Ribeiro
Assessoria: Nathalia Barbosa dos Santos
Divulgação: Guilherme Garcia da Silva
Redes Sociais: Jaqueline Melo da Silva
Web Design: Adolfo Barros Benevenuto e Rodolfo Lima Morandi
Estagiárias: Thamara Lima Barboza e Júlia Gonçalves Sanchez

Equipe de Eventos

Sérgio Valério Toledo Pinto
Jeferson Geraldo Rodrigues
Marisa Maria da Silva Maruyama

Organização da Publicação

Carolina de Mendonça Rodrigues Silva
Guilherme Garcia da Silva
Aline Oliveira da Silva

Revisão

Lúcia Carolina

Diagramação e projeto gráfico

Paulo Mota

Realização

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP)
Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os
e Pesquisadoras/es (ANPSINEP)
Sindicato das/os Psicólogas/os do Estado de São Paulo (SinPsi)

Entidades parceiras

Amma Psique e Negritude
Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
(CEERT)

Agradecimentos

Continuidade, resistência, construção cotidiana. Essas palavras caracterizam tanto a organização do II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais como também a atuação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) em 2021. Ao promover um espaço de reconhecimento, debate e acolhida, a instituição também busca combater o racismo estrutural que ainda se faz tão presente nas diferentes esferas da sociedade.

O primeiro agradecimento é direcionado a Jonathas José Salathiel da Silva. O homenageado deste prêmio destacou-se por ter sido um psicólogo, colaborador e conselheiro do CRP SP dedicado à luta contra a discriminação racial e aos estudos sobre os efeitos do racismo na saúde mental da população negra. Falecido em 2015, foi idealizador do caderno temático n.º 14 “Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para a Psicologia”, implementou oficinas internas sobre racismo institucional e mostrou a centralidade da questão racial para a construção de uma sociedade melhor.

Com uma trajetória sólida e consolidada que, por sinal, não se iniciou nesta gestão, o CRP SP e outros conselhos de Psicologia pelo país têm feito contribuições relevantes na luta contra o racismo. Em âmbito federal, um dos principais exemplos é a Resolução CFP n.º 018/2002, que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial, tais como não exercer ações que favoreçam discriminação ou preconceito de raça, não ser conivente nem omissa/o quanto ao cri-

me de racismo, não reforçar estigmas e estereótipos em relação ao tema, nem contribuir com culturas institucionais discriminatórias.

Em um país ainda marcado e ferido pelo mito da democracia racial e pela dificuldade em se reconhecerem os privilégios da branquitude, a existência de leis, resoluções ou outros instrumentos escritos não é suficiente para superar tantas negações e dores. Desse modo, iniciativas como o Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais, cuja primeira edição foi em 2018, ganham relevância ao reconhecerem iniciativas antirracistas no âmbito da Psicologia. Além disso, o CRP SP também tem promovido campanhas, seminários, debates e outros formatos de premiação a fim de reconhecer a atuação antirracista.

Cada minuto dedicado ao evento e à luta antirracista na Psicologia é uma semente para um futuro efetivamente mais justo, igualitário e com mais saúde mental. Desse modo, o CRP SP, agradece imensamente a cada pessoa que se dedicou para que a segunda edição do Prêmio Jonathas Salathiel, desde o projeto até a sistematização deste material que você, leitora/leitor, está lendo. Manifestamos nossa imensa gratidão às/aos premiadas/os cujos trabalhos e atuações têm feito diferença no cotidiano e também concretizam o significado do símbolo Adinkra Sankofa: “Nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás”. Agradecemos também à Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es (ANP-SINEP) e ao Sindicato das/os Psicólogas/os do Estado de São Paulo (SinPsi). Fazemos ainda um agradecimento muito especial à família de Jonathas Salathiel, por todo apoio e participação.

“As pegadas das pessoas que andaram juntas nunca se apagam.”

Provérbio Congolês



***“Nunca é tarde para voltar e
apanhar aquilo que ficou atrás”***

(Sankofa, símbolo Adinkra)

Sumário

16 Apresentação

Categoria Psicólogas/os

20 **Monica Feitosa Santana**
Ife Hub: Uma tela de Afeto, Aconchego & Partilha de Amor

38 **Anderson dos Santos**
Saúde Mental, Memória e Direção do Tratamento: notas para uma clínica antirracista

64 **Graziela de Oliveira Souza**
Psicóloga Negra e Criança Negra: Estudo de Caso de Atendimento Psicológico On-line

Categoria Estudantes

78 **Denise Barrozo de Paula**
Sofrimentos psicológicos oriundos do racismo: Reflexões dentro da Psicologia

92 **Silas Eduardo Lindolfo**
Esquecimentos Discursivos e Branquitude Ideológica: Diálogos entre Discurso, Racismo e Processos de Subjetivação

108 **Suellen Cristhina Cintra**
O racismo como sofrimento ético-político e a importância de uma Psicologia antirracista

Categoria Relato de Experiência e Criações Artísticas

- 132 **Debora Nascimento Santos e Elisângela Pereira de Lacerda**
Nosso rosto e atuação se transformou em total poesia
- 138 **Eloisa Naiara de Almeida**
A menina que cultivava “Girassóis”
- 152 **Elisabete Aparecida de Oliveira Cordeiro**
A cor da resistência

Categoria Formadoras/es

- 156 **Simone Gibran Nogueira, Iana Lopes Alvarez, Brenda Fernanda Pereira e Poliana Sales Estevam**
Psicologia & Africanidades: experiência online de educação para relações étnico-raciais a partir de psicologia afrocentrada
- 171 Homenagem



Apresentação

Neste livro, a Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas do CRP SP, que representa a continuidade da atuação do conselheiro Jonathas José Salathiel da Silva (*in memoriam*), reúne e apresenta os trabalhos selecionados no “II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais”, realizado em 2021.

Os objetivos do Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais são estimular a produção de artigos da área de Psicologia, assim como criações artísticas das mais diversas linguagens (fotografia, imagens, poesias, músicas, entre outras), a respeito da violência causada pelo racismo e dar visibilidade para a produção em saúde mental e relações raciais. O Prêmio foi construído em associação com a Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es (ANPSINEP) e o Sindicato das/os Psicólogas/os do Estado de São Paulo (SinPsi). O evento, sobretudo, expressa a gratidão da Psicologia no Estado de São Paulo ao trabalho incansável de Jonathas José Salathiel da Silva, grande colaborador, amigo e conselheiro, para a construção de uma profissão comprometida com a igualdade racial.

Em 2021, o prêmio recebeu 32 trabalhos que foram distribuídos em quatro categorias: **psicóloga/o** (psicólogas/os com inscrição ativa no Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP SP); **estudante** (estudantes de graduação matriculadas/os em curso de Psicologia reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), no Estado de São Paulo); **relato de experiência e criações artísticas** (pessoas psicólogas/os ou não, que comprovem suas criações artísticas ou suas experiências e toda mobilização referente ao tema das relações raciais) e **formadoras/es** (cursos ou professoras/es que ministrem disciplinas, no estado de São Paulo, referentes ao tema das relações raciais).

Entre as dez iniciativas premiadas, estão trabalhos que abordam temáticas como afeto, memória, estudos de caso de atendimento psicológico on-line de crianças negras, sofrimentos psicológicos e ético-políticos, esquecimentos discursivos, branquitude ideológica e obras artísticas, a exemplo de poesias. Devido ao número de trabalhos concentrados nas categorias Psicólogas/os, Estudantes e Relato de Experiência e Criações Artísticas, foram premiados três trabalhos em cada uma, ao invés de dois. Por sua vez, a categoria formadoras/es contou com uma premiação. Os materiais submetidos ao prêmio demonstram dedicação, empenho e rigor das/os profissionais comprometidas/os com a luta antirracista e com a promoção da saúde mental da população negra, frequentemente negligenciada ou minorizada pelo âmbito científico na produção de conhecimentos ao longo da história.

Inspirada por Jonathas Salathiel, a Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas reconhece a existência do racismo na sociedade brasileira, os impactos psicológicos e sofrimentos que este fenômeno causa, bem como se propõe a enfrentá-lo também no âmbito dos debates teóricos, técnicos e políticos a fim de lograr uma atuação psicológica efetivamente antirracista. As bases de atuação são a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, Constituição Federal, o Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o e a Resolução n.º 18/2002 do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial. No cotidiano, a comissão assessora e executa decisões do CRP SP em temas de defesa dos direitos humanos vinculados ao compromisso ético-político e princípios éticos da Psicologia, além disto, na identificação e elaboração de estratégias para a reflexão sobre o sofrimento ocasionado pelo racismo e pelo preconceito, bem como na execução de ações de combate à discriminação racial por meio da construção de conhecimentos e reflexões sobre o tema, a fim de se conquistar a eliminação do racismo que atinge diferentes grupos étnicos, estas são atuações da comissão.



Categoria
Psicólogas/os

***Ife Hub:**

Uma tela de Afeto, Aconchego & Partilha de Amor



Monica Feitosa Santana

* 'Ife' é uma palavra do idioma Iorubá que significa 'amor'.

**Odo Nnyew Fie Kwan, Adinkra da imagem à direita do nome do projeto onde foi desenvolvido este trabalho. O significado do Adinkra é o subtítulo deste trabalho.

Resumo

O racismo institucional¹ enquanto prática social tem mantido excluídos segmentos que integram a maioria da população do país: as mulheres negras. No ambiente da tecnologia, tal processo pode ser ainda mais perverso posto que a invisibilização é acentuada no contexto global atual de modernização e digitalização do mercado de trabalho. Isto afeta diretamente a inserção social e conseqüentemente, as relações sociais interpessoais destas mulheres. Assim, o trabalho de uma instituição que visa fomentar a inserção de mulheres negras no mercado da tecnologia ganha relevância ao identificar a necessidade de promover um espaço de escuta e reflexão para o autocuidado em saúde mental destas mulheres, por meios do que denominamos ‘mentoria psicoterapêutica’: uma metodologia construída por e para mulheres negras visando ampliar o repertório existencial, fomentando o desenvolvimento socioemocional e o acesso e permanência num mercado tradicionalmente segregador: o ambiente da tecnologia. Este artigo relata o percurso e os resultados das ações que possibilitaram às participantes desde aprovação em processos seletivos até ressignificação de experiências negativas vivenciadas durante suas trajetórias pessoais e profissionais, bem como a construção de redes psicossociais de apoio para enfrentamento de dilemáticas relacionadas à pertença a espaços não tradicionais.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Inclusão Digital, Desenvolvimento Socioemocional (DSE), Psicologia on-line.

¹ Racismo institucional pode ser definido como um conjunto de práticas institucionais que são perpetuadas através da história por meio de práticas (nas) relações interpessoais que colocam um determinado grupo étnico-racial como inferior a outro por meio de práticas contundentes e realizadas continuamente, gerando assim mecanismos de exclusão social e adoecimento emocional de uma parcela significativa da população mundial.



Introdução

“O Amor nunca perde o caminho de casa.”

Adinkra do Amor

Com objetivo de desenvolver meu projeto de doutorado, em fevereiro de 2020, ofereci um trabalho voluntário para uma instituição chamada “Minas Programam”, “uma iniciativa criada em 2015 para desafiar os estereótipos de gênero e de raça que influenciam nossa relação com as áreas de ciências, tecnologia e computação. Promove oportunidades de aprendizado sobre programação para meninas e mulheres, priorizando aquelas que são negras ou indígenas.” (extraído de <https://minasprogramam.com/>, acesso em 07 de setembro de 2021). Ao dialogar com a gestora, uma mulher negra inserida na área da tecnologia, propus um trabalho voltado para estimulação cognitiva, e fui surpreendida com o pedido: o que de fato elas precisavam era de um acompanhamento voltado para os cuidados em saúde mental, pois o sofrimento psíquico multifatorial era o motivo pelo qual a maior parte das mulheres negras periféricas abandonavam o curso. Desafiada e intrigada por essa solicitação, escrevi um projeto que teria início em março de 2020, porém fomos surpreendidos com o isolamento social efetivado devido à pandemia de covid-19. Dessa forma, o projeto do qual eu participaria foi suspenso, e não tiveram início as oficinas que eu tanto desejava realizar.

Porém, em novembro de 2020, recebi um e-mail da gerente de projetos de outra organização não governamental, a Olabi.org, me convidando para dialogar sobre a realização de uma mentoria online que a equipe desejava realizar. O foco seria acompanhar mulheres negras e indígenas de um projeto denominado “Pretalab”. Proposto por e para mulheres negras, “A PretaLab é uma iniciativa do Olabi lançada em março de 2017 com foco em estimular a inclusão de meninas e mulheres negras e indígenas no universo das novas tecnologias.” (extraído de <https://www.pretalab.com/>, acesso em 07 de setembro de 2021). O trabalho voltado ao cuidado em saúde mental foi um pedido das próprias alunas participantes do ciclo formativo em tecnologia, um curso voltado para ampliar os conhecimentos das mulheres negras em linguagens de programação

diversas, ampliando sua inclusão no mercado de trabalho. Aceitei o trabalho, desenvolvendo uma ‘mentoria psicoterapêutica’, visando:

- *FORTALECER a [subjetividade] & [identidade] das mulheres participantes do [ciclo formativo] PRETALAB;*
- *COCRIAR [ferramentas] para enfrentamentos de dificuldades do autodesenvolvimento pessoal e profissional;*
- *DIMINUIR o sofrimento psíquico que pode impactar negativamente nos processos cognitivos de aprendizado;*
- *AMPLIAR horizontes existenciais das mulheres, colaborando para autogestão emocional, preparando-as para ocuparem lugares sociais, afetivos e profissionais de maneira eficaz e assertiva.*

Assim, teve início a jornada que culminou neste trabalho cujos desdobramentos nem eu nem as gerentes da organização poderíamos imaginar. Com muita alegria, apresento a você estes caminhos percorridos durante esta jornada até agora. E tenho cada vez mais convicção de que, ao tratar-se de mulheres negras, o amor de fato jamais erra o caminho de volta para casa.

Justificativa

O conhecimento amplo acerca do impacto do Racismo Estrutural na formação da personalidade das pessoas cuja cor da pele é negra nem sempre se traduz em mudanças nas ações coletivas e institucionais para reificar esta realidade. A reificação de estereótipos, como o de que pessoas negras não teriam inteligência para realização de determinados tipos de tarefas intelectuais e o fortalecimento da ideia da corporeidade como única potencialidade da pessoa negra, seja braçal seja ligada à área cultural e/ou artísticas podem produzir impactos negativos na formação da personalidade quando as pessoas escolhem outros caminhos existenciais (PRESTES & VASCONCELOS, 2013). Tais estereótipos podem impactar também negativamente no desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais, intelectuais e emocionais, dificultando a inserção profissional no mercado de trabalho das pessoas negras (CARNEIRO, 2011).



Destarte a criação de diversos mecanismos políticos e institucionais que vão desde políticas públicas de ações afirmativas – como a de cotas raciais – até projetos para desenvolvimento de habilidades e competências técnicas profissionais – como os propostos pelo PRETALAB – nem sempre atingem o objetivo de inserção e/ou mobilidade social das mulheres negras. Isso porque, muitas vezes, estas mulheres carregam em sua vida emocional o duplo atravessamento do racismo com o sexismo, levando-as a construírem autoestima baixa e autoimagem deturpada de si mesmas (OLIVEIRA, 2019). Mesmo quando são detentoras de formação técnica e científica, apresentam dificuldade por não terem desenvolvido **habilidades emocionais e sociais** e, sobretudo, podem não terem **autoestima** e não acreditam possuir capacidade de ocupar determinados postos de trabalho ou lugares sociais (o que a Psicologia denomina como **Síndrome da Impostora**).

Por isto, ações que objetivem **minimizar** ou ainda **eliminar** o impacto negativo do racismo estrutural na formação da personalidade das pessoas cuja cor de pele é negra fazem-se urgentemente necessárias (SANTANA, 2017). E a Psicologia enquanto campo científico dispõe de diversas ferramentas técnicas para isso.

Desta forma, a **eficácia** do trabalho de formação técnica com as oficinas de autoconhecimento voltadas para o autocuidado em saúde mental ampliam a potência do trabalho realizado, pois houve **JUNÇÃO** entre:

Desenvolvimento de habilidades e competências profissionais e desenvolvimento de Inteligência Emocional, tão relevantes no mercado de trabalho global (Goleman, 2000).

Outros **benefícios** identificados na realização deste trabalho foram:

- Oportunizar equilíbrio entre formação técnica e habilidade cognitiva de maneira otimizada, tendo por foco o equilíbrio entre racionalidade e emoções;
- Fortalecer processos mentais de gestão da atenção, melhorando assim o aproveitamento dos cursos.
- Colaborar para a ampliação das habilidades psicológicas como **AUTONOMIA E SEGURANÇA, APRENDIZADO DE NOVAS**

HABILIDADES (*SOFT SKILLS*) E LIDERANÇA, contribuindo para melhora do perfil profissional destas mulheres;

- Desenvolver habilidades estratégicas, tais como: gestão do tempo, relacionamento interpessoal e mediação de conflitos;
- Contribuir para a equidade de gênero e formação de lideranças alinhadas aos objetivos globais da ONU (2017):

“Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.”

Desenvolvimento

Inicialmente, foi proposta uma metodologia que englobava um atendimento individual ao início e ao final do ciclo formativo, que tem três meses de duração. Além disso eram realizados encontros em grupo uma vez por semana, por 12 semanas seguidas, tendo por base a seguinte metodologia:

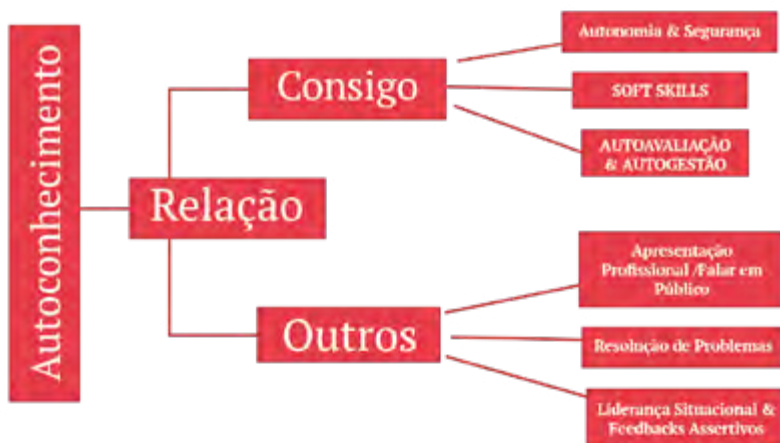


Imagem 1: Metodologia apresentada para iniciar o trabalho. Criação da Autora.



Todas as atividades foram realizadas na modalidade on-line, devido ao contexto da pandemia de covid-19 e porque as participantes eram originárias de diversos estados do Brasil (desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul). Ao final do primeiro ciclo, verificou-se a aplicabilidade dos princípios de teorias diversas da Psicologia sobre trabalhos com grupo. Tendo por base tais teorias foi realizada a seguinte análise psicológica: Modalidades Grupais e Funções na Mentoria. Do ponto de vista técnico, o trabalho realizado inova ao unificar em seus resultados três metodologias de grupo, tendo por base a ciência psicológica:

- *Grupos de Reflexão*: Há a propriedade de um ‘espelho’, onde há uma galeria de pessoas semelhantes que se identificam umas nas outras (ZIMERMAN, 2000). Este modelo alia o caráter de informação e de formação, incentivando a aquisição de atitudes emocionais e desenvolvimento de habilidades.
- *Grupos de Autoajuda*: Método de eficácia amplamente comprovada, estes grupos reúnem pessoas portadoras da mesma categoria de necessidades, no nosso caso, mulheres trabalhadoras do campo da tecnologia que vivenciam sofrimento psíquico devido à influência negativa dos valores institucionais como machismo, sexismo e racismo estruturais presentes nas relações interpessoais. A eficácia deste método deveu-se, sobretudo, por possibilitar que participantes aceitassem e assumissem seus problemas, possibilitando novos modelos psicológicos de identificação positiva, exercendo uma função de ‘continente’ emocional e mostrando às mulheres que elas não estão sozinhas, promovendo bem-estar psicoemocional.
- *Grupos Psicoterapêuticos*: Mesmo não sendo o foco principal do trabalho, o grupo produziu caráter psicoterapêutico por tornar-se um momento no qual as participantes compartilhavam episódios traumáticos – tanto profissionais ou quanto pessoais – e a partir disto

puderam ressignificar as experiências e construir novos métodos psicológicos de ação ante situações-problema. Como produziu bem-estar nas participantes e alterou o comportamento das mesmas após seu término, é possível afirmar que produziu efeitos psicoterapêuticos. Dessa forma, é possível afirmar que o grupo teve **tríplice função**:

Psicopedagógico:

A participação no grupo resultou às participantes ampliar o repertório existencial, modificando comportamentos observáveis por elas mesmas, por meio da aquisição de novas habilidades e competências profissionais, a saber:

- **Colaboração:** aprender a trabalhar bem em grupo;
- **Flexibilidade:** saber se adaptar às mudanças;
- **Trabalhar** sob pressão: gerenciar estresse sem perder o foco;
- **Comunicação eficaz:** ouvir atentamente e se comunicar de maneira clara;
- **Orientação para resultados:** atingir o resultado final da maneira mais eficaz possível;
- **Liderança situacional de equipe:** aplicar conhecimento para motivar e engajar grupos, mesmo quando não se está na posição de chefia;
- **Inteligência estratégica:** capacidade de estruturar ações de modo sequencial, processual e dinâmico;
- **Gestão de tempo:** otimizar o uso desse recurso para realização das atividades laborais e pessoais.

Nas entrevistas finais realizadas com as participantes dos grupos, 12 participantes narraram ter utilizado as competências e habilidades adquiridas em entrevistas de emprego e/ou seus empregos atuais, sendo que seis mudaram o local de atuação profissional dado às atividades realizadas no curso de autoconhecimento. Todas as 54 participantes entrevistadas ao final do curso relatam ampliação no



repertório de competências e habilidades profissionais, tendo inclusive ampliado a aplicabilidade dos recursos emocionais aprendidos no gerenciamento de emoções também da vida pessoal. Os resultados apontam para a eficácia psicopedagógica dos grupos, ou seja: houve mudança no comportamento observável das participantes, mudanças percebidas por elas mesmas.

Psicoterapêutico:

Ressignificação e elaboração de experiências negativas vividas são fundamentais também para manutenção da saúde mental e bem-estar biopsicossocial (PITTA, 1997). Além disso, são escassos os espaços profissionais nos quais pessoas negras têm oportunidade de falar sobre os impactos psíquicos causados pelo racismo (SANTANA, 2017; PRESTES, 2013). Dessa forma, o grupo de mentoria produziu efeito psicoterapêutico por meio do mecanismo de catarse, a saber: por meio da narrativa de histórias vivenciadas por pessoas semelhantes a si, as mulheres puderam enxergar-se a si mesmas nas cenas descritas e produzir novos sentidos e significados psíquicos para as experiências e traumas vividos (Freud, 1914 in ‘Repetir, recordar e Reelaborar’). Dessa forma, por meio do compartilhar as experiências anteriormente vividas, foi viabilizado um espaço seguro para **ressignificação** de sentimentos que atrapalhavam ou mesmo inviabilizavam que aquelas mulheres retornassem/ingressassem no mercado de trabalho. Foi também possível diminuir a sensação psíquica de impotência ante o enfrentamento da ideologia do racismo estrutural, ampliando as possibilidades de empregabilidade dado o fortalecimento da autoestima. Das 54 entrevistadas individualmente ao final dos encontros dos dois ciclos realizados até o momento, todas narraram sentirem-se mais seguras e confiantes ante a psicodinâmica do racismo estrutural presente nas relações interpessoais, devido à construção emocional dos seguintes sentimentos:

- **Identificação:** perceber pessoas semelhantes a si mesma, porém com funcionamento psíquico distinto;

- **Pertença:** fazer parte de um grupo de semelhantes e por eles ser apoiada e emocionalmente nutrida;
- **Potência:** (Re)conhecimento das próprias capacidades emocionais associadas à sua aplicabilidade.
- **Senso crítico:** (Re)conhecer suas limitações sem diminuir-se, visando apenas ao desenvolvimento pessoal;
- **Autorregulação:** Ampliação da capacidade de percepção de si e aplicabilidade de alterações de comportamento funcionais nas relações interpessoais profissionais e laborais;
- **Autoestima:** Destaque para este item, posto que todas as participantes (mesmo as que não foram entrevistadas individualmente ao final do ciclo, narraram durante os últimos encontros que houve uma ampliação no sentimento geral de autoaceitação e de bem-estar subjetivo em relação a si mesma, desde características físicas (como o cabelo e demais caracteres étnicos racialmente lidos pela sociedade como negativos) até suas características de personalidade. Isso afetou diretamente não só as identidades no campo profissional daquelas mulheres, mas também todos os demais campos relacionais de suas vidas (familiar, social etc). Tendo em vista a amplitude do impacto das ações, destaca-se que o caráter psicoterapêutico do grupo foi uma função inesperada que levou as participantes a superarem as expectativas com os encontros, agregando grande repertório socioemocional e auxiliando na melhora da qualidade de vida das mulheres negras participantes dos dois ciclos.

Construção de Rede Psicossocial de Apoio:

As narrativas nos últimos encontros e as entrevistas individuais evidenciam que as participantes consideram o grupo como mais uma de suas redes psicossociais de apoio, ferramenta indispensável para manutenção da saúde mental, sobretudo nos dias atuais (PITA, 1997), tendo em vista o contexto de pandemia (CÔBERO & DA SIL-



VA, 2021). O quadro de isolamento social e a excessiva carga horária de ‘presença digital’ elucidaram sintomas que, muitas vezes, poderiam não ser manifestados caso não estivéssemos num momento de pandemia: ansiedades, sentimentos depressivos e sobrecarga emocional (mulheres, especificamente, precisam lidar com a dupla ou mesmo tripla jornada de trabalho). Assim, os encontros em grupo e a afetividade circulante entre as integrantes possibilitou que fossem desenvolvidas amizades, que as mulheres pudessem apoiar-se mutuamente no enfrentamento das situações do cotidiano e mesmo que criassem uma rede profissional na qual compartilham vagas de trabalho, informam sobre outros cursos e mesmo auxiliam-se mutuamente quando possuem dificuldades no cotidiano de atuação profissional na tecnologia. As integrantes relataram ainda que criaram grupos por meio de aplicativos de mensagens com aquelas participantes com as quais mais se identificaram, gerando amizades com as quais compartilham duas vivências cotidianas de relacionamentos, família e também trabalho. Houve ainda a criação de grupos periódicos, realizados de modo on-line, realizados no mesmo modelo dos encontros de mentoria, mas sem a intervenção do *Pre-talab* e sob a supervisão de lideranças legitimadas pelas integrantes do grupo durante os encontros.

Assim se conclui que o grupo viabilizou a construção de uma rede psicossocial de apoio com a qual as mulheres poderão contar mesmo após finalizarem o curso de capacitação técnica.

É possível explicar tal feito dada a construção de **vínculo**, termo oriundo do latim que significa união, com características duradouras (ZIMMERMAN, 2007). O processo psicológico de construção de vínculo envolve a interrelação entre aspectos:

- **Intrapessoal:** pensamentos e emoções conscientes e inconscientes do indivíduo;
- **Interpessoal:** modo como o indivíduo se relaciona com seus diversos grupos de convivência familiar, institucional e profissional;

- **Transpessoal:** forma como indivíduos e grupos se relacionam com as normas, leis e valores dos demais macrogrupos na sociedade, bem como com os papéis e funções que eles desempenham no contexto sociopolítico cultural no qual estão inseridos.

Com base nos pressupostos científicos citados da Psicologia, conclui-se que a mentoria realizada com o grupo viabilizou acesso à estruturação de redes que melhoram o relacionamento das mulheres consigo mesmas, amplia o relacionamento de umas com as outras e, conseqüentemente, melhora o relacionamento delas com a sociedade, pois além de estruturar a identidade profissional pautada na excelência técnica, viabiliza a formação das *soft skills* e demais habilidades socioemocionais necessárias ao desenvolvimento profissional no atual contexto global.

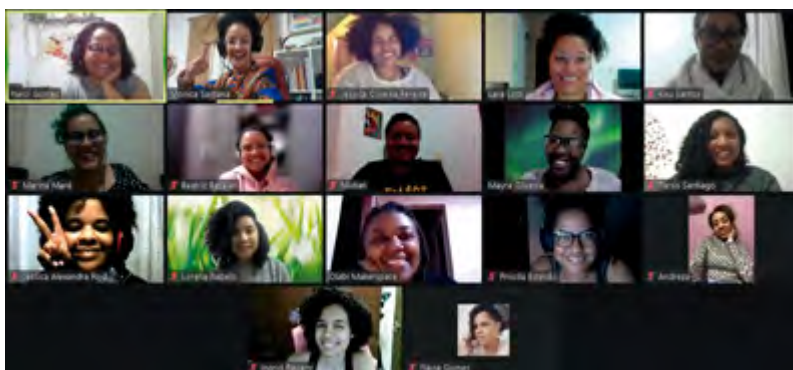


Imagem 2: Participantes do Grupo no último encontro do Eixo de Autoconhecimento. Print de tela realizado pela autora, Julho de 2021.



Psicodinâmica da Exclusão e Inclusão Grupal:

Destarte os resultados positivos, ‘nem tudo são flores’. Tendo em vista a proposta de *construção metodológica* durante a realização dos encontros de mentoria, ou seja, um modelo de atendimento que seria realizado entre esta psicóloga junto à equipe do *Pre-talab* para ‘cocriar’ um modelo de trabalho dado o caráter inovador do mesmo, destaca-se que muitos dos processos ocorridos com o grupo foram inesperados, e precisaram ser manejados durante a realização do trabalho:

- 1) O desejo das participantes em realizar psicoterapia individual com esta psicóloga, fora dos horários de atendimento da mentoria. Foi nítido o quanto as mulheres necessitam de cuidado em saúde mental, dado à ainda dificuldade de acesso aos serviços de psicologia, seja por razões socioeconômicas ou outras.
- 2) Surgiram ainda situações mais complexas, ligadas às questões emocionais de vinculação grupal. Todos(as) conhecemos a inevitável irrupção de fenômenos emocionais presentes na interação grupal, devido aos sentimentos de cada indivíduo entre si e das relações entre os subgrupos formados pelas pessoas participantes de grupos. Isso decorre da lei que está presente em todo e qualquer campo grupal e que consiste na coexistência latente de duas forças opostas: uma de coesão (união) e outra de disrupção, sendo que esta última aparece na forma de sentimentos como rivalidade, ciúme, inveja, luta pelo reconhecimento de poder etc. Sobre este último aspecto, destaca-se que, dado o caráter patriarcal e machista da sociedade na qual todos(as) nós estamos inseridos, existe uma predominância dos modelos de **subjetividade masculinos** nas relações interpessoais, independente do gênero e ou orientação sexual das pessoas envolvidas nas relações interpessoais.

Como a masculinidade é um modelo de funcionamento psíquico privilegiado no mundo do trabalho, a tendência psíquica das mulheres que tem ascensão profissional é de adotar modelos relacionais masculinos, estruturados sobre a lógica da competitividade e submissão das outras pessoas. Nesse sentido, a psicodinâmica do grupo de mentoria seguiu tal lógica, validando e reconhecendo a liderança de mulheres que apresentavam esse perfil emocional durante os encontros.

- 3) Houve ainda, de modo espontâneo e natural, um **afastamento** das mulheres **trans e LGBTQIA+**, bem como de uma participante da região Norte do país. Nesse sentido, o grupo reificou a lógica do ‘incluído cada vez mais incluído e do excluído cada vez mais excluído’, e do ponto de vista psicológico tais ausência não são consideradas ‘coincidências’. Segundo o psiquiatra argelino Franz Fanon, podemos compreender a reificação como o lugar da morte psíquica, pois priva o sujeito da expressão plena de sua potencialidade enquanto ser humano, mantendo a estrutura social de status quo vigente. Podemos realizar essa leitura do fenômeno grupal tanto do ponto de vista do gênero quanto do ponto de vista étnico-racial, tendo em vista uma cultura machista e heteronormativa, bem como regionalismos que favorecem o eixo sudeste do país. Apesar de tratar-se de heranças psíquicas do colonialismo no Brasil, foram pontos observados nas próximas turmas.
- 4) Houve a construção de um processo próprio de dinâmica de grupo, que consistiu no ciclo: *Exposição do tema/ Reflexão Análise/Partilha grupal para assimilação de conteúdo*. Acolhendo sugestões das professoras do curso técnico, houve alteração da metodologia, que passou a ter a seguinte configuração:





Imagem 3: Metodologia Atual da Mentoria. Criação da Autora, 2021.

Conclusão

Com base nos pressupostos científicos já citados da Psicologia, conclui-se que a mentoria realizada com o grupo *evidenciou* aspectos presentes na estrutura social e do mercado do trabalho, produzindo questionamentos acerca da **adequação da metodologia aos objetivos** de inclusão social das participantes e como **ampliar repertórios comportamentais** dos modelos relacionais.

Desenvolvimento socioemocional associado ao cuidado da saúde mental, sem sombra de dúvida são temas caros à Psicologia na busca por uma sociedade mais Ética e diversa. Operacionalizar a realização deste trabalho num contexto de pandemia, no qual houve um aumento dos transtornos psiquiátricos e de agravos aos problemas em saúde mental, é, sem sombra de dúvida, um traço de *inventividade* no ambiente da tecnologia. Esse método é passível de implementação em diversos outros ambientes institucionais, no Brasil e no mundo.

A mentoria psicoterapêutica tem sido, portanto, ferramenta por meio da qual a expertise das participantes dos ciclos formativos poderá ampliar sua potência competitiva no mercado de trabalho, além de ferramenta para promoção de bem-estar psíquico.

No cenário global de inclusão ligada a gênero, raça e diversidade, este ciclo formativo integra uma série de ações globais que compõem a agenda mundial de transformações relacionais no cenário da tecnologia, integrando as necessidades do mercado às necessidades do ser humano que o compõe, produzindo bem-estar emocional no mundo digital e agregando saberes e potências a um segmento tradicionalmente excluído na sociedade brasileira: as mulheres negras.

Evidenciou-se a tendência de ampliação do impacto quantitativo dado o aumento do número de participantes que ingressaram na turma atual (são 94 mulheres), associado à mudança qualitativa que, por conseguinte, reverbera nas mulheres e nos espaços sociais por elas frequentados. Ponto ganho para a pluralidade e integração ser humano/mundo digital.

Agradecida sou como psicóloga pela oportunidade de realizar este trabalho e por fazer parte desta história. Desejo continuar a ser instrumento para o amor encontrar seu caminho de volta para casa. E que este grupo possa seguir configurando num verdadeiro HUB: termo que na tecnologia designa uma rede com topologia em estrela, anel central ou gabinete de ligações onde todos os circuitos se encontram, formando um caminho elétrico para os sinais. Ou seja: um elo de ligação. Pois como canta o poeta Emicida: “Amar (é) Elo”.





Imagem 4: Encontro final após dinâmica de grupo. Print de tela da Autora, 2021.

Todas as imagens foram publicadas com autorização das participantes. (Por meio de preenchimento de TCLE à empresa OLABI.ORG).

Bibliografia

CARNEIRO, Sueli. A dor da cor. **RACISMO, SEXISMO E DESIGUALDADE NO BRASIL**, p. 63-65, 2011.

COBÊRO, C., & DA SILVA, D. V. (2021). **SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA**. *Revista Científica e-Locução*, 1(19), 4-4.

FANON, Frantz. **PELES NEGRAS, MÁSCARAS BRANCAS**. Rio de Janeiro. Editora Fator. 1983.

GOLEMAN, Daniel. **INTELIGÊNCIA EMOCIONAL**. São Paulo. Editora Objetiva. 1996.

OLIVEIRA, Ivani Francisco de *et al.* **VERSÕES DE MULHERES NEGRAS SOBRE A TRANSIÇÃO CAPILAR: UM ESTUDO SOBRE PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO ESTÉTICA E SUBJETIVA**. 2019.

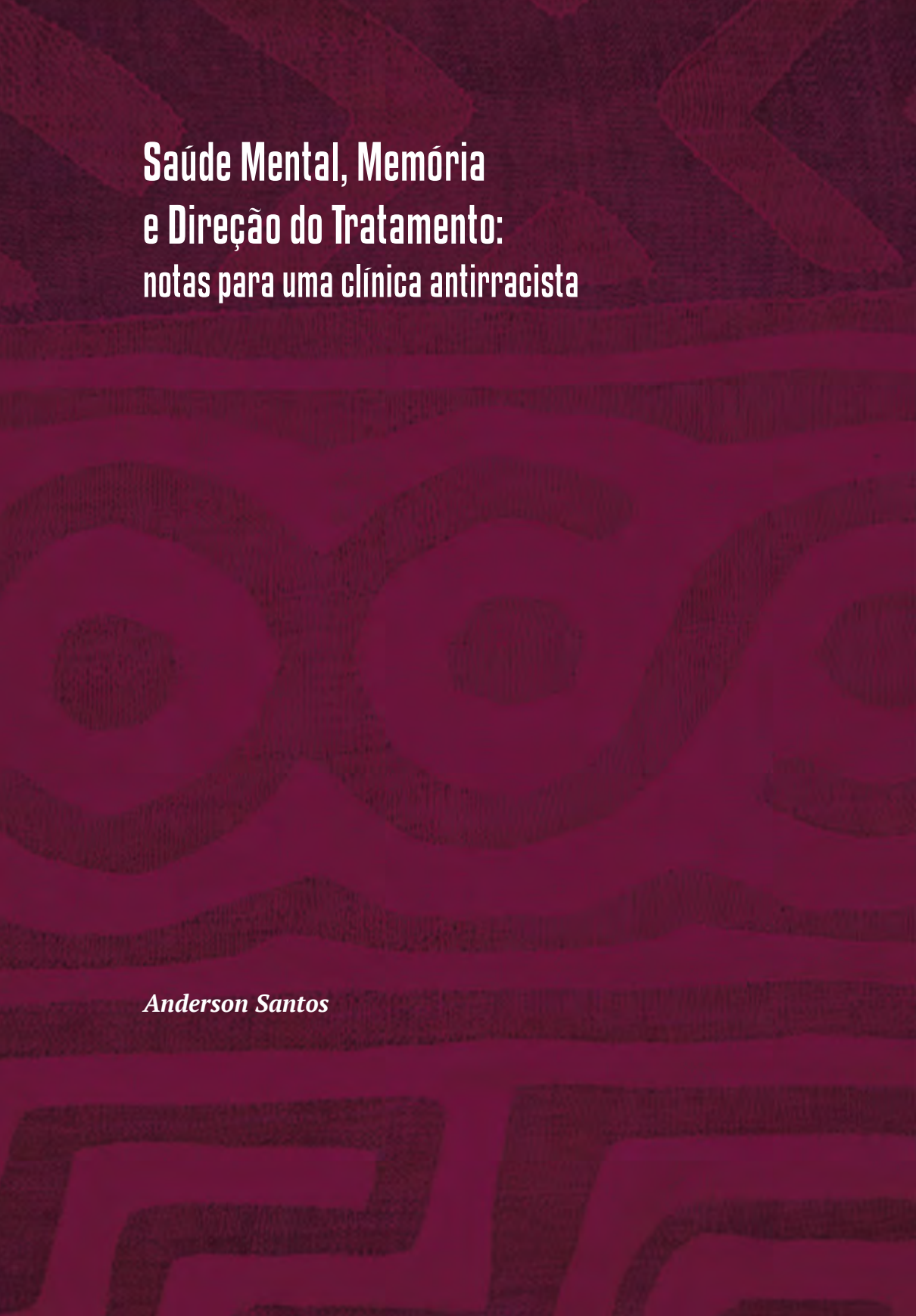
ONU (Organização das Nações Unidas). **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 7 de setembro de 2021.

PITTA, A. **REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL NO BRASIL; HUCITEC; 1997. 158 p.** (*Saúdeloucura (Textos)*, 10). Monografia em Português, P499r.

PRESTES, C. R. e VASCONCELLOS, E. G.. **“MULHERES NEGRAS: RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA ANTE OS EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO RACISMO.”** *Pambazuka News* (2013).

SANTANA, M. F. **MUITO ALÉM DA COR DA PELE: PSICOLOGIA, SAÚDE MENTAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SUZANO, SÃO PAULO**. Diss. Universidade de São Paulo. 2017.

ZIMERMAN, David E. **FUNDAMENTOS BÁSICOS DAS GRUPO-TERAPIAS**. Artmed Editora, 2009.

The background of the cover features a complex, abstract geometric pattern. It consists of various shapes, including circles, squares, and irregular polygons, arranged in a way that creates a sense of depth and movement. The colors are primarily shades of purple, blue, and teal, with some darker and lighter variations. The pattern is dense and covers the entire surface of the cover.

**Saúde Mental, Memória
e Direção do Tratamento:
notas para uma clínica antirracista**

Anderson Santos

Resumo

O objetivo do presente artigo foi apresentar aspectos das questões raciais no Brasil e sua atualidade na Psicologia, destacando os efeitos do racismo sobre o corpo dos sujeitos negros. Assim, a partir de um desenvolvimento ao que concerne o racismo, a memória e a subjetividade humana, traçaram-se perspectivas para um trabalho analítico que estivesse alinhado aos Direitos Humanos e ao seu tempo, ou seja, que contribuísse através da Psicologia para uma clínica antirracista. Para os devidos fins, utilizaram-se como referência teórica autores como Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira, Silvio de Almeida, Maria Lúcia da Silva, e também para pensar a potência do impossível e do futuro para o inconsciente, utilizaram-se como bases a psicanálise de Félix Guattari, Vladimir Safatle e o pensamento de Gilles Deleuze e Henri Bergson. Por fim, o artigo se encerra com as contribuições de Davi Kopenawa, líder dos povos originários Yanomami.

Palavras-chave: Psicologia, Saúde Mental, Memória, antirracismo.



As discussões relacionadas às questões raciais no Brasil vêm se fortalecendo a cada ano no âmbito social: escolas, universidades, serviços de saúde, mídias, entre outras instituições. Ações antirracistas, atos e frentes de luta contra as desigualdades sociais e raciais se proliferam. Contudo, é inadmissível um país historicamente racista como o Brasil continuar negando o racismo, visto que as violências de Estado atualizam um passado escravocrata e mais uma vez produzem marcas no corpo, na memória, na história do sujeito negro. Ainda mais, é inadmissível que uma parcela significativa da população brasileira continue negando a ditadura econômica, civil e militar e seus efeitos presentes até os dias de hoje.

Antes de iniciarmos as reflexões acerca das questões raciais na Psicologia, na Psicanálise e no campo da Saúde Mental, gostaríamos de lembrar que na última década (2010 – 2020) perdemos importantes companheiras/os, assim como a socióloga e vereadora Marielle Franco (2018) e o psicólogo e militante da Reforma Psiquiátrica e da Saúde Mental no Brasil, Marcus Vinicius de Oliveira (2016), bem como outras militantes do movimento negro e lideranças dos povos originários. Essas pessoas foram assassinadas/os pela violência de Estado, por um sistema que continua perseguindo aqueles/as que se prestam a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Outro grande nome a ser lembrado é Jonathas José Salathiel da Silva, foi psicólogo, trabalhador na área de saúde pública e militante de movimentos populares que discutiam acerca das questões de raça e etnia, e que veio a falecer por questões de saúde. Sua trajetória também foi marcada pelos enfrentamentos à discriminação racial em nosso país e na Psicologia. Diante de uma luta de anos, ele foi um dos fundadores do Grupo de Trabalho sobre Psicologia e Relações Raciais em 2014, atualmente organizado como Núcleo de Psicologia e Relações Raciais, o qual foi

(...) Instituído no reconhecimento de que o racismo está presente nas relações sociais cotidianas, na necessidade de implicar a prática profissional e ciência psicológica com demandas das relações raciais na singularidade de cada pessoa, nas instituições e nas

comunidades. O núcleo é responsável por assessorar e executar as decisões do CRP-SP em temas de defesa de direitos humanos relacionados ao compromisso ético-político e princípios éticos da psicologia; identificar e elaborar estratégias para a reflexão sobre o sofrimento causado pelo racismo e preconceito; executar ações de combate à discriminação racial contribuindo com o seu conhecimento para reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo e compreendendo que este atinge diversos grupos étnicos (CRP-SP, 2019, p. 13). A noção de transdisciplinaridade é uma aproximação dos campos com o objetivo de produção de um novo saber que supere a imobilidade das divisões dos especialismos disciplinares, não visando a uma estabilidade, porém, um processo de diferenciação cuja tendência não é o equilíbrio.

Embora essas violências estejam postas diariamente nas mídias, ainda existem aqueles que perguntam o que a Psicologia tem a ver com o racismo? Como produzir uma Psicologia antirracista? São questões que retornam e que precisam ser respondidas, tanto para quem desconhece nossa prática, quanto para repensarmos nossos caminhos de luta e cuidado no âmbito da Saúde Mental – sem esquecermos a história e os nomes que deixaram o legado desses combates.

A Psicologia é considerada uma das áreas fundamentais no enfrentamento do racismo e na redução das desigualdades raciais no país. Quando pessoas perdem o direito de pertencimento à sua cultura, como a população negra no decorrer da história colonial e escravista do Brasil, perpassam pelos seus corpos os efeitos psicossociais negativos dessa História. Neste sentido, a Psicologia enquanto ciência e profissão, em conjunto aos setores da sociedade, além de possibilitarem meios para potencializarem o sujeito, fortalecem os direitos humanos, contribuindo para a construção de instrumentos e mecanismos para o enfrentamento da violação dos direitos humanos em nossa sociedade.

Em 2002 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovou a Resolução n.º 018/2002 onde especifica e estabelece normas de atua-



ção para psicólogas/os em relação à discriminação racial. Em 2022, essa resolução terá completos 20 anos, porém ainda havendo uma grande luta adiante por parte dos Sistemas de Conselhos para que o tema do racismo seja introduzido de fato no que tange o conjunto de problemas que são abordados pelas/os profissionais da área de Psicologia. No que concerne os artigos que integram a Resolução n.º 0 18/2002, fica atribuído às/aos psicólogas/os:

Art. 1º – Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo. Art. 2º – Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

Art. 3º – Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

Art. 4º – Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Art. 5º – Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Art. 6º – Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

Em que pese uma das mensagens de maior destaque transmitidas pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) diga respeito a uma Psicologia que esteja presente todos os dias, em todos os lugares, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, encontramos uma formação de

psicólogas/os defasada ao que se refere ao nosso tempo. As áreas da clínica, social, organizacional, escolar, ainda são marcadas por epistemologias brancas, europeias e etnocentradas. Mas se a Psicologia enquanto ciência e profissão está intrinsecamente envolvida nas lutas contra as desigualdades sociais, os preconceitos, as discriminações raciais entre outros temas de imensa importância, colocamos as seguintes questões para este trabalho: onde se encontram as/os psicólogas/os negras/os na Psicologia? O racismo não possui relação com a Psicologia? O racismo não tem relação com a análise? Quais os efeitos do racismo nos sujeitos negros? Como podemos pensar uma clínica antirracista? Quais estratégias de cuidado e reparação das injustiças históricas? O que pode a memória? E para responder a essas questões, ampliamos nosso olhar através de outros campos que dialogam com a Psicologia: como os campos da Antropologia, da Filosofia, quanto da Psicanálise.

Políticas e Projetos

As instituições escolares são consideradas ambientes de formação social e psíquica de extrema importância ao que concerne o desenvolvimento humano, mas, ao mesmo tempo, ainda são parte de um ambiente repressivo, onde se constata desde cedo a desvalorização/inferiorização das raízes negras, seja pela discriminação do cabelo, da pigmentação da pele, da cultura e aqui acrescentamos as diferenças de gênero. Sabemos que ninguém nasce racista, contudo, em uma sociedade racista, o que se produz? Produzimos cada vez mais sujeitos assujeitados, atravessados por uma subjetividade racista, por espaços onde se perpetuam lugares de poder, de violências e políticas de morte.

Há quase 20 anos, foi promulgada no Brasil a Lei n.º 10.639 de 2003, a qual inseriu na Educação brasileira uma política pública de ação afirmativa que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino público e privado. Sob uma perspectiva histórica encontra-se um trabalho capaz de produzir uma diferença no que diz respeito à questão do negro e sua imagem socialmente construída através do âmbito negativo.



Em 2008, a partir da Lei n.º 11.645, também foi incluído no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “Histórica e Cultura Afro-Brasileira e *Indígena*” (destaque nosso). Uma inclusão tardia, mas necessária, pois não podemos pensar em possibilidades de lutas antirracistas sem estarmos aliados às questões dos povos originários. Todavia, apesar da existência dessas importantes leis, até o presente momento não se encontra uma verdadeira efetivação dessa prática nas escolas em sua totalidade. Conforme aponta Kabengele Munanga (2015), além da criação de leis é preciso que seja realizada a fiscalização das mesmas.

Compreendendo a importância que possuem estes estudos para a nossa formação enquanto pessoas, por que este movimento antirracista ainda não apareceu nos currículos de formação em Psicologia? Apresentando brevemente um panorama da história da Psicologia na América Latina, em entrevista ao Conselho Regional de Psicologia, o psicólogo Edgar Barrero (2016) ressalta que, desde a década de 1950, existe na Psicologia uma relação com interesses políticos e ideológicos ligados às potências imperialistas. Barrero (2016, s/p) acrescenta que essa aliança com o imperialismo norte-americano e europeu segue ocorrendo em diversas instituições, porém o que se obteve como resultado desta aliança foi uma “impressionante colonização afetiva, intelectual e relacional cujo impacto mais atroz foi a submissão e a obediência cega frente aos centros de produção teórica dos Estados Unidos e da Europa”.

De acordo com a psicóloga social Lia Vainer Schucman (2020), a Psicologia brasileira, apesar das lutas concernentes aos Direitos Humanos, se envolveu timidamente com questões raciais no Brasil, posto que

Nas grades curriculares das faculdades de psicologia brasileiras raramente encontramos qualquer menção ao tema da raça e do racismo nas disciplinas obrigatórias. A formação de psicólogos ainda está centrada na ideia de uma humanidade universal e de um desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados. Assim como as categorias de classe e de gênero são fundamentais na constituição do psiquismo humano, a categoria raça é

um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade (SCHUCMAN, 2020, p. 30-31).

Em meio a esses debates, outra importante ação afirmativa foi promulgada como política de Estado em nosso país, trata-se da Lei n.º 12.711 de 2012, conhecida como Lei das Cotas, definindo que as Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) e as instituições federais de ensino técnico de nível médio reservem 50% de suas vagas para as cotas. Isso se iniciou primeiramente em universidades e ensino técnico, posteriormente em serviços públicos. Cabe salientar que as ações afirmativas são um direito da população negra e indígena, conquistado pelos movimentos antirracistas que através das mobilizações populares lutaram e continuam lutando frente às políticas de Estado e às formas de dominação colonial e racista que se estruturam no corpo social desde o período da colonização, da escravização do povo negro e indígena.

Os debates em constante movimento são de suma relevância, pois não envolvem somente a população negra e indígena, mas fundamentalmente a sociedade como um todo. Segundo Schucman (2020, p. 30), neste contexto das ações afirmativas sob um recorte racial, surgem questionamentos antigos acerca da população brasileira e suas identidades raciais, como, por exemplo: quem é branco e quem é negro? Mas para além da questão quem é branco ou negro, salientamos uma reflexão acerca do conceito de “pardo”, o qual trata-se do lugar onde colocam os negros de pele mais clara, quando não dizem “moreno”. Lélia Gonzalez (1980/2020, p. 35), antropóloga, filósofa e intelectual que revolucionou o movimento negro, afirma que

os “casamentos inter-raciais” nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos, etc.). Este fato daria origem, na década de trinta, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. [...] O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso País graças ao processo de miscigenação.



Segundo a psicóloga e psicanalista Maria Lúcia da Silva (2021), a política de embranquecimento foi forjada através dessa violência e estupro de mulheres negras, e, portanto, as/os filhas/os nascidas/os desta violência foram nomeadas não como negras, mas como “pardas”. Contudo, acrescenta que a nomeação “parda” não faz sentido, pois isto somente produz um enfrentamento entre nós, “como se o mais claro fosse menos negro”, todavia, afirma que “ele só é menos claro”. Ressalta ainda um fato muito importante: no Brasil, quanto mais escura for a cor da pele, menos mobilidade o sujeito possui. Sendo assim, para alterarmos esse cenário em relação à mobilidade, é preciso realizarmos uma mudança em conjunto, coletivamente, e não o impedimento da mesma.

Em 2020 foi publicado o mais recente *Atlas da Violência*, elaborado em parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Através da análise de dados de nível federal, esse documento constatou que as desigualdades raciais no país obtiveram um aumento significativo entre negros e brancos, dado que a taxa de homicídios de negros no Brasil saltou de 34 para 37,8 por 100 mil habitantes no período entre 2008 e 2018, representando “um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%” (Cerqueira, Bueno, et. al, 2020, p. 47). Vale salientar que, somente em 2018, “68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras” (Ibidem, p. 38) e negros representaram um total de 75,7% das vítimas de homicídios.

Esses altos índices são alarmantes para a nossa sociedade como um todo, demonstram a realidade objetiva de um racismo estrutural que a cada 23 minutos assassina um jovem negro no Brasil, como afirmou o relatório da CPI do Senado realizada em 2016 acerca do assassinato de jovens. Trata-se do genocídio da população negra e de responsabilidade direta do Estado e da sociedade – desde suas ações às omissões. Portanto, diante desses dados, não há como continuar afirmando a falsa inexistência de racismo neste país, como também não é necessário dizer que é um grande desafio tornar visível esta violência racial, a qual é rejeitada pelo Estado e por parte da

sociedade brasileira, visto que somente é possível recusar estes fatos aqueles que desejam se manter em seus lugares de privilégio, ou seja, o lugar da branquitude, com seu sangue racista e colonizador.

Racismo

O filósofo e jurista Silvio Luiz de Almeida traz ao público em sua obra *Racismo Estrutural* (2019) a seguinte tese: o racismo é sempre estrutural, uma vez que integra a organização econômica e política da sociedade. Mas antes de pensarmos em racismo estrutural, cabe descrever um pouco sobre o que é o racismo. Almeida (2019) explicita que “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”, não se trata de uma patologia, mas de uma produção social. O autor apresenta três concepções do racismo: a individualista, a institucional e a estrutural. A concepção individualista é considerada aquela que concebe o racismo como uma “patologia” ou anormalidade, porém é limitada devido ao fato de seu olhar acerca do racismo estar direcionado somente para os aspectos comportamentais dos indivíduos, desconsiderando sua funcionalidade na lei e grupo social. Já a segunda concepção, a institucional, não limita o racismo aos aspectos comportamentais, mas dos efeitos gerados nas instituições, tal como as desvantagens e os privilégios com base na raça, sendo, portanto, os conflitos raciais parte das instituições. Dessarte, Almeida (2019, pp. 39-40) evidencia que

a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

Deste modo, na perspectiva do racismo institucional, o poder é tido como elemento central da relação racial. Ademais, além do racismo se apresentar de maneira sutil entre as instituições, está intrinsecamente ligado a um projeto político, econômico e social.



E por fim, a terceira concepção enunciada pelo filósofo/jurista é a estrutural, esta demonstra como o racismo ultrapassa o âmbito da ação individual e

assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente [...], o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p. 47).

A partir da ideia de racismo estrutural, o autor demonstra como o racismo se encontra nas cavidades políticas e econômicas de nossa sociedade.

Gonzalez (1980/2020, p. 55) foi uma intelectual que se abriu para diversos diálogos com a psicanálise, chegando a considerar o racismo tanto como aquilo que se constitui enquanto uma “sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” quanto como “uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial” e,

na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores (GONZALEZ, 1979/2020, p. 43/44).

Ao refletir sobre o lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais, a autora destaca o quanto este racismo cuja construção ideológica concerne a um conjunto de práticas que toma os corpos negros se perpetua mesmo após a abolição da escravidão, isto é, se concretiza nos diferentes processos de discriminação racial, mantendo privilégios a determinados interesses (GONZALEZ, 1980/2020).

Compreendermos o racismo de maneira ideológica e estrutural em nossa sociedade e em nossa linguagem nos leva a ver além dos atos isolados entre indivíduos ou grupos. Consequentemente somos convocados a estar em uma outra posição frente ao combate ao racismo que atravessa nossa cultura, instituições e corpos. Dito isso, ressaltamos que “por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo” (ALMEIDA, 2019, p. 52). Logo, não bastam apenas repúdios morais, mas é preciso implicar-se diariamente com práticas antirracistas, pois o racismo é uma máquina de desumanização, a qual se encontra em processo, e seu modo de funcionamento mais perverso se apresenta em seu caráter “invisível” (Almeida, 2019).

(E)feitos do Racismo

Isildinha Baptista Nogueira, psicóloga, psicanalista e pesquisadora dos efeitos do racismo no psiquismo das pessoas negras desde os anos 1990, em sua tese *O Significado do Corpo Negro* (1998) demonstra que no decorrer do processo de desumanização e objetivação da população negra, esta sofre com a consequência de sentir na pele o impedimento do processo de constituição da individualização de seus sujeitos, visto que lhes foi impossibilitado o direito de identificação com os outros nas relações sociais. A autora destaca que ao desumanizar os negros, a instituição da escravidão construiu um lugar que os aproximava dos animais e das coisas, sendo objetificados pelos brancos, os quais eram os únicos indivíduos considerados humanos no período colonial, mantendo-se uma fantasiosa ideia antropocêntrica em funcionamento. Segundo Nogueira (1998, p. 34) diante do cenário que lhes era imposto, “a única esfera de identificação possível seria com os outros negros, todos identificados entre si e pela exterioridade social como não indivíduos sociais”, uma vez que eram tratados como objetos, coisas, mercadorias.



Em 1888 com o advento da abolição da escravatura e a constituição da República, o direito juridicamente estabelecido aos cidadãos foi estendido à população negra. Nogueira (1998, p. 34) coloca uma importante questão em jogo: “como inscrever-se, ao nível das representações, nesse lugar social se, até “ontem”, estava-se excluído dele?”.

De acordo com Gonzalez (1980, p. 473) “as formas de dominação e exploração não acabaram com a falsa abolição, mas simplesmente se modificaram”. Este período marca a fase de avanço do capitalismo, em que foram concedidos alguns direitos em troca da mão de obra do trabalhador livre, sem-terra, e que buscava lugar para morar e comer, logo precisava vender-se de algum modo ao mercado para sobreviver. Nesse sentido, mesmo após a abolição da escravatura, a população negra adquire “o estatuto jurídico de cidadão, portanto, o reconhecimento de seu lugar de indivíduo social”, mas “não pôde, por outro lado, identificar-se com esse lugar no plano socioeconômico” (NOGUEIRA, 1998, p. 35).

Uma das grandes consequências impostas pelo racismo estrutural foi a introjeção de uma identificação negativa diante de seus iguais, dado que na sociedade brasileira ainda não existia espaço para o sujeito negro emergir, senão o lugar de um passado-presente insuportável, o qual seria necessário recalcar, pois entre ocupar um não lugar e ser visto como objeto e não como sujeito, o que lhe restava era a marginalidade (Nogueira, 1998). Ao buscar uma saída, como tentativa de sobrevivência e um modo de responder a esse horror que lhe atormentava, “o negro desenvolve uma identificação fantasmática com a classe dominante cujo emblema é o ideal imaginário da brancura” (NOGUEIRA, 1998, p. 36). Em 1952, através da publicação de *Peles Negras, Máscaras Brancas*, o psiquiatra martinicano Frantz Fanon descreve esse racismo a partir do breve relato acerca do branco que colocava o negro em determinado lugar, ou seja, em um lugar de coisa.

Toni Morrison (2021), a primeira mulher negra a receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 1993, aponta que o fascismo é irmão gêmeo do racismo, sendo dois incapazes de produzirem algo

novo, porém práticos em reproduzirem o medo, a negação e a capturada da potência, das forças de suas vítimas, despossuindo-as de uma vontade de lutar. Entretanto, para além desses elementos que mantêm vivos tanto o fascismo quanto o racismo em nossa sociedade, não podemos deixar de destacar o sistema capitalista – sistema que vive da exploração de nossas potências e recursos naturais como um dos pilares da destruição da vida. Segundo Morrison (2021, p. 5) “o gênio do fascismo reside no fato de que qualquer estrutura política pode abrigar-lhe o vírus e quase qualquer país desenvolvido pode se tornar um hospedeiro apropriado. Fascismo envolve ideologia, mas, no fundo, trata-se mesmo é de propaganda – propaganda pelo poder”.

Fanon (1952/2008, p. 89) afirma que que todas as pessoas pertencentes a um determinado país são responsáveis pelos atos perpetrados em nome da nação. O fascismo e o racismo como construções sociais estão intrinsecamente ligados à produção de subjetividade, sendo capazes de atualizarem-se em cada um(a) de diversas maneiras, em diferentes graus. Não há como recusar o fato de a sociedade brasileira estar sendo uma sociedade racista e, e em vista disto, torna-se necessário não apenas que todos se coloquem contra o racismo, mas que exerçam em suas vidas cotidianas um modo de vida antirracista/antifascista. Esse é o exercício de uma vida, pessoal e extrapessoal, o qual deve se proliferar por todos organismos.

(Re)construção de Vida: Efeitos de Luta

a) *Tornar-se branco para quê(m)?*

Em *Tornar-se Negro* (1983), a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza escreve que a construção da emocionalidade do sujeito negro brasileiro está ligada à sua história de ascensão social. Como foi dito anteriormente, por uma imposição histórica e social marcada desde o período da escravidão, a imagem dos negros foi sendo definida como negativa, inferior e submissa na socieda-



de. Desse modo, a construção de sua autoimagem foi se efetuando através do modelo de identidade do branco. Assim, a ascensão social do negro seguia pelo viés da branquitude¹, visto que a instituição escravagista definiu o negro como raça, definiu seus modos de vida, posição na sociedade e “instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (SOUZA, 1983, p. 19). Conforme a autora relata, a história da ascensão social do negro brasileiro é

a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação (SOUZA, 1983, p. 23).

Para Souza (1983, p. 21), nesta história onde o mito da democracia racial ganhava espaço, o negro buscava ascender e integrar o mundo branco e competitivo, pois ao incorporar-se a outras classes sociais, era exaltado pelos outros e ao mesmo tempo mantinha sua sobrevivência. Fanon (1952/2008, p. 28) já constatava que nesse cenário, o destino imposto aos negros era um destino branco, restando-lhes somente a tentativa de tornarem-se brancos para sobreviverem. Mas para que e para quem? E como sair desse caminho? Conforme Fanon (1952/2008), é preciso uma verdadeira desalienação do negro, o que implica em “uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais”.

b) Efeitos na linguagem: poder

Segundo o psicanalista Jacques Lacan “só há ser na linguagem”. Assim, a partir dessa leitura, tudo que se edifica em nossa humanidade está fundado na linguagem e como diz Fanon (1952/2008, p. 33) “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que esta linguagem expressa e que lhe é implíci-

¹ Para maior aprofundamento do conceito, ver a obra de Lia Vainer Schucman (2020).

to”, logo, para uma direção de tratamento antirracista, de suma importância pensarmos os efeitos do racismo e do colonialismo em nossa linguagem. E desse modo, Fanon é um dos primeiros do campo da saúde mental a escrever acerca desses efeitos desde a linguagem. Como exemplo, ele traz o caso de um negro antilhano que, submetido a esse sistema, acreditava que se tornaria um homem somente quando se apropriasse da língua francesa, pois ao falar o francês “corretamente” também poderia entrar no mundo branco e, talvez, isto lhe possibilitaria ser aceito socialmente por esta determinada cultura. Mas, por outro lado, na medida em que sentimos o medo do julgamento social de determinada cultura, sentimos de maneira brutal em nossos corpos os efeitos de imposições como essas, as quais geram o medo de falar o idioma de maneira equivocada, a timidez em falar em público, entre outras sintomáticas. Além disso, Fanon (1952/2008) também descreve a situação do povo colonizado que buscava escapar desse lugar através da rejeição de sua raça e de seu território. O antigo ato de ir em direção à metrópole como solução dos problemas que os afligem ainda é um fator muito enraizado e presente no imaginário social brasileiro, principalmente quando destacamos a questão de classe no mundo neoliberal.

c) Efeitos na linguagem: território

Segundo Fanon (1952/2008) “o negro não pode se satisfazer no seu isolamento”, pois “para ele só existe uma porta de saída, que dá no mundo branco”, o que o negro encontra é na verdade um muro branco, uma bolha que o sufoca, uma estrada sem saída, mesmo que em algum momento de seu percurso receba atenção do branco. Contudo, nesse processo, um embranquecimento interior se constrói na vida do sujeito negro afetado pelo racismo, pela branquitude que insiste em enfiar goela abaixo a ideia de que “ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente” (FANON, 1952/2008, p. 61).



Consciência, Memória & Inconsciente

a) Memória, história e apagamento

Destacamos aqui o 6º encontro, no qual Silva (2021) falou acerca de uma clínica antirracista – podemos incluir aqui uma escrita (de si) antirracista –, além disso, sobre a memória, sobre a importância em colocar em movimento o que não teve espaço para aparecer. Nesse ponto uma questão que não cessa de existir: o que fizeram com as/os negras/os deste país? Sabemos que no período da escravidão apagaram-se as possibilidades de viver, existir, morar e aparecer no corpo social. Porém, por mais que insistam até os dias atuais, não conseguiram apagar totalmente, pois sempre restou a resistência para continuar lutando por um outro mundo possível. Gonzalez (1979/2020, p. 50) lembra que o povo negro “sempre buscou formas de resistência contra a situação sub-humana em que foi lançado” e que segundo a “historiadora negra Maria Beatriz Nascimento, já em 1559 se tem notícia da formação dos primeiros quilombos, estas formas alternativas de sociedade, na região das plantações de cana do Nordeste” (Gonzalez, 1979/2020, p.50-51).

Em que pese a resistência do povo negro esteja presente até os dias atuais, ainda temos como contraponto a violência policial, militar e racista cada vez mais visível em nosso país. Mas, como se não bastassem séculos de escravidão, continuam colocando negros em camburão.

b) Memória ativa

Propomos aqui uma memória que não se aprisione no passado, mas uma memória ativa, uma memória devir, uma memória que exista em processo e que assim possa se desterritorializar da alienação imposta pela branquitude. O filósofo Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra* (2018) sustenta a ideia de que a memória, a lembrança, a nostalgia e o esquecimento são constituídos por um entrelaçamento de imagens psíquicas. De acordo com o autor,

é necessário observarmos o “jogo de símbolos e a sua circulação, os desvios, as mentiras, as dificuldades de articulação, os pequenos atos falhos e os lapsos, em suma, a resistência à admissão” (MBEMBE, 2018, p. 186).

Para pensarmos a categoria de *memória* destacamos também o pensamento de Gonzalez, a qual acrescenta neste debate a noção de *consciência*. Em síntese, a *consciência* é descrita como lugar de desconhecimento, encobrimento, alienação etc. e a *memória* como “o não saber que conhece, este lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, desta verdade que se estrutura como ficção” (GONZALEZ, 1980/2020, p.78). De acordo com Gonzalez a “consciência exclui o que a memória inclui”, portanto, a primeira encontra-se em um lugar de rechaço, rejeição, interdição, visto que se expressa tanto como discurso dominante quanto como seus efeitos em determinada cultura, chegando a cobrir a memória com sua verdade. Porém, podemos considerar que as formações de inconsciente (lapsos, sonhos, chistes, atos falhos) se expressam como uma memória em ato, ou seja, “ela fala através das mancadas do discurso da consciência” (GONZALEZ, 1980/2020, p.79), em que pese este discurso dominante e branco não cesse de produzir esquecimento, de deslocar a memória, a ancestralidade de um povo. Cabe realçar que Gilles Deleuze, através das ideias de Henri Bergson, descreve “que a memória era uma função do futuro, que a memória e a vontade eram tão-só uma mesma função, que somente um ser capaz de memória podia desviar-se do seu passado, desligar-se dele, não repeti-lo, fazer o novo” (DELEUZE, 1968/1997, p. 114). Nesse sentido, perguntamos aos que insistem em nos desviar da memória: como pensar o presente e futuro sem o passado? Como fazer o novo, o diferente, se o passado já é rejeitado no aqui e agora? Consideramos que, se o passado “não passa”, de algum modo vive se reatualizando em nós, em nossos modos de vida, e isto ocorre é devido ao fato de existir quem insista em mantê-lo ativo pela desvalorização da potência da memória. Mas, por mais que lutem em tentar apagá-lo, isso não deixará de aparecer, emergir.



c) Negritude

O poeta e político Aimé Césaire é tido como o inventor da palavra “negritude”, porém, considera que este invento foi possível somente com a contribuição de muitos outros intelectuais. Para Césaire (1980, s/p), a negritude diz respeito “aos grupos humanos que sofreram as piores violências da história, aos grupos que sofreram e frequentemente ainda sofrem por serem marginalizados, insultados e oprimidos”. O autor destaca que “a negritude não é da ordem do sofrer e do submeter-se”, ela resulta de uma atitude ativa da vida, ela é recusa da opressão, é luta contra a desigualdade. Como consequência, a negritude nos leva a nós mesmos: “foi depois de uma longa frustração, foi a apreensão por nós mesmos, do nosso passado e através da poesia, do imaginário, do romance e da obra de arte a fulguração intermitente do nosso possível devir” (CÉSAIRE, 1980, s/p.).

Por uma Clínica Antirracista

a) Tornar-se negro: uma aposta clínica e política no impossível

Segundo Souza (1983, p. 78) um ideal branco é imposto ao negro e, como consequência, produz uma ferida narcísica no sujeito negro devido ao fato de não poder alcançar tal ideal. Para a autora, a psicopatologia do negro brasileiro é constituída através desta ferida narcísica tal como os modos de lidar com a mesma. Mas o que isto gera no negro? Podemos destacar alguns efeitos, tais como “sentimento de culpa, inferioridade, defesa fóbica e depressão, afetos e atitudes que definem a identidade do negro brasileiro em ascensão social como uma estrutura de desconhecimento/reconhecimento” (SOUZA, 1983, p. 78). Aliados à Souza, podemos afirmar que essa identidade produzida pelos efeitos da branquitude é uma das maiores violências e contradições dos interesses históricos e psicológicos do negro. Em *Tornar-se Negro* (1983), a psicanalista nos aponta o campo dos possíveis, uma possibilidade frente ao impossível, da construção de uma nova identidade no sujeito negro.

De acordo com Vladimir Safatle (2020) o impossível está ligado ao que não pode se inscrever, aquilo que não pode existir, no entanto, é no âmbito do impossível que encontramos a força motora para transformar mundos, romper com paradigmas e estruturas, pois “tudo que é decisivo para nós um dia foi impossível”. É no âmbito do impossível que se apresenta um processo de deslocamento na experiência analítica, principalmente no que concerne à sua dependência aos horizontes ideais normativos, pois “(...) o que a análise pode fornecer não é bem-estar ou realização de um ideal de conduta que seria a expressão de alguma noção de progresso. O que ela oferece é a viragem da impotência imaginária ao impossível. Ao final, é isso que o ato analítico pode fazer: levar o sujeito a passar da impotência ao impossível” (SAFATLE, 2020, p. 111).

Desse modo, nossa aposta ética e clínica diante do impossível nada mais é que a aposta na tomada de potência, na possibilidade em inventar-se de novo, criar uma nova identidade, apropriar-se da aliança entre seu desejo e inconsciente.

Conforme aponta Fanon (1952/2008, p. 93), enquanto psicanalista, é preciso fazer emergir um sujeito que possa se desterritorializar do “embranquecimento alucinatório” e diante desse exercício um agir, um movimento que possa contribuir para mudar as estruturas sociais, transformar mundos.

Segundo Félix Guattari (1991/1993) o estatuto do passado na análise trata-se de algo da ordem de um compromisso cartográfico inevitável, pois a fala que passa pelo consultório é produzida e por isto tanto ouvir como falar deste passado é se interessar pelo outro, sem que instaure uma relação de opacidade, que impeça de captar pontos de singularidade, pois se a anamnese tornar-se explicativa, causalista, ela produzirá, de certa forma, apenas uma relação de alienação. Contudo, nesse processo clínico, político e antirracista, se voltamos ao passado, onde se foram criando as crostas que hoje deixam marcas na subjetividade juntamente a uma certa relação de alienação, não se trata de permanecermos na situação anterior, mas de nos impulsionarmos para um futuro, dado que uma análise não se trata de um processo voltado ao passado/presente, mas a um futuro,



um porvir, ou seja, visto que o inconsciente tem uma função de futuro, uma análise forja um outro mundo possível. Portanto, trata-se de inventar um lugar onde possamos nos deslocar de determinada alienação e, diante deste processo, considerar que a questão para cada um será “a de encontrar aquilo que permita a revelação de linhas de fuga, de linhas de processualidade” (Guattari, 1991/1993, p. 12).

b) Dar palavra à vida / dar vida à palavra

Para Grada Kilomba (2016), no que se refere ao racismo, a boca, órgão que simboliza a fala e a enunciação, se torna um órgão de opressão, pois ao enunciar determinadas verdades este órgão é silenciado, controlado e colonizado. Como falar diante dessa violência do sistema capitalista, colonial e racista? Segundo Kilomba (2016) ser ouvida vai para além da dialética entre falar e ouvir, uma vez que se fala quando há um outro que lhe ouça. Contudo, a autora salienta que ser ouvida está ligado à ordem do pertencimento, pois aqueles que pertencem são ouvidas/os e vice-versa. Logo, a máscara branca e colonial mantém a máquina racista funcionando para que negras/os não falem e ao mesmo tempo não pertençam, apenas ouçam a voz da razão branca e ocidental.

Nesse sentido, consideramos que duas das contribuições para uma clínica e prática antirracista que permitam a desalienação do negro através da escuta advenham de Fanon (1952) e Souza (1983) por nos demonstrarem o exercício que equivale à tomada de consciência da relação política que existe entre a língua e o coletivo, dado o fato de que há um racismo que provoca inibições, desconexões de si com o mundo, principalmente, que retira do lugar da diferença. Desse modo, é de suma importância incluir no campo social as diferenças de maneira positiva, assim permitindo que seja possível construir uma ética do diferente, da diferença, e não modos de vida baseados na indiferença, mas ao mesmo tempo inventando um outro possível, desconectando-se dos complexos produzidos e herdados do colonialismo. Em concordância com Souza (1983, p. 77) ao deslocar o negro da imagem alienada na qual se reconhece, este

poderá tomar posse da consciência do processo ideológico que o atravessa e, desse modo, haverá a possibilidade em inventar, fabricar, forjar e se implicar em uma nova consciência “que reassure às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração”. Por conseguinte, a autora afirma que “ser negro não é uma condição dada, *a priori*. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SOUZA, 1983, p. 77).

Souza (1983, p. 26) aponta que “incrustrado em nossa formação social, matriz constitutiva do superego de pais e filhos, o mito negro, na plenitude de sua contingência, se impõe como desafio a todo negro que recusa o destino da submissão”, uma linguagem colonial atravessa, dilacera e se vê diante do desafio de reconhecer-se e eliminar a visão do inimigo que a aprisiona, que se apodera de sua cultura e se apropria de seu corpo, de sua vida. Sendo assim, a autora salienta que

Obviamente cabe a negros e não-negros a consecução desse intento, mesmo porque o mito negro é feito de imagos fantasmáticas compartilhadas por ambos. [...] enquanto objeto da opressão, cabe ao negro a vanguarda desta luta, assumindo o lugar de sujeito ativo, lugar de onde se conquista uma real libertação (SOUZA, 1983, p. 26).

Deste modo, ressaltamos que, como proposto por Souza (1983, p. 77), a construção de uma identidade negra trata-se de uma tarefa ética e política a qual exige como condição uma desterritorialização, um para além de Édipo, uma recusa dos modelos das figuras parentais e sociais que lhes ensinaram a vestir uma máscara branca para ascenderem socialmente. É preciso desrostificar², mas também criar para si um rosto que lhe seja próprio, respirável, sem demais imposições coloniais. Contudo, esta é uma tarefa, um exercício de uma vida.

Fanon (1952/2008, p. 95) salienta que “o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor”

2 Conceito cunhado por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Cf.: *Mil Platôs* (1980).



e se no decorrer de seu trabalho analítico encontrar nos sonhos de seus pacientes “a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor”, seu “objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a “manter as distâncias”; ao contrário” seu objetivo será, uma vez desmistificadas as causas, “torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais” (FANON, 1952/2008, pp. 95-96). Mais consistentemente ele declara que “o problema negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos, mas sim ao dos negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista, colonialista” (FANON, 1952/2008, pp. 169-70).

A neutralidade em nosso campo é uma das maiores falácias que perpetuam negligências e violências de toda ordem e cabe a nós que atuamos no âmbito da saúde mental não somente afirmar que somos contra o racismo, mas exercermos diariamente uma prática de vida antirracista/antifascista. Trata-se de visar a ações que proporcionem o fim dessas violências e desigualdades, e pensando no âmbito da clínica, na escuta de si, tudo o que foi apresentado até estas linhas finais de nosso texto possui relação com a escuta, com a percepção da realidade, com a compreensão histórica, social e política dos processos internalizados.

David Kopenawa Yanomami (2020), um dos membros dos povos originários destas terras tupiniquins, não cansa de repetir que o homem branco trouxe a doença e com estes importantes aliados percebemos que a pior de todas as doenças que ainda existe em nossos territórios e que chegamos a sentir em nossos corpos é a colonização. Então, em meio a essa doença, que seja feita uma constante revolução em nossa prática, a começar por ampliarem-se as escutas clínica, analítica e o olhar acerca dos efeitos psicossociais do racismo, principalmente pelo fato de que aquilo que é dá ordem do não dito continua afetando e acarretando prejuízos aos sujeitos marcados com as discriminações e violências produzidas no percurso de suas histórias de vida. Precisamos adentrar cada vez mais o espaço com aquele que vem a nós narrar suas histórias e que apresenta no cerne de seu sofrimento o que é de ordem sociopolítica.

Referências Bibliográficas

BARRERO, Edgar. “Precisamos de uma psicologia latino-americana transformadora”: depoimento. [11 de abril de 2016]. Conselho Regional de Psicologia SP. Entrevista concedida ao *Jornal Psi*: edição número 186. Disponível em: <https://www.crpsp.org/noticia/view/2047/edgar-barrero-precisamos-de-uma-psicologia-latino-americana-transformadora> Acesso em 10 agosto de 2021.

BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003: que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências: Brasília: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em 08 de agosto de 2021.

BRASIL. *Lei nº 11.645*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso em 08 de agosto de 2021.

BRASIL. *Relatório Final: CPI ASSASSINATO DE JOVENS*. Relator Senador Lindbergh Farias. Publicado em 8 de junho de 2016. Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/0> Acesso em 12 de agosto de 2021.

CERQUEIRA, Daniel. BUENO, Samira, *et al.* *Atlas da Violência 2020*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> Acesso em 12 de agosto de 2021.

CÊSAIRE, Aimé. Conferência sobre Negritude, 1980. In: Sarah Maldoror. *Máscara das Palavras*, 1987. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3e3iDg78Jfg> Acesso em 20 de julho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n.º 018, de 19 de dezembro de 2002. Disponível em http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF Acesso em 05 de agosto de 2021.



KOPENAWA, Davi. *A Última Floresta*. Direção: Luiz Bolognesi. Roteiro: Davi Kopenawa. 2020.

DELEUZE, Gilles (1968). *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 1997.

FANON, Frantz (1952). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 1980.

_____ (1969). *Em Defesa da Revolução Africana*. Portugal: Sá da Costa editora, 1980. Tradução de Isabel Pascoal.

GUATTARI, Félix (1991). O Paradigma Estético. Entrevista com Fernando Urribari. Dossiê Guattari, *Cadernos de Subjetividade*, v. 1, n. 1 (1993). Entrevista realizada por Fernando Urribari em novembro de 1991. Traduzido por Arthur Hyppólito de Moura, revisado e reeditado por Suely Rolnik, Disponível em <https://cadernosdesubjetividade.files.wordpress.com/2013/09/cadernossujetividade-1-guattari-1993.pdf> Acesso em 10 de agosto de 2021.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Editora Zahar, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Por que o racismo e suas práticas e qual é a responsabilidade social que se espera dos profissionais que lidam com as questões da sociedade? *Revista Brasileira de Psicologia*, 02 (núm. esp.), Salvador, Bahia, 2015.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iLYGbXewyxs> Acesso em 20 de julho de 2021.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. en-1 edições, 2018. Tradução Sebastião Nascimento.

MORRISON, Toni. *Racismo e Fascismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do Corpo Negro*. 1998. Tese (Doutorado), Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 1998. Disponível em <http://www.ammapsique.org.br/baixa/corpo-negro.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2021.

PAIVA, Odair da Cruz. Arquivos da Imigração no contexto da hospedaria de imigrantes de São Paulo. *Patrimônio e Memória*, v. 5, n. 2, p. 82-97, 2007. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/108037> Acesso em 20 de julho de 2021.

SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação* / Vladimir Safatle. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SCHUMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. 2ª Edição / Lia Vainer Schucman. Introdução de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Apresentação de Leny Sato. Prefácio de Maria Aparecida da Silva Bento. – São Paulo: Veneta, 2020.

SILVA, Maria Lucida da. Clínica antirracista. *Formação aberta - Aquilombamento nas Margens: 6º encontro*. Margens Clínicas. Evento realizado em 22 de fevereiro de 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=3oN_9l2uqR4 Acesso em 30 de março de 2021.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.



**Psicóloga Negra e Criança Negra:
Estudo de Caso de Atendimento Psicológico On-line**



Graziela de Oliveira Souza

Resumo

A infância é um período de especial importância, porque é nesta fase da vida em que ocorre a formação de estruturas cerebrais responsáveis pelo desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional de cada ser humano. As experiências negativas vivenciadas na infância podem desencadear um quadro de estresse tóxico muito prejudicial ao bem-estar da criança, e que implicará em dificuldades e fragilidades ao longo de todo o desenvolvimento e idade adulta. Infelizmente, o racismo é parte sistêmica da sociedade brasileira e as crianças negras estão sujeitas a vivenciar esta violência em vários contextos. Há uma necessidade urgente de que estas demandas sejam acolhidas de forma ética, responsável e tecnicamente profissional. Contudo ainda é difícil encontrar profissionais com tais características, por isso pessoas negras têm optado por psicólogos negros, com a finalidade de aliar atributos teóricos e técnicos a um acolhimento empático de suas questões. Neste trabalho, o objetivo é apresentar o relato do atendimento psicológico infantil on-line de uma criança negra que foi acompanhada por uma psicóloga negra. Os resultados positivos corroboram que a empatia e acolhimento dos profissionais negros para com as demandas de clientes negros facilitam o vínculo terapêutico, que por sua vez é preditivo do sucesso da psicoterapia.

Palavras-chave: Criança negra, psicóloga negra, psicoterapia on-line, vínculo terapêutico.



Introdução

Todas as etapas da vida humana apresentam suas particularidades que são amplamente estudadas pela ciência psicológica. A infância é um período de especial importância, porque é nesta fase da vida em que ocorre a formação de estruturas cerebrais responsáveis pelo desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional de cada ser humano. Tal desenvolvimento é influenciado pelo ambiente em que a criança vive e por suas relações afetivas (NCPI, 2014).

A formação inicial adequada na infância inclui nutrição e cuidados de saúde, ambiente familiar afetivo e estimulante, relações estáveis e incentivadoras. Estes fatores positivos poderão trazer muitos benefícios e recursos para a vida de uma pessoa. No entanto, quando as experiências vivenciadas na infância são negativas podem desencadear um quadro de estresse tóxico muito prejudicial ao bem-estar da criança, e que implicará em dificuldades e fragilidades ao longo de todo o desenvolvimento e idade adulta (APA, 2016; NCPI, 2014).

Ambientes desfavoráveis, abusivos, com maus-tratos e/ou negligência podem prejudicar o desenvolvimento saudável das crianças, então qual é o risco que as crianças negras estão submetidas, uma vez que o racismo é uma violência que perpassa várias esferas da sociedade em que essas crianças estão inseridas?

Com base na definição de Quijano (2010), o racismo é configurado como o emprego da ideia de raça e de hierarquização do ser humano nas relações sociais e interpessoais, impondo distinção entre inferior e superior. O caráter sistêmico e constante do racismo pode afetar o autoconceito das crianças negras, que passa a ser negativo e destituído de valor (Silva, 2005).

Em seu estudo sobre os efeitos do racismo na saúde mental da população negra, Silva (2005) aponta que o racismo é proveniente tanto de situações de violência física quanto simbólica. Ambas produzem consequências psíquicas, distorção de sentimentos e percepção negativa de si mesmo, originando sentimentos de inferioridade e constrangimento, e favorecendo o isolamento dos pares. Segue abaixo um relato de uma participante do estudo de Rosa e Alves (2020) que exemplifica as repercussões do racismo citadas.

“Eu acho que pode ter começado de verdade antes do pré, eu tinha quatro anos, foi o meu primeiro contato de verdade com o racismo, só que eu realmente não entendia. Eu era a única pessoa negra dentro da salinha junto com as outras criancinhas e por algum motivo, elas decidiram me excluir, me deixar sentada sozinha. Cada vez que eu me aproximava delas elas saiam correndo e iam sentar em outra mesa, onde eu não estava.... Eles [a instituição escolar] não viram nada de errado eu estar sempre sozinha, eles não viram nada de errado em eu sentar excluída. Então já comecei por aí, de eu começar a entender que eu não tinha amigos, que era uma exclusão completa” (Latifa, 24 anos)

A infância das crianças negras precisa ser colocada em evidência para que esse aspecto de sua formação seja melhor estudado e protegido. Será que os profissionais que lidam com a infância estão capacitados para trabalhar, identificar e proteger as crianças negras que enfrentam situações de racismo?

Há uma necessidade urgente de que estas demandas sejam acolhidas de forma ética, responsável e tecnicamente profissional para que as crianças negras possam superar os impactos negativos que o racismo na infância pode gerar em suas vidas. Para tanto, os profissionais precisam estar sensíveis a essa realidade.

Apesar disso, é notório que grande parte da população negue a existência do racismo no Brasil. Assim, cabe salientar que muitos psicólogos também não estão conscientes de nossa realidade racial, muito menos do sofrimento da população negra neste sistema cotidianamente (Alves, Costa & Castelar, 2020). Ao invés de acolhimento e acompanhamento psicológico adequado para suas dores, o que ocorre é o descrédito ou até o silenciamento de vítimas de discriminação ou preconceito racial por parte de profissionais da psicologia (Rosa & Alves, 2020).

Em 2017, o Conselho Federal de Psicologia divulgou referências técnicas para atuação dos psicólogos tendo em vista as relações raciais em nosso país. As orientações propõem o reconhecimento da existência do racismo e seus efeitos na subjetividade da



população negra, bem como que os psicólogos estejam qualificados a lidarem com as questões psicossociais oriundas do racismo (CPF, 2017).

Contudo ainda é difícil encontrar profissionais com tais características. À vista disso, as pessoas negras com demandas para tratamentos psicológicos têm optado por psicólogos negros, com a finalidade de aliar atributos teóricos e técnicos a um acolhimento empático de suas questões, incluindo as relacionadas diretamente ao racismo e suas consequências (Rosa & Alves, 2020).

A identificação e a escuta empática são citadas como fatores positivos no atendimento de psicólogos negros a pessoas negras, e estão diretamente associadas ao estabelecimento do vínculo ou aliança terapêutica, favorecendo também resultados positivos advindos do tratamento psicológico. Enquanto muitos profissionais estão alheios à existência do racismo e o quanto esta realidade afeta a comunidade negra, os psicólogos negros têm conseguido apresentar um elemento essencial na formação do vínculo terapêutico, a empatia. De acordo com a definição de Falcone (2004), a empatia é a capacidade de entender o mundo do cliente, afetiva e cognitivamente. Aspecto que estará especialmente presente na relação entre psicoterapeuta e cliente negros, que muitas vezes vivenciaram experiências de vida muito semelhantes.

Em abril de 2021, uma família solicitou acompanhamento psicológico para uma criança negra e buscavam em específico por uma psicóloga negra. Acolhi a demanda com alegria, apesar de ainda, infelizmente, ser incomum atender clientes negros, uma vez que a população negra é a que tem menos acesso aos serviços de saúde no Brasil (Theodoro, Jaccoud & Osório, 2008; Silva *et al.*, 2020).

O acesso aos serviços de saúde, incluindo os serviços de saúde mental, foi impactado pela pandemia de Covid-19 (Santos *et al.*, 2020). Com a finalidade de manter o atendimento à população foram elaborados protocolos sanitários para evitar a contaminação e a disseminação do coronavírus. Nesse cenário, novas formas de atendimento também ganharam espaço, como as consultas on-line (Caetano, 2020).

Em relação ao atendimento psicológico on-line, o Conselho Federal de Psicologia regulamenta o uso de tecnologias da informação e da comunicação para o serviço psicológico desde 2018. Essa modalidade de atendimento foi bem aceita e requisitada considerando as restrições da pandemia e visando entregar à população este serviço de saúde essencial (Viana, 2020).

Justificativa

Para atender à demanda da família que requisitava um acompanhamento especializado, optou-se por fazer uso do serviço psicológico on-line por dois motivos: (1) a criança residia em uma cidade diferente da psicóloga; e (2) os atendimentos presenciais não eram adequados devido ao momento de maior gravidade da pandemia de covid-19. Neste trabalho, o objetivo é apresentar o relato do atendimento psicológico infantil on-line de uma criança negra que foi acompanhada por uma psicóloga negra.

Desenvolvimento

Relato do Caso

As informações descritas foram obtidas por meio de um atendimento psicológico particular. Os nomes apresentados são fictícios com o objetivo de preservar a identidade da cliente e sua família. O acompanhamento seguiu todas as normas éticas estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia.

Jade

Jade é uma menina negra de nove anos de idade, moradora de uma cidade no interior do Estado de SP. Jade frequentava o quarto ano de uma escola pública de sua cidade, no período do atendimento psicológico, assistia às aulas on-line e realizava as tarefas em casa. Segundo relatos da familiar responsável, Jade sempre foi uma criança alegre, ‘comportada’, estudiosa, que gostava de brincar e interagir com outras crianças.



A família de Jade procurou ajuda profissional após alguns episódios de choro e tristeza apresentados pela criança. A irmã Cássia afirmou ainda que Jade contou que sentia que as pessoas não gostavam dela, inclusive pessoas da família, e chegou a se perguntar se era devido à sua raça. Questões relacionadas à composição familiar, adoção e luto também estiveram presentes na história de vida de Jade, desta forma, também foram incluídas em nossos objetivos terapêuticos.

Histórico Familiar

Jade foi adotada ainda bebê por uma integrante da mesma família da mãe biológica. Ela passou a ser a filha mais nova de Maria e Paulo, que já tinham três filhos. No entanto, quando Jade tinha cinco anos, sua mãe adotiva faleceu. Ela ficou por um período sob a responsabilidade de seu pai adotivo, e depois foi morar com sua irmã mais velha, Cássia.

Atualmente, o núcleo familiar de Jade é formado por Cássia, que tem sua guarda, Gabriela, filha de Cássia, com seis anos de idade, e Lucas, que é esposo de Cássia. Eles moram em uma fazenda um pouco afastada da área urbana do município. Com frequência, os filhos de Lucas, Miguel, de seis anos, e Thais, de 14 anos, também convivem com Jade.

Materiais

Os materiais utilizados durante as sessões de atendimento psicológico on-line foram computador, celular, folhas de papel sulfite, livros de histórias infantis, lápis de cor e canetas.

Procedimento

O aporte teórico dos atendimentos foi a Ludoterapia na abordagem da Teoria Cognitivo-Comportamental. Foram realizadas 20 sessões de atendimento psicológico on-line. Entre os meses de março e junho, as sessões foram semanais. No mês de julho, ocorreram duas sessões de atendimento, com intervalo de 15 dias entre elas. Todas as sessões tinham a duração de 50 minutos.

A primeira sessão do acompanhamento psicológico on-line ocorreu apenas com a presença da responsável de Jade, sua irmã, Cássia. Nesse encontro, ela respondeu a um questionário de informações pessoais sobre Jade e relatou de forma livre os fatos que motivaram o início da psicoterapia. A partir da segunda sessão, todos os atendimentos foram realizados apenas com Jade. A Tabela 1 descreve os temas conduzidos em cada sessão de atendimento psicológico on-line.

Temática	
Sessão 1	<i>Entrevista inicial com a responsável familiar Psicoeducação sobre o acompanhamento psicológico on-line e infantil</i>
Sessão 2	<i>Psicoeducação lúdica com Y. sobre os objetivos e a condução dos atendimentos psicológicos on-line</i> Materiais: folha de sulfite e lápis de cor
Sessão 3	<i>Construção do vínculo terapêutico com desenho livre</i> Materiais: folha de sulfite e lápis de cor
Sessão 4	<i>Fortalecimento do vínculo terapêutico Representação familiar por meio de desenho</i> Materiais: folha de sulfite e lápis de cor
Sessão 5 Sessão 6	<i>Diferentes composições familiares</i> Materiais: livros infantis
Sessão 7	<i>Diferentes composições familiares</i> Materiais: folha de sulfite e lápis de cor
Sessão 8 Sessão 9	<i>Identificação e Expressão das Emoções</i> Materiais: figuras, folhas de sulfite e lápis de cor
Sessão 10	<i>Assertividade e Expressão das Emoções Negativas</i> Materiais: jogo sobre situações hipotéticas e comportamentos
Sessão 11	<i>Etapas da vida humana e luto</i> Materiais: imagens, folhas de sulfite e lápis de cor
Sessão 12	<i>Resolução de Problemas</i> Materiais: livros infantis
Sessão 13	<i>Autopercepção</i> Materiais: jogo de características e animais
Sessão 14 Sessão 15	<i>Autoestima</i> Materiais: fotos e livros infantis
Sessão 16 Sessão 17	<i>Identificação e Proteção do racismo e bullying</i> Materiais: jogo sobre situações hipotéticas e comportamentos, folhas de sulfite, lápis de cor
Sessão 18	<i>Manutenção psicoterapêutica com interações livres</i> Preparação para Alta psicológica
Sessão 20	<i>Manutenção psicoterapêutica com interações livres</i> Preparação para Alta psicológica

Tabela 1. Descrição dos temas das sessões de atendimento psicológico on-line



Os temas a serem abordados em cada sessão foram construídos no decorrer de cada atendimento a partir da observação clínica das necessidades da criança durante a interação lúdica e também do relato de Cássia de situações do cotidiano familiar de Jade.

Conclusão

Jade e sua família tiveram grande adesão ao processo de atendimento psicológico on-line, não apresentaram faltas durante o acompanhamento e realizando as atividades terapêuticas propostas no ambiente familiar. Cássia esteve presente e solícita quando era necessário algum tipo de intervenção com seu auxílio. Além de esclarecer dúvidas sobre condutas educacionais adequadas para situações vivenciadas por Jade.

As queixas de Jade estavam relacionadas a problemas internalizantes, como choro frequente, tristeza, aceitação e valorização da identidade negra. Outro ponto essencial era a elaboração do luto pela perda da mãe adotiva e compreensão da inserção em um novo núcleo familiar.

Durante as sessões de atendimento psicológico on-line, Jade interagia e se expressava com facilidade. Apesar de ser uma demanda inicial, não houve episódios de choro durante as sessões. No entanto, em dois atendimentos, cujas questões trabalhadas foram resolução de problemas e elaboração do luto, Cássia relatou que Jade chorou após a sessão de atendimento. Nos encontros seguintes aos episódios de choro, abordou-se o ocorrido e a importância das reações emocionais, bem como a aceitação dos sentimentos e o compartilhamento dos estados emocionais.

No início de cada encontro, havia um espaço de escuta sobre as atividades da semana, e Jade tinha a oportunidade de compartilhar o melhor e o pior momento da semana. Nas duas primeiras sessões, ela evitou falar sobre os momentos que não havia gostado, alegando não existir nenhuma ocasião que tivesse causado tristeza. Após trabalharmos sobre assertividade e o direito que todos temos de negar algo que nos desagrada, Jade começou a relatar com mais frequência

os pontos negativos do seu dia a dia, gerando a oportunidade de elaboração emocional dos mesmos e também de criar estratégias para superação de tais aspectos.

Os assuntos em que Jade apresentava mais dúvidas e preocupações eram sobre a mudança de núcleo familiar após a morte de sua mãe. Apesar de ter mudado de casa, ainda tinha muitas fantasias quanto o que acontecia com seus irmãos que ficaram com o pai adotivo, que por vezes gerava muita inquietação e ansiedade. No decorrer do processo terapêutico, acolhemos e validamos suas preocupações direcionando sempre para uma conclusão baseada no real com o objetivo de proporcionar alívio terapêutico.

Em relação ao processo de luto, a morte em si não suscitava grandes conflitos em Jade. A dificuldade estava centrada em conviver com a falta da mãe e com tudo que ela representava em sua vida. A segurança e a estabilidade do lar que ela conhecia também se foi com a morte da mãe. Jade manifestava muita saudade de sua mãe e do convívio em família que tinha antes de sua partida. As dinâmicas utilizadas para trabalhar as diferentes configurações familiares, seus obstáculos e pontos positivos ajudaram Jade a organizar a sua história de vida e até a pensar na formação de sua família na fase adulta.

Após a estabilização destas questões psicoemocionais mais emergentes, abordamos a identidade negra e seus desdobramentos na infância de Jade. Diferente do que foi relatado pela irmã, Jade não demonstrou nenhuma fala no sentido de autodesvalorização ou desmerecimento por conta de sua raça. Vale salientar que esse assunto foi trabalhado seguidos alguns meses de acompanhamento que podem já ter surtido um efeito terapêutico sobre Este aspecto. Desse modo, o foco das sessões foi o fortalecimento de sua autoestima, rompimento de paradigmas de beleza branca, identificação de situações de racismo e preconceito, bem como as devidas formas de proteção.

A alta psicológica foi considerada a partir de relatos e resoluções cada vez mais assertivos sobre suas próprias questões ou dificuldades diárias. Durante as sessões, Jade demonstrava compreensão sobre os acontecimentos de sua vida e segurança emocional para compartilhar e expressar o que sentia. Não foram observados nas sessões de



atendimento on-line condutas indicativas de problemas emocionais, e nem relatos familiares sobre a presença dos comportamentos que originaram a demanda por atendimento psicológico.

Considerações Finais

A conclusão de um atendimento psicoterapêutico com êxito resulta da capacidade técnica e também da história pessoal do cliente e do terapeuta. E quantos desdobramentos precisam ser considerados no processo psicoterápico a partir dessa realidade, principalmente no atendimento à população negra.

O racismo é uma condição que assola os negros em todas as etapas de sua vida de forma cruel e diversa. É de suma importância que o trabalho psicológico esteja voltado ao fortalecimento de uma Psicologia Antirracista. Por um lado, exigindo uma qualificação adequada e consciente dos profissionais brancos para compreenderem as nuances do racismo no Brasil e suas implicações na saúde mental dos negros. Por outro, promovendo espaço para formação de psicólogos negros e fomentando sua produção e atuação em todas as áreas da ciência psicológica.

Referências

Alves, M. C., Costa E. S., & Castelar, M. (2020). Psicologias antirracistas: Desafios epistemológicos, metodológicos e ético-político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-5. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003052019>.

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS (EUA). **Adverse childhood experiences and the lifelong consequences of trauma**. 2014. Disponível em <https://www.aap.org/en-us/Documents/ttb_aces_consequences.pdf>. Acesso em 20 set. 2016.

CAETANO, Rosângela *et al.* Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00088920, 2020

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA-NCPI. **Estudo n.º 1: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem**. São Paulo, 2014. 16 p. Disponível em <<http://www.ncpi.org.br>>. Acesso em 22 set.2018.

Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. CFP; Conselhos Regionais de Psicologia; CREPOP. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf

Conselho Federal de Psicologia. (2012). Resolução CFP n.º 11, de 11 de maio de 2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP Nº 11/2012.

Falcone E. A relação terapêutica. *In*: Knapp P e cols. *Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica*. São Paulo: Artmed Editora; 2004.

Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. *In*: B. S. Santos, & M. P. Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

Rosa, E. G., & Alves, M. C. (2020) Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229978>



Silva, M. L. (2005). Racismo e os efeitos na saúde mental. *In*: L. E. Batista, & S. Kalckmann (Orgs.). *Seminário saúde da população negra de São Paulo 2004* (pp. 129-132). Instituto de Saúde. / Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. *In*: B. S. Santos, & M. P. Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

SILVA, Nelma Nunes da *et al.* Acesso da população negra aos serviços de saúde: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020.

THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. **Brasília: Ipea**, p. 69-99, 2008.

VIANA, Diego Mendonça. Atendimento psicológico online no contexto da pandemia de COVID-19. **Cadernos ESP-Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, v. 14, n. 1, p. 74-79, 2020.

Categoría
Estudiantes

**Sofrimentos psicológicos
oriundos do racismo:
Reflexões dentro da Psicologia**

Denise Barrozo de Paula

Resumo

A suposta inferioridade do negro disseminada por interesses políticos e econômicos de uma supremacia branca antes existente, mas amplificada pelas pseudociências europeias do século XIX culminou na construção de uma imagem deturpada e desumanizada dos negros, sendo esta ainda presente em nosso cotidiano. É fato que as ciências psicológicas também contribuíram para a colonização mental dos países colonizados, servindo de respaldo para processos de dominação dos povos africanos e latino-americanos, afirmando sua inferioridade. Farias & Camargo (2020) abrem um importante questionamento: pode a Psicologia brasileira estar atenta às demandas da população negra? Pensando em compromisso social e com o nosso código de ética, a primeira resposta soa como um sim, entretanto o cenário é outro quando notamos que nossa base conceitual e sociedade reforçam que sujeitos sejam vistos a partir de uma ótica branca, masculina e de origem europeia ou americana sendo possível notar que a Psicologia tradicional permanece em débito com a população não branca, tornando-se necessário refletirmos acerca do epistemicídio acadêmico como uma das formas de genocídio dos corpos negros.

Palavras-chave: Sofrimento Psíquico, Racismo, Psicologia, Raça.



Introdução

O racismo atravessa a produção de subjetividade de forma persistente, se configurando de forma complexa, violenta, sistemática, penetrando e participando da vida subjetiva, coletiva e institucional da população. A suposta inferioridade e crença de uma supremacia branca antes existente, amplificadas pelas pseudociências europeias no século XIX, culminaram na construção de uma imagem deturpada e desumanizada dos negros. Importadas para a realidade brasileira, com o objetivo de justificar a escravidão e o racismo, seus ideais estigmatizantes datam para além do fim do período escravagista, persistindo e atuando no inconsciente coletivo da população. Tais práticas se dissolvem de forma intoxicante nas subjetividades de suas vítimas, trazendo efeitos psicossociais (SILVA, 2005).

Numa sociedade que constantemente reforça a ideologia de democracia racial, mas mostra sua faceta racista, o “mundo branco” pode criar transtornos emocionais devido às repetidas experiências de desvalorização da autoimagem, desumanização, falta de oportunidades e perspectiva de futuro. Nesse sentido, o inconsciente coletivo marcado pelo racismo e sexismo (no caso das mulheres/meninas negras), manifestados através dos preconceitos, estereótipos e discriminações, é gerador de situações de violências físicas, psicológicas e simbólicas, que produzem marcas psíquicas, ocasionando dificuldades e distorções de sentimentos e percepções de si mesmo (SILVA, 2005).

Farias & Camargo (2020) abrem um importante questionamento: pode a Psicologia brasileira estar atenta às demandas da população negra? As justificativas iniciais soam como um grande sim, pensando no compromisso social demarcado no nosso código de ética e nossa prática. Entretanto, o cenário é outro quando notamos que nossa base conceitual reforça sujeitos vistos a partir de uma ótica branca, masculina e de origem europeia ou americana ao longo do tempo.

Os níveis de tensão entre demanda e escuta operam em dois níveis. Farias & Camargo (2020) discorrem que em um primeiro momento a discussão ocorre de forma ontológica e epistemológica. De

tal forma que no Brasil as teorias foram importadas principalmente pela Europa, eram feitas pela e para as elites, de maneira a atenderem a população burguesa em ascensão, não considerando a população indígena e negra. Em um segundo momento, temos a chegada da demanda negra às clínicas pela maior circulação e ascensão social deste grupo, abrindo portas para a possibilidade de consumo de bens e serviços que incluem a psicoterapia.

Diante desta demanda, o debate se desloca da ordem ética para a ordem epistemológica, e conseqüentemente em técnicas e mane-
jos mais adequados para as novas demandas, exigindo dos profissio-
nais do cuidado uma ampla discussão (FARIAS & CAMARGO, 2020). Sendo assim, o problema desta pesquisa gira em torno de: estaria a Psicologia preparada para lidar com as demandas de sofrimento psíquico da população negra? Resolvemos delinear como hipóte-
ses desta pesquisa a existência de um grande déficit na formação dos psicólogos, que dificulta o sujeito a ser compreendido em suas próprias particularidades, contribuindo para mais uma violência simbólica e/ou verbal; a procura de pacientes pretos por terapeutas pretos para evitar-se sofrimento por racismo; o *setting* terapêutico se mostra como um espelho da sociedade; o racismo gera danos à saúde mental dos pacientes.

É necessário compreender o racismo no espaço terapêutico

Assumir o debate sobre o conceito de raça pressupõe reconhecer a resis-
tência no seu reconhecimento e a nítida desigualdade social brasileira. Certamente, para alguns pesquisadores, essas questões giram em torno do problema do negro e os impactos individuais do racismo quando, na verdade, o racismo não acontece de maneira individual e sim em rela-
ções interpessoais atravessadas por elementos da cultura e poder.

O termo raça é utilizado como um conceito sociológico. Do ponto de vista biológico, não existe raça. A utilização desse termo é calcada em um conceito socialmente construído pelo imaginário social e político: “É a categoria discursiva em torno da qual se orga-



niza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo” (Hall, 2003, p.69). O racismo no Brasil se diferencia dos Estados Unidos, por exemplo, que envolve uma questão de origem. No Brasil, o racismo é atrelado a características fenotípicas, uma questão de marca social. É por esse motivo que esse assunto interessa as áreas psicossociais.

Mergulhar no âmbito das relações raciais requer compreender historicamente os alicerces que sustentam parte desta estrutura. As teorias raciais representadas por pseudociências contribuíram para reforçar e instaurar estereótipos raciais tais como: degenerados, sujeitos, superpotentes, exóticos, criminosos, doentes, promíscuos, desprovidos de inteligência que se perpetuam até hoje, influenciando nas esferas sociais, políticas, econômicas e produções intelectuais. As teorias raciais já eram utilizadas na Europa no século XVIII e utilizadas dentro das áreas de craniologia, frenologia e antropologia, companheiras de longa data da Psicologia.

Importadas tardiamente para o Brasil, as teorias raciais tomaram força total em nosso território a partir da pressão inglesa para o fim do tráfico negreiro. A medida da Inglaterra até pôde soar como um ato de bondade com seus ideais de igualdade e liberdade para todos, mas o interesse era meramente comercial e econômico. Tentando retardar ao máximo a abolição total da escravidão através da instauração da Lei do Ventre Livre, os debates sobre substituição de mão de obra surtiram com mais intensidade, sendo possível a migração de europeus como alternativa de mão de obra barata.

O momento de transição do trabalho escravo para livre fez com que teóricos brasileiros como Nina Rodrigues, Silvio Romero e João Lacerda, os chamados homens da ciência, trouxessem a pauta da degeneração racial em pauta. A partir de importações e adaptações das teorias positivistas, darwinistas e evolucionistas formuladas por europeus, a justificativa de hierarquias era justificada através de uma lógica biológica e fundada em um suposto cientificismo. Findado o sistema escravagista em 1888 com a Lei Áurea e sendo o último país a abolir a escravidão nas Américas, a elite via como um grande problema os negros que poderiam ocupar os espaços sociais.

O medo da ascensão do negro na sociedade fez com que uma entrada maciça de imigrantes europeus fosse feita, com o pressuposto de um embranquecimento ancorado na tese de que a mistura de raça passada por gerações produziria uma população naturalmente mais clara ao longo dos anos. O sistema pode ter mudado, mas sua estrutura fundamental permaneceu igualmente problemática: o negro não mais tinha grilhões concretos, mas seu estigma permaneceu em sua pele, na medida em que era ao seu corpo que os piores salários, condições de trabalho, saúde, moradia, estereótipos se destinavam. O negro continua a ter seu direito a existir negado.

Convivemos em uma cultura que impede que a branquitude reconheça negros enquanto o Outro, pois acredita que a expressão universal do ser é moldada a partir de valores eurocêtricos. Além disso, tal prática é guiada por um pacto narcísico, “Alianças intergrupais entre brancos são forjadas e caracterizam-se pela ambiguidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, políticas do negro, no universo social” (BENTO, 2002, p.7). Nesse cenário, a branquitude mantém seu local enquanto privilégio racial, econômico e político, negando o negro enquanto alteridade para manter a preservação das hierarquias raciais.

As ideias de Almeida (2018) reforçam que é necessário compreender o racismo como parte da estrutura da sociedade, mas que isto além de uma responsabilidade coletiva também é uma responsabilidade individual. A prática do racismo visto como estrutura não deve tornar-se um alibi aos racistas. Compreendermos o racismo como algo estrutural ajuda e torna-nos responsáveis pelo combate ao racismo, aos racistas e torna-nos antirracistas.

Como um espelho da vida social, devemos compreender que o racismo também aparece nos espaços de Psicologia e no *setting* terapêutico. Devemos pensar no “lugar do psicólogo” e como as relações paciente-terapeuta se manifestam. Não importa se o paciente é negro ou o terapeuta, de qualquer forma as relações raciais irão surgir, e terão forte impacto no processo de cuidado e escuta.



Ao refletir sobre este “lugar do Psicólogo” nos deparamos com uma série de questões relacionadas ao chamado *setting*. O qual implica em diferentes significados, tanto do ponto de vista material (local, frequência semanal, horário e honorários) quanto emocional, considerando não apenas as regras combinadas entre ambos – psicoterapeuta e paciente – mas também as trocas afetivas permeadas pelos fenômenos transferenceis e contratransferências (REIS, p.35, 2017).

Sendo assim, faz-se necessário compreendermos o racismo para entendermos os impactos psicossociais sobre a população não branca, incluindo negros, amarelos e indígenas. Além de ser necessário passar pelo processo de racialização, tornar-se negro/branco/indígena/amarelo e assumir responsabilidade.

As Relações Raciais e seus Impactos Subjetivos

Fanon (2008), importante autor dos estudos da saúde mental da população negra, explica que quando o negro é negado enquanto alteridade, ele busca outras formas de autenticação, utilizando-se de uma máscara branca sobre seu corpo negro, incorporando os valores e ideais brancos na tentativa de aproximar cada vez mais do ideal referenciado. Santos (1983) complementa que ao utilizar-se do artifício da máscara branca para se enquadrar, o negro abre uma ferida em sua própria identidade pois esta não cumpre com o ideal desejado, fazendo com que seu corpo entre em tensão: “O que ele deseja” x “O que ele é”. Tal exemplo traz como o social e o cultural acabam sendo produtores no desenvolvimento de doenças mentais e sofrimento psíquico (FANON, 2020). Isso porque essa dinâmica faz com que o negro entre em uma estrutura de desconhecimento e reconhecimento que causam sérios problemas à sua imagem e como ele se relaciona com o mundo exterior.

As consequências do social acabam se transpondo ao corpo da pessoa negra. Silva (2005) acredita que a pressão emocional estabelecida pode ser percebida ou lida como perturbação do pensamento e do comportamento, através de comportamentos como timidez, isolamento ou agressividade. Essas atitudes expressam a ambivalência do excluído em relação ao mundo hostil da elite dominante:

Estando no centro de uma dinâmica muito complexa, na qual se sentem ora perseguidos ora perseguidores, os negros vivem num estado de tensão emocional permanente, de angústia e de ansiedade, com rasgos momentâneos dos distúrbios de conduta e do pensamento, o que os inquieta e os faz sentir culpa. Essa situação causa diversos transtornos físicos e psíquicos às vítimas, incluindo taquicardia, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não-provocada, depressão, hipertensão arterial, úlcera gástrica, alcoolismo, entre outros (SILVA, 2005, p.130).

Quando pensamos em dados, o índice de suicídio entre jovens negros é maior do que entre jovens brancos. Segundo um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde em parceria com a Universidade de Brasília (2018), a cada dez jovens e adolescentes que tiram a própria vida no Brasil, seis são negros. O levantamento mostra que, entre 2012 e 2016, a taxa de suicídio entre pessoas brancas de 10 a 29 anos permaneceu estável, enquanto para pessoas negras esta taxa subiu, passando de 4,88 para cada 100 mil habitantes para 5,88 por 100 mil habitantes. Uma sociedade estruturada no racismo estrutural e institucional acaba por produzir sofrimentos intragáveis para a população negra, fazendo com que acreditem que a única saída para cessarem as dores existenciais e vivenciais produzidas pelo racismo é o suicídio.

No entanto, a coleta de dados pelo quesito racial ainda é um desafio no Brasil, tanto pela ausência do preenchimento de cor na ficha dos usuários quanto pelo não tratamento destes dados através do DATASUS, plataforma de coleta e disseminação de informações sobre saúde. Tal fato interfere no alinhamento de medidas, planejamentos e políticas direcionadas à população negra e na não existência de dados precisos sobre transtornos mentais da população negra, por exemplo. É importante enfatizar que gênero, sexualidade, cor e faixa etária são dados importantes para nos articularmos em torno das políticas públicas. No caso das mulheres negras, por exemplo, encontramos uma opressão dupla provocada pela intersecção de gênero e raça, que atribui estereótipos, papéis de gênero, expectativas e condições de vida diferentes para as mulheres negras, contribuindo com o seu adoecimento.



É importante salientarmos o perigo em afirmarmos que a população negra é uma população doente. O que acontece é que a população negra é o grupo mais vulnerável às doenças, pelas influências sociais de saúde, como condições em que a pessoa vive, trabalha e convive. É o conjunto desses diversos indicadores de vulnerabilidade que aumenta o risco de perder a vida.

Pode a Psicologia ser capaz de ouvir essas demandas?

Segundo o Mapa de Violência (2016), o Brasil está entre os dez países que mais matam por armas de fogo no mundo e a cada 23 minutos mata um jovem negro e periférico. Entretanto, a lógica do genocídio da população negra brasileira não se restringe apenas às ruas das cidades brasileiras e à constatação em estatísticas, os espaços acadêmicos também estão inseridos no genocídio da população não branca. Um dos exemplos é a defesa por uma neutralidade nas pesquisas: “Quando acadêmicos/acadêmicas brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo que eles também escrevem de um lugar específico, que não é neutro, nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder” (KILOMBA, 2019, p.58).

A neutralidade defendida, de uma maneira geral, pelas ciências humanas, bem como a ciência psicológica com seus métodos pautados pela cartilha positivista, não só silencia, apaga, bem como mata aqueles e aquelas que num plano social não compõe a faixa dos sujeitos auto universalizados e que gozam de sua não racialização em detrimento daqueles que fruto da possessão colonial no mundo e sua lógica são demarcados por sua raça, uma humanidade a parte do discurso pretensamente humanizador da psicologia (GABRIEL & SILVA, 2018, p.3).

Quais são as referências intelectuais não brancas na Psicologia? Quantas disciplinas se dedicam a trazer um panorama específico da realidade brasileira e/ou não branca do país? Quantos docentes e psi-

cólogos/as são brancos e quantos são negros? A Psicologia preta é estudada nas universidades? Alguma vez, por exemplo, já ouvimos falar de Virgínia Bicudo, importante psicanalista brasileira e pioneira sobre o campo clínico da psique infantil e estudos sobre relações raciais? Quanto a Frantz Fanon, alguma vez ouvimos falar da sua influência na reforma psiquiátrica e na luta antimanicomial? Nosso questionamento não tem como objetivo trazer números e estatísticas, mas sim a visualização da invisibilidade de negros dentro da própria Psicologia.

É fato que as ciências psicológicas contribuíram para a colonização mental dos países colonizados, servindo de respaldo para processos de dominação dos povos africanos e latino-americanos afirmando sua inferioridade, como o psicólogo e um dos fundadores da Psicologia africana, Nobles (2006), afirma. Cabe aqui demarcar que quando se trata de formação e prática da Psicologia no Brasil, é necessário promover sua descolonização, e para isto é necessário sublinhar que a Psicologia brasileira é branca. Não é exagero dizer que a Psicologia emergiu da classe dominante e burguesa. A Psicologia do início do século XX buscava contribuir com a modernização e a manutenção da ordem social brasileira. Algumas das teorias importadas para o Brasil eram marcadas pelo racismo científico e buscavam a modernidade do país. Tratando de assuntos como o tratamento de doenças mentais e a formação “moral” do ser humano, pautados em ideais higienistas.

Historicamente, a vinculação entre raça e doença mental culminou que as áreas de saúde se voltassem a construir relações entre doenças e raças a partir da associação de características fenotípicas. A prevenção eugênica destinava-se a formar um indivíduo brasileiro mentalmente sadio, afirmando que o Brasil era um país degradado e parte disto por conta dos vícios e ociosidade supostamente gerados pela miscigenação racial. Nesse período as populações negra e mestiça eram muito mais acometidas pelo alcoolismo e sífilis do que a população branca. A psiquiatria, influenciada por essas ideias higienistas, elegia como “desajustados sociais” os mestiços, imigrantes não brancos e negros como candidatos naturais e biológicos ao crime e ao hospício (MANSARENA & SILVA, 2000).



Sobretudo os negros eram tidos como candidatos naturais a uma vaga no hospício, posto que, segundo o discurso psiquiátrico, portadores de traços degenerativos próprios à sua condição racial. Como atesta o prontuário médico de uma negra interna no Juquery, em São Paulo, 'os estigmas de degeneração física que apresenta são comuns de sua raça: lábios grossos, nariz esborrachado, seios enormes, pés chatos (REIS, 1994, p. 151).

A Psicologia tradicional permanece em débito com a população não branca, sendo necessário refletirmos acerca do epistemicídio acadêmico como uma das formas de genocídio dos corpos negros. Os currículos de Psicologia nas universidades brasileiras são impregnados de colonialismo e autores homens-brancos-burgueses-europeus. Esses autores são extremamente importantes na construção da Psicologia como ciência, principalmente na clínica, mas construíram suas teorias e conceitos para manejarem subjetividades brancas com foco no sofrimento psíquico das mesmas (VEIGA, 2019). A importação e incorporação direta desses conceitos psicológicos produzidos na Europa desconsidera a singularidade dos povos não brancos, como Bock (2010) comenta:

Temos dificuldade de perceber o quanto as construções da Psicologia acabam ocultando a desigualdade social, as diferenças sociais, porque vamos aplicar os mesmos conceitos, o mesmo esquema teórico para qualquer sujeito [...] Há muita coisa escondida por detrás de nossos conceitos, porque ainda não fomos capazes de dar visibilidade, de enxergar com clareza que, em nossos conceitos, em nossas técnicas, está embutido um padrão de branco, masculino, europeu, e que, nas nossas teorias de desenvolvimento, ainda estamos presos a conceitos e construções que têm como modelo crianças americanas ou suíças (p.252).

Ao nos restringirmos apenas às conceituações brancas, europeias e americanas, acabamos por não contemplar e cuidar adequadamente da população brasileira que é majoritariamente negra e que compõe 54% do nosso país. Vivemos num país antinegro que se

nega enquanto racista. O que provoca efeitos sobre as subjetividades negras, em seus modos de ser, estar, sentir e perceber o mundo (VEIGA, 2019). “A subjetividade negra é ignorada na grande maioria das graduações em psicologia, e um dos efeitos diretos disso são pacientes negros serem vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolhê-los” (VEIGA, 2019, p.245). São diversas questões que essa problemática nos traz:

Como tratar dos efeitos do racismo na subjetividade negra numa relação terapêutica em que a marca do terapeuta, ser branco, é o que legitima as violências ao ser preto do paciente? Como acessar o auto ódio para dele poder sair e não o acessar e dele continuar padecendo? Os psicólogos brancos suportariam a redistribuição da violência racial no *setting*? Quando a transferência negativa é, na verdade, violência criadora, o psicólogo branco sabe manejar? Questões fundamentais para promovermos a descolonização da psicologia e da prática clínica, posto que descolonizar não é apenas incluir na bibliografia as epistemologias até então silenciadas, mas colocar em questão o próprio lugar do psicólogo, situar suas marcas, seu lugar de fala, porque é desse lugar que ele exerce a escuta (VEIGA, 2019, p. 246).

De um modo geral, não são necessárias intervenções pomposas, sofisticadas, repletas de equipamentos ou testes de ponta, mas sim investir em um direcionamento na compreensão e na escuta das necessidades de cada indivíduo dentro da terapia. O vínculo; a contratualidade; a compreensão dos aspectos sociais, históricos, pessoais, familiares; o restabelecimento da autoestima e autoconhecimento, reapropriação de espaços pertencentes a pessoas pretas e disponibilidade para compreender suas dores e potencialidades (SANTOS, 2019).

Quando existe a procura de um profissional preto, acreditamos que o faz por identificação, acreditando que o profissional preto estará apto a compreender suas questões como um ser preto, com narrativa, dores e potencialidades. É provável que se acredite que um profissional preto saberá ouvir melhor e acolher a sua queixa do que um profissional branco, fazendo com que seu discurso seja legítima-



do e reconhecido (SANTOS, 2019). Entretanto, é importante frisarmos que um profissional negro sem capacidade de escuta e consciência racial não conseguirá dar o melhor cuidado para este paciente.

O terapeuta negro pode representar diversas coisas para esse paciente; um modelo a ser seguido e a representação de uma pessoa preta em espaços sociais. Esse psicoterapeuta pode construir ferramentas direcionadas ao fortalecimento do paciente em relação ao racismo, ao descobrirmos mais potencialidades do que dores podemos construir mudanças e impactos na vida do paciente que procura a clínica com uma demanda de identificação, identitária e que ajuda na constituição de subjetividade (SANTOS, 2018).

Pensando nesses aspectos levantados, é importante salientar que o racismo está integrado no cerne da sociedade brasileira, fazendo-se necessário compreender os seus impactos. Faz-se necessário pensar em uma Psicologia antirracista e saber de qual lugar se exerce sua escuta e os manejos mais adequados, considerando as particularidades da população negra.

Referências

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**”. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Recuperado em 30 de nov. 2020 de www.teses.usp.br.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 30 (spe), 246- 258, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Óbitos por Suicídio entre Adolescentes e Jovens Negros 2012 a 2016**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Social. Universidade de Brasília, 2018. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf>

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Márcio e DAVID, Emiliano de Camargo. Pode a psicologia escutar? Reflexões sobre a demanda negra. **Psicanálise e questões raciais**. Correio Appoa, v. 301/302, 2020.

Gabriel, N., Silva, L. Reflexões iniciais acerca do epistemicídio na Psicologia. Revista NEIAB, v.02, n.02, 2018.

HALL, Stuart. **Da diáspora, Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MANSANERA, A. R., SILVA, L.C. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo**, 5(1), 115- 137, 2000.

NOBLES, W. **Seeking the Sakhu – Foundational Writtings for an African Psychology**. Chicago: Third Word Press, 2006.

REIS, J. R. F. **Higiene mental e Eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)**. Dissertação de mestrado, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

SANTOS, G. **Saúde Mental da população negra: relato de uma relação terapêutica entre sujeitos marcados pelo racismo**. (Monografia para a obtenção do título de Especialista em Saúde Mental e Coletiva). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, Campinas, 2019.

SANTOS, Neuza Souza **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** (1a ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SILVA, M. L. Racismo e os efeitos na saúde mental. *In*: Batista, L. E., Kalckmann, S. (Org.). **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo**. p. 129-132, 2005.

VEIGA, L. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, 31(spe), 244-248. Epub 20, dezembro 2019.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Brasília, DF: FLACSO, 2016.



**Esquecimentos Discursivos
e Branquitude Ideológica:
Diálogos entre Discurso, Racismo
e Processos de Subjetivação**

Silas Eduardo Lindolfo

Resumo

A noção de raça, forjada como um conceito de exclusão, teve um importante papel nos processos históricos de construção das relações sociais brasileiras ao solidificar uma estrutura racista de vida em sociedade. Tal estrutura foi se tornando invisível ao naturalizar processos que asseguravam ao branco dominante o monopólio de privilégios materiais e simbólicos. O conceito da branquitude surge como proposta de descrição da posição social e discursiva de sujeitos privilegiados historicamente, na qual o branco não é tido como uma raça, e sim um referencial de concepção do mundo. Essa invisibilidade refletiu nos processos de transformação do racismo e suas expressões, fazendo com que as condições de produção do discurso se estreitassem com o tempo, produzindo formas contemporâneas de reprodução de ideias racistas manifestas em discursos supostamente originais. Partindo dos pressupostos teóricos sobre os mecanismos de esquecimento da Análise do Discurso de corrente francesa, o presente estudo visa denunciar a estrutura de branquitude ideológica que produz a pretensa originalidade dos discursos contemporâneos que negam o racismo estrutural cuja finalidade envolve deslegitimar a identidade da população negra, estabelecendo formas de subjetivação de indivíduos capazes de interferir diretamente sobre sua autopercepção e estima, impactando a promoção de sua saúde mental.

Palavras-chave: Discurso; branquitude; racismo; subjetivação.



Introdução

As relações político-sociais construídas no Brasil foram fortemente influenciadas pelas variáveis que permeiam a noção de raça, forjada enquanto um dos mais potentes conceitos de exclusão da humanidade, haja vista o abominável histórico de ações do homem motivadas por esta concepção cuja fundamentação se sustenta pela hierarquização de individualidades e coletividades com base nos padrões culturais de distinção étnico-raciais. No entanto, olhar para o passado a fim de entender os trajetos que conduziram a sociedade brasileira ao longo do tempo e a moldaram tal qual é hoje é um processo que deve ser realizado cuidadosamente, principalmente se os interesses que motivam tal conduta visam às possibilidades de transformação social do presente. Diante disso, faz-se necessário destacar que a escravidão negra no Brasil e os eventos derivados deste fenômeno, como as ações que nortearam e sucederam a abolição da escravatura, marcaram profundamente a esfera social no país (NUNES, 2006), ao conduzir a população negra a locais específicos e bem delimitados sempre à margem da sociedade. Com o passar do tempo, a negligência política para com essa minoria racial cuidou para naturalizar os processos de estratificação responsáveis por marginalizá-la, ignorando cegamente as estruturas que expropriavam cada vez mais o direito dos negros a um espaço de dignidade na historiografia brasileira (SANTOS, 2019).

A naturalização desse fenômeno processual permitiu a emergência de mecanismos de discriminação racial cada vez menos explícitos, porém intensamente vinculados à ideologia racial dominante, principalmente a nível discursivo. Utiliza-se, então, a Análise do Discurso (AD) de corrente francesa (PÊCHEUX, 1969) cujos objetivos de investigação percorrem a identificação e análise dos resquícios ideológicos presentes na materialidade da língua e do discurso, a fim de entender como a cultura e a ideologia orientam a organização e a produção das formações discursivas (ORLANDI, 2007), para introduzir a este estudo o conceito de condições de produção do discurso. Para destrinchar essa ideia,

Orlandi (2007) explica que as condições de produção do discurso dizem respeito às circunstâncias contextuais envolvidas por fatores históricos, sociais e ideológicos, que permitem o aparecimento de formações discursivas específicas, que só puderam se apresentar daquela forma devido ao processo de construção dos sentidos da linguagem ao longo dos eventos históricos que modelaram as relações sociais e discursivas. Sendo assim, é possível observar uma relação entre as conquistas das lutas antirracistas e a AD pois, à medida em que práticas abertamente racistas adquirem um desvalor social a partir da resistência de uma classe racialmente oprimida ao longo da história, as condições de produção do discurso vão se estreitando e adquirindo um índice de rigor maior, resultando em formas contemporâneas cada vez mais inovadoras e sofisticadas de reprodução ideológica, o que não desvincula o discurso desses fenômenos racistas, pelo contrário, somente torna a intersecção entre um e outro cada vez menos explícita, atuando para manter vivas as estruturas raciais de discriminação que ainda regem a sociedade brasileira. Frente a isso, entende-se que o discurso da questão racial enquanto um marcador de diferença social obedeceu a condições de produção específicas, demarcadas por assimetrias historicamente construídas e suas transformações (PAULA; ALMEIDA; GIORGI, 2018).

Em síntese, a dinâmica do racismo na contemporaneidade se dá de forma cada vez mais complexa, pois as ideologias raciais podem ser sua causa histórica, embora não pareçam sua causa imediata, o que denota a existência de fatores historicamente orientadores, produtores da estrutura ideológico-cultural de discriminação que atravessa transversalmente a vida em sociedade, atribuindo determinadas posições a determinados grupos (CAMPOS, 2017). Considerando isso, cabe, a esta altura da discussão, destacar que a produção de diferentes posições na hierarquia das relações raciais influirá diretamente sobre os sentidos dos discursos proferidos, pois, segundo a AD, consideram-se as variáveis que interpelam o sujeito da enunciação, haja vista sua inscrição em um dado lugar social, que constituirá o lugar discursivo (PÊCHEUX, 1997).



Por isso, torna-se mister olhar o outro lado da história e considerar que, à medida em que a população negra foi oprimida e negligenciada pelos eventos sócio-históricos brasileiros, toda uma classe se solidificou a partir desta exploração, formando consistentes alicerces, sustentando violentos aparatos ideológico-culturais capazes de oferecer a segurança necessária para a manutenção de privilégios, a partir da aniquilação de identidades. Assim, formou-se não só uma estrutura de garantia de comodidades e privilégios, mas também um método de se conceber e julgar a vida, sendo guiado pela perspectiva branca de dominação, que ignora sua própria inscrição dentro do sistema de raças. Evidenciar, portanto, a racialidade da população branca nesse sistema implica perceber sua existência empírica dentro de um círculo racial, no qual suas percepções sobre privilégios e poder destoam de outros grupos (CARRERA, 2020). Essa perspectiva de mundo, responsável por produzir discursos históricos até aqui, caracteriza o conceito de branquitude, referindo-se a posições de privilégios raciais, políticos e econômicos em um sistema onde a racialidade branca não é percebida como tal, influenciando experiências, valores e identidades que definem a sociedade e a hierarquia racial nela existente (BENTO, 2002). Em outras palavras, a branquitude descreve a posição social dos sujeitos sistematicamente privilegiados por fenômenos históricos que facilitaram a eles o acesso aos recursos materiais e simbólicos de desenvolvimento, produzindo um estilo de vida cujo entendimento é de extrema relevância para compreender-se como são constituídas as estruturas de poder que alicerçam as desigualdades raciais ainda hoje (SHUCMAN, 2014).

Diante dessas circunstâncias, torna-se urgente e emergente a continuação do debate a respeito das formas contemporâneas de expressão e de perpetuação do racismo estrutural em sua integralidade, sobretudo aquelas que se escondem e se nutrem no e pelo discurso, uma vez que este último é responsável por intermediar as relações sociais gerais que sutilmente oprimem minorias ao reproduzir, de modo complexo, multifacetado e nem sempre explícito, fenômenos fundamentados pela desigualdade racial historicamente

construída e mantida. Além disso, é preciso evidenciar que o discurso também é meio para as manifestações de resistência contrárias à desigualdade e favoráveis à diversidade. Tal justificativa se alinha aos interesses da Psicologia enquanto um campo científico responsávelmente dedicado à produção de espaços de inclusão social, que dão voz aos silenciados e proporcionam a oportunidade de protagonismo social a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva, rumo à transformação social, possibilitando buscar em outras áreas do conhecimento ferramentas que corroborem com seu propósito, como a AD aqui empregada.

Conexões entre Discurso, História, Ideologia e Branquitude

Outro ponto que merece espaço neste estudo, no que tange a AD, é a introdução do conceito de inconsciente psicanalítico nos processos pelos quais a ideologia se faz presente no discurso (ORLANDI, 2007). Para elucidar sua importância, Oliveira (2011) explica que o inconsciente e a ideologia se articulam a partir da linguagem, por meio de um esquema sistematicamente simbólico, no qual as relações de força e sentido tornam clara a lógica da ideologia e a realidade por ela produzida. Ou seja, segundo a autora, este contexto permite observar a configuração do discurso como canal e espaço ideológico, responsável por materializar a realidade da ideologia vigente, uma vez que as formações discursivas (re)produzidas delimitam possibilidades de sentidos que interpelam o sujeito e suas relações.

Levando em conta os sentidos que a branquitude ideológica tem reproduzido, é necessário delimitar seu mecanismo ideológico e os ideais que estruturam seus discursos. Refletir sobre isso significa compreender que, ao se excluir dos círculos raciais justamente por não se identificar como uma raça, há uma pretensa ideia de invisibilidade cuja função é se resguardar, além de definir quem faz parte do “Nós” e dos “Outros”, estabelecendo uma norma-padrão singular e estética, que os torna ponto de referência para observar e classificar o mundo (CARDOSO, 2011). Assim, a lógica da bran-



quitude de se situar enquanto um narrador-observador neutro dos eventos cotidianos revela uma posição discursiva privilegiada, a partir da qual os brancos se apropriam de um espaço que é utilizado, portanto, para a produção de narrativas históricas que solidifiquem o mito da história única, responsável por impor imagens e percepções sobre o “Nós” e o “Outro” à sociedade, dispensando e apagando diferentes narrativas, principalmente se elas tensionam o silêncio que nega a ideologia dominante e disciplinarizadora, justamente por questionarem as estruturas por trás dos discursos de dominação e se mostram-se potencialmente promissoras para porem em xeque a transparência do sistema branco de privilégios. O que é um perigo (ADICHIE, 2019), pois sem a diversificação das fontes referenciais para entender a história, a sociedade continuará em um *looping* mantenedor das estruturas hegemônicas, sobretudo a racial, que silencia o discurso dos povos dominados e mantém o poder na mão daqueles que dominam, reproduzindo imagens distorcidas destes últimos que continuarão, então, a serem vistos como heróis cuja misericórdia salvou os “Outros”, que por sua vez devem se sentir gratos pelo feito.

A indignação com a opressão desse cenário foi um fator preponderante para situar a branquitude na teia das relações sociais, haja vista que, segundo Cardoso (2011), isto só foi possível graças à insurgência do movimento social negro, o que denota uma conquista que possibilitou entender, de forma mais abrangente, o papel do branco nas relações amparadas pelo racismo estrutural. Diante disso, é possível identificar a ideologia da branquitude em discursos atuais que vão na contramão dos movimentos sociais de resistência, como uma forma de adormecer tudo o que ameaça a ordem social e racial moldada até então. A exemplo disso, há disseminação da ideia de uma *democracia racial*, que surge como tentativa de limpar o sangue das mãos da população branca, apagando da história e da consciência as barbáries contra os escravos negros (NUNES, 2006). Esse discurso eugenista carregaria essencialmente a função de justificar as disparidades sociais e econômicas que embasam as mazelas sociais que assolam minorias raciais no Brasil (OLIVEIRA;

COSTA, 2020), desfazendo a hierarquia racial assentada no país, ao afirmar que “aqui ninguém é branco” (SOVIK, 2010), e utilizando o processo de miscigenação e mestiçagem, que violentamente produziu a brasilidade identitária, como método horizontalizador da pirâmide das relações raciais.

Outro exemplo de discurso disciplinarizador é aquele que nega a existência do conceito de raça, ao defender a ideia de que “somos todos humanos”, principalmente por se esquecer que o conceito de raça não foi produzido pela ciência, embora o racismo científico que vigorou no Brasil tenha contribuído com o fortalecimento do sistema como um todo e, portanto, não pode ser provado por ela, conforme sugere Bove (2020) em matéria à BBC, ao explicar como a ciência derrubou a ideia de raça a partir de estudos genéticos. No entanto, é evidente que a ciência não pode justificar empiricamente a instituição do conceito racial de segregação, uma vez que ele foi completamente forjado no campo das ideias ideológicas para discriminar o “Outro” do “Nós” partindo de suas características fenotípicas, o que revela a natureza social e ideológica de construção da terminologia raça. Além disso, torna-se impossível negar a existência desse conceito, justamente por ter sido ele o responsável por formar a hierarquia racial a partir da qual todas as relações de poder sociais, políticas e econômicas derivaram e vigoram. O reconhecimento da racialidade para os negros revela-se fundamental para o engajamento em formas plurais de resistências contemporâneas contra a opressão racial (MADEIRA; GOMES, 2018).

Além disso, tornou-se comum, na atualidade, a presença de outros discursos que expressam ideais da branquitude ideológica, os quais invertem as posições historicamente atribuídas aos povos explorados e exploradores. Tais discursos deslegitimam as bases que fundamentam as resistências antirracistas, pressupondo a horizontalidade das relações conforme apresentado, ao afirmarem a existência de uma lógica reversa e potencialmente subversiva do pensamento que permite a emergência de um suposto “racismo reverso”, no qual os opressores assumem o papel de vítimas ao lidarem com situações onde os oprimidos afirmam sua presença e identidade



mediante o reconhecimento e denúncia dos privilégios produzidos pela e para a branquitude. O aparecimento dos discursos que exprimem essa ideia não só é perverso como também infundado, pois, retomando as condições de formação do discurso, torna-se evidente que os processos históricos, sociais e principalmente discursivos, que construíram uma estrutura hegemônica racial, não permitem a inversão lógica do discurso, reconstruindo-o em outras bases, uma vez que o discurso antirracista só pôde se formar em contrapartida a outros anteriores, naturalizados pela estrutura dominante (PAULA; ALMEIDA; GIORGI, 2018).

Para analisar os discursos supracitados, que exprimem a existência discursiva da branquitude na sociedade brasileira, a AD explica que a linguagem nada mais é do que a materialização da língua e condutora de pressupostos ideológicos, impossibilitando sua neutralidade, pois os sentidos disseminados são essencialmente reproduções e não originais, uma vez que o enunciador é interpelado pelas camadas cultural, social, histórica e, sobretudo, ideológica, que o obriga a atender às condições de produção do discurso, mesmo que não aconteça de forma consciente (PÊCHEUX, 1969). No entanto, a afirmação da originalidade daquilo que está sendo dito é mais um mecanismo de invisibilizar a história, pois o caráter recente das lutas contra a ideologia de opressão racial pressupõe a contemporaneidade do discurso da branquitude. Isso poderia facilmente ser utilizado como justificativa de todo o processo, se não estivesse esquecendo que esses sentidos são meras reproduções. Para explicar isso, é necessário entender como os tipos de esquecimentos da AD aparecem no discurso. Segundo Orlandi (2007), Pêcheux defende a ideia de que as formações discursivas são atravessadas por dois tipos de esquecimentos, sendo um deles de caráter ideológico (esquecimento número um) e outro tangente à organização enunciativa (esquecimento número dois). O esquecimento ideológico ocorre na instância psíquica inconsciente e está intimamente vinculado à forma pela qual a ideologia vigente afeta as pessoas, fazendo com que o enunciador tenha a ilusão de ser a origem daquilo que diz, quando, na verdade, está retomando em seu discurso sentidos já existentes,

difundidos de alguma forma em algum momento passado, pois os sentidos se determinam pelo modo como os sujeitos se inscrevem na história e na língua. O esquecimento número dois, por sua vez, ainda segundo a autora, refere-se à forma de organização da enunciação, considerando que as formações discursivas são materializadas de uma forma e não de outra, a partir de um repertório parafrástico de linguagem, que indica a constante possibilidade de transformar o dizer em outro igualmente equivalente, mas nem sempre se tem consciência disto, o que revela o caráter semi-inconsciente deste esquecimento, suscitando no enunciador a impressão da natureza real/atual do pensamento, denominada ilusão referencial. Esse esquecimento pressupõe uma relação interdependente entre o pensamento, a linguagem e o mundo real, uma vez que os discursos são formados considerando que aquilo que está sendo dito só o pode fazer com determinadas palavras em detrimento de outras, em uma relação natural entre coisas e palavras.

Diante dessa perspectiva, torna-se possível analisar os exemplos dos discursos que expressam implicitamente a ideologia da branquitude supracitados neste estudo. Assim, ao afirmar-se a existência de uma democracia racial formadora de um país e anuladora dos fenômenos que historicamente oprimiram todo um grupo fenotipicamente estigmatizado e excluído, verifica-se empiricamente a presença do esquecimento ideológico, pois a utilização de discursos que apontam a miscigenação e mestiçagem brasileira faz referência aos processos de embranquecimento da população, implementados ao longo da história por meio de políticas de povoamento que foram delimitando a sociedade (HASENBALG, 1996). Além disso, a adoção da perspectiva dos povos brancos como indicador de classificação do Outro a partir de critérios raciais também se esquece de que, ao delimitar fatores de classificação e diferenciação, também está inserida neste sistema, considerando sua raça como marco de referência padrão do considerado normal. Ao passo que tal fenômeno ocorre e nega o branco enquanto uma raça, se apropriando deste conceito, constrem-se identidades intrinsecamente vinculadas à estrutura social racista, proporcionando privilégios diversos que, por sua vez,



influem sobre a forma de subjetivação do indivíduo (SCHUCMAN, 2014). Nesse processo, adotar o discurso que nega a existência da raça, do ponto de vista biológico, enquanto critério concreto de diferenciação social, por um lado pode ser interpretado como mais uma maneira de combater o racismo científico, que, apesar de ter vigorado no país, encontra-se em desuso, por outro manifesta o esquecimento ideológico do caráter cultural que estabeleceu o conceito, formando relações sociais racialmente fundamentadas a partir das quais a realidade se formou. Pode-se, também, interpretar a tentativa de inversão dos papéis entre vítimas e opressores como um mecanismo de abate aos movimentos de resistência, produzindo provas infundadas de que as minorias raciais, ao retomarem pautas que denunciam o sistema culturalmente construído, fazem de uma forma igualmente violenta àquelas que lhes oprimiram e, portanto, estabeleceria bases para a construção de um novo discurso ao inverter a lógica que ampara o racismo enquanto estrutura. Destacar o caráter violento das pessoas negras ao denunciarem o sistema que as oprime, distorcendo os fatos, significa, implicitamente, retomar a filosofia que norteou o racismo científico no Brasil, o qual teve Nina Rodrigues como sumidade e cujos estudos buscavam provar a natureza essencialmente violenta e imoral da população negra (AUGUSTO; ORTEGA, 2011).

Aliada aos mecanismos discursivos do esquecimento ideológico, que negam as características de originalidade dos sentidos e revelam a constante reprodução em sua natureza, observa-se, então, a emergência do esquecimento enunciativo em tais discursos, pois, se aquilo que está sendo dito é, na verdade, uma reprodução de sentidos outrora disseminados em sociedade, podem conceberem-se as formas contemporâneas de expressão do racismo como complexas paráfrases dos discursos históricos disparados, que se embasaram em vieses estruturais do racismo, remetendo à ideologia central da noção de raça, que, conforme este estudo cuidou para explicitar, foi um conceito histórica e culturalmente construído, modelado e imprescindivelmente fundamental na constituição da identidade brasileira enquanto nação cujas narrativas

históricas produzidas são calcadas na perspectiva da branquitude de perceber os eventos. Contudo, observam-se a todo momento novas formações discursivas parafrásticas àquilo que já foi dito, a partir da ilusão da naturalidade relacional entre palavra e pensamento, na qual o sujeito produz discursos diferentes, que facilmente serviriam como substitutos equivalentes aos discursos abertamente racistas, se não fosse seu caráter implícito de reprodução de sentidos.

As reflexões construídas até aqui possibilitam verificar, a nível discursivo, a natureza volátil de manifestação, reprodução e transformação dos discursos de cunho racista, elucidando como o toque da contemporaneidade mascara cada vez mais as formas de expressão do racismo que, embora não apareçam em sua forma e sentido mais explícitos, se alicerçam em bases epistemologicamente responsáveis pela sobrevivência das estruturas ideológico-raciais de discriminação. Hasenbalg (1996) traçou um percurso geral de como as relações raciais foram construídas no Brasil a partir de referências que destacam a influência privilegiada do branco neste processo, além de elucidar o impacto da importação dos processos internacionais de manutenção social a partir da raça, e como isto reforçou os padrões de privilégios aos brancos (branquitude) e os eventos de opressão aos negros, conduzidos à margem social, econômica, material e cultural da sociedade brasileira. Assim sendo, as diferenças discursivas que produziram locais sociais distintos a partir da instituição social da raça são, também, responsáveis pelas disparidades nas experiências sobre a realidade, uma vez que o cenário multirracial do Brasil imprime formas singulares de se conceber o cotidiano, influenciando diretamente a constituição de sujeitos e, consequentemente, as subjetividades de brancos e negros (SCHUCMAN; GONÇALVES, 2020). Considerando a branquitude ideológica como um dos espaços discursivos produzidos pela dominação histórica, ressaltando sua perspectiva referencial na construção de significados sociais, torna-se clara a identificação das formas disciplinares de subjetivação de sujeitos, uma vez que elas operam valorizando o branco e tudo que a eles pertence, produzindo imagens da norma-



-padrão que impactam a compreensão de si entre a população negra, acostumada à desvalorização e instigada a ideais que aniquilam sua ancestralidade e impedem-na de viver sua identidade, uma vez que o discurso da branquitude inferioriza tudo que é do negro ou faz referência a ele, construindo representações negativas acerca dele (SILVA; ARAÚJO, 2020), o que acaba por modificar seu senso de autopercepção, autoestima e autoaceitação.

Inserir os processos de subjetivação de indivíduos, reconhecendo sua situação na hierarquia racial produtora e reprodutora de desigualdades, portanto, implica situar o papel das estruturas raciais de discriminação dentro das categorias psicossociais de análise da desigualdade sóciorracial, principalmente ao esclarecer o papel do discurso da branquitude ideologicamente enviesado, que ampara formas contemporâneas de expressão do racismo e assegura a sobrevivência deste sistema, tendo em vista sua influência nos processos de constituição de subjetividades histórica e culturalmente oprimidas, impactando diretamente as condições de alcance e manutenção da saúde mental, levando em conta o senso distorcido de autopercepção e estima, produzido pela intensa inferiorização racial.

Considerações Finais

As reflexões conduzidas até aqui neste estudo teórico destacam, intencionalmente, os processos históricos por meio dos quais o racismo estrutural se solidificou. Isso explica, em grande parte, a gênese do sistema de violações culturais, físicas e identitárias que castraram a população negra ao longo da formação do Brasil enquanto nação, responsáveis por induzirem esta minoria racial a espaços minuciosamente pensados para receberem o “Outro” marginalizado, de forma que os interesses da branquitude dominante fossem assegurados neste percurso. Se atentar aos mecanismos discursivos que refletem a ideologia racial, utilizando como ferramenta de análise a AD francesa, permitiu a ampliação do debate acerca das origens do discurso, dos fenômenos que o

transformaram e de suas formas contemporâneas de expressão cujas causas históricas e não imediatas explicam as sutilezas que operam para disfarçá-lo nos dias de hoje, oferecendo-lhe uma ilusória roupagem de espontaneidade a respeito do que está sendo narrado. Tal ilusão pôde ser identificada a partir dos conceitos teóricos que descrevem os processos de esquecimentos ideológico e enunciativo a nível discursivo, desfazendo a articulação do discurso da branquitude ideológica com a possibilidade de fundamentos verdadeiros, revelando a necessidade do cuidado para analisar as complexas e perversas formações discursivas que, essencialmente, estão vinculadas ao padrão cultural e ideológico de se apreender a vida cotidiana, em mais uma tentativa de deslegitimar a busca por direitos e dignidade de uma população racialmente discriminada, que ainda enfrenta, de forma não tão passiva como antes, as mazelas derivadas da discriminação histórica, utilizando suas vozes para produzir significados que exprimem resistências diversas. Assim, tornou-se possível revelar como a lógica dominante do discurso da ideologia que sustenta a branquitude enquanto estilo de vida funciona e sobrevive por meio dos fenômenos cotidianos de subjetivação de individualidades a partir de seu meio social, obedecendo a padrões disciplinares de se perceber a vida, no caso das minorias raciais, vinculados a espaços negativos e de desvalor que mantém a estrutura de privilégios, minimizando, desde o começo, as chances de produzirem-se personalidades críticas capazes de colocar em xeque a continuidade dos valores racistas que regem a vida em sociedade, interferindo, portanto, na promoção de saúde mental entre as minorias raciais.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1. ed. Campinas: Companhia das Letras, 2019, 64 p.
- AUGUSTO, Cristiane Brandão; ORTEGA, Francisco. Nina Rodrigues e a patologização do crime no Brasil. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 221-236, jan./jun., 2011.



BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e Poder nas Organizações Empresariais e no Poder Público.** Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 169. 2002. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>>. Acesso em 20 jan. 2021.

BOVE, Lorenza Coppola. Racismo: como a ciência desmantelou a teoria de que existem diferentes raças humanas. **BBC NEWS Brasil**, 2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/general-53325050>>. Acesso em 09 fev. 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realística-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 32, n. 95, p. 1-19, 2017.

CARDOSO, Lourenço. O Branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 81-93, jan./jun., 2011.

CARRERA, Fernanda. Raça e privilégios anunciados: ensaio sobre as sete manifestações da branquitude na publicidade brasileira. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, p. 6-28, jan./abr., 2020.

HASENBALG, Carlos. “Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil”, *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, 235-249.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez., 2018.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: Tentativas de Disfarce de uma Violência Explícita. **Psicologia USP**, v. 17, n. 1, p. 89-98, 2006.

OLIVEIRA, Mirian Ribeiro de. **O discurso do branco e para o branco: uma análise discursiva de rótulos e propagandas.** Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 228. 2011. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6201?locale=pt_BR>. Acesso em 01 fev. 2021.

OLIVEIRA, Miria Gomes; COSTA, Silvia Regina de Jesus. O mito da democracia racial brasileira no discurso de educadores da RME-Belo Horizonte: Silenciamento e Ausências. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, v. 45, n. 1, p. 1-17, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007. 100 p.

PAULA, Bianca Assis Oliveira de; ALMEIDA, Fabio Sampaio de; GIORGI, Maria Cristina. “Eu e meus alunos-cotistas na escola pública”: racismo, ethos discursivo, discurso midiático e produção de subjetividade. **Letras de Hoje**, v. 53, n. 3, p. 393-402, jul./set., 2018.

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso (AAD-69)”, *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1969, 61-161.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do obvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1997.

SANTOS, Tahinan da Cruz. As Consequências da Escravidão na História do Negro no Brasil. **Diamantina Presença**: “Educação e Pesquisa”, Bahia, v. 2, n. 1, p. 47-57, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONÇALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, p. 109-123, 2020.

SILVA, Mozart Linhares da; ARAÚJO, Willian Fernandes. Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade. **Educação Unisinos**, v. 24, p. 1-20, 2020.

SOVIK, Liv Rebecca. **Aqui ninguém é branco**. 1. ed. Rio de Janeiro: AEROPLANO, 2010. 176 p.



O racismo como sofrimento ético-político e a importância de uma Psicologia antirracista

Suellen Cristhina Cintra

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo principal a compreensão da importância de uma Psicologia antirracista frente ao sofrimento ético-político experienciado pelas pessoas negras, por meio de revisão de literatura e de análise de documentos produzidos pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo nos últimos 30 anos. O racismo abordado como sofrimento ético-político revela um sofrimento advindo das desigualdades sociais que permeiam a vida da população negra desde o período da escravatura. A Psicologia agiu como cúmplice do racismo por ter chegado ao Brasil sem olhar para as diferentes subjetividades brasileiras, usando de teorias eurocêntricas. Os resultados encontrados na análise dos documentos do CRP demonstram a legitimação da luta antirracista dentro da Psicologia, entretanto, esta luta se deu de forma mais explícita a partir no ano de 2002, quando o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução CFP n.º 18/2002 com normas para a atuação de psicólogas(os) frente aos casos de racismo. A estrutura do Brasil é historicamente racista, o que faz as academias não abordarem a questão racial de forma abrangente nos cursos de graduação de Psicologia, o que demonstra a importância de uma frente cada vez mais antirracista para lidar com a necropolítica imposta na sociedade.

Palavras-chave: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; racismo; sofrimento ético-político; Psicologia antirracista.



Introdução

A partir de diversos casos explícitos de violência e discriminação racial no Brasil e no mundo, surge o desejo de compreender qual é a importância de um posicionamento antirracista da Psicologia frente ao sofrimento ético-político experienciado pelas pessoas negras e a importância de se fazer releituras de teorias criadas por brancos sem deslegitimar o saber mas sim, descolonizar um pensamento europeu voltando-o para o pensamento de matrizes africanas, e questionar o fato de questões raciais não serem abordadas de forma explícita na Psicologia a partir dos cursos de graduação.

Falar sobre a discriminação racial sem olhar para a história da escravidão é anular a raiz do problema, portanto foi realizado um breve estudo acerca da história do negro no Brasil desde o período escravocrata para ilustrar como esta discriminação constituída neste período segue sendo reproduzida através de discursos de ódio ou ações “sutis”.

O racismo foi abordado dentro da categoria ético-política para analisar o sofrimento causado pelas injustiças que atacam violentamente uma subjetividade coletiva da população negra e evidenciando a importância de um posicionamento ético da Psicologia frente a esses casos.

Justificativa

A Psicologia surgiu em um contexto europeu elitizado, e em sua regulamentação no Brasil, em 1962 agiu, segundo o documento do CREPOP (2017), como cúmplice do racismo, omitindo a existência das diferentes formas de sofrimento, omitindo a existência das subjetividades negras, trabalhando teorias que não condiziam com a realidade brasileira. Portanto, a pesquisa utilizou o método de pesquisa documental com o objetivo de compreender a importância de uma Psicologia antirracista a partir dos documentos produzidos pelo CRP S P sobre relações étnico-raciais nos últimos 30 anos (1990 – 2020), o que totalizou o alcance de 27 documentos analisados.

A pesquisa possui relevância social por abordar a relação entre a Psicologia e o cuidado com a maioria populacional do país, que segue marginalizada, sofrendo psicologicamente e fisicamente desde o período da escravidão, por estar inclusa de forma perversa em uma sociedade historicamente racista.

Revisão de Literatura

Contexto histórico do racismo

A chegada dos europeus a o continente africano deixou marcas violentas no mundo até os dias atuais. Quando o primeiro navio português sequestrou nativos de Senegâmbia, em 1444, possivelmente viviam em liberdade nas sociedades africanas e não como escravos (HALL, 2017, p. 50-51 apud MOTA, 2019).

Segundo Munanga (2009, p.11):

Quando os primeiros europeus desembarcaram na costa africana, em meados do século XV, a organização política dos Estados africanos já tinha atingido um nível de aperfeiçoamento muito alto. As monarquias eram constituídas por um conselho popular, no qual as diferentes camadas sociais eram representadas.

Confirmando o fato de que a história da África não é como aprendemos na escola, a história da África existe bem antes, com uma monarquia e sociedade constituída e aparentemente funcional que foi interrompida pela escravidão. A partir do descobrimento do Brasil, os portugueses passaram a trazer, pelo tráfico, centenas de corpos pretos para serem utilizados como mão de obra. “Em relação às outras nações americanas, o Brasil foi o país a escravizar o maior número de africanos e a última nação das Américas a abolir a escravidão” (SANTOS, 2001 apud FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 376).

“A duração do tráfico para a escravidão no Brasil foi de 1550 até 1850. Apesar que 6.900 indivíduos vindos da África desembarcaram clandestinamente entre 1851 e 1856”. (ALENCASTRO,



2018 apud MOTA, 2019). Em 1888, após a grande pressão de outros países, a escravidão brasileira foi abolida e na época de sua promulgação, não havia nenhum plano voltado para a integração do ex-escravo na sociedade brasileira (FERREIRA e CAMARGO, 2011), que faz valer a afirmação de que esta libertação não foi apenas um ato de bondade dos governantes da época. “A abolição alinhada com o abandono social pretendia desqualificar e descartar a população negra” (MOTA, 2019, p. 105).

Segundo Ferreira e Camargo (2011, p.377):

(...) Ao negro coube a possibilidade de se desenvolver como cidadão de segunda classe, decorrendo daí o desenvolvimento de uma identidade articulada em torno de valores considerados socialmente negativos, alimentados pelo preconceito e pela discriminação.

Essa discriminação desenvolvida no período pós-abolição seguiu para um período de falsa aceitação da pessoa preta na sociedade. Sobre isso, Ferreira e Camargo (2011) comentam também que a ideia do branqueamento como solução para a sociedade brasileira foi defendida por vários cientistas e representantes da intelectualidade brasileira. O psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues foi um dos intelectuais da época que empregavam a teoria racista em seus estudos. Seus trabalhos, segundo Schucman e Martins (2017, p.175):

Foram fundamentais para a consolidação de um modelo psicofísico capaz de nomear e descrever as “deficiências” do negro brasileiro, tendo como efeito mais imediato o reconhecimento das consequências sociais “perversas” que a manutenção do convívio com essa raça poderia acarretar para a sociedade brasileira.

Esses e outros estudos acerca da raça negra deram base para o movimento eugenista brasileiro. Essa ideia eugênica defendida por cientistas foi o fator principal para que hoje em dia existam pretos de pele clara, identificados como pardos ou mestiços. A mistura de raça foi plano governamental para que os pretos retintos e a cultura africana fossem extintas do Brasil, em um momento

em que o país buscava por uma identidade nacional. Ferreira e Camargo (2011) falam sobre o I Congresso de Eugenia, em 1927, onde o antropólogo Roquete Pinto previu que em 2012 a população brasileira seria constituída por 80% de brancos e 20% de mestiços. Porém, nos anos 30, continua Ferreira e Camargo (2011, p.386), “o mestiço passa a ser louvado como símbolo de nossa identidade. Após a desvalorização, a exaltação. Assim, foi sendo gestada a crença que passou a constituir o pensamento brasileiro – a da democracia racial.”

Mota (2019, p.101) comenta que a “democracia racial busca enfumaçar o incêndio das ossadas e estilhaços da carne negra causados pelo racismo na sociedade brasileira”. O fato do Brasil ser um país constituído por uma miscigenação de cores e etnia passa a falsa impressão de que o país é livre do racismo. A população preta marginalizada no período pós-abolição que se tentou apagar durante o movimento eugenista, hoje, segue sofrendo pela discriminação racial mesmo que de forma “velada”, e mesmo que Este racismo seja “oculto”, ele continua sendo racismo, afetando a subjetividade de quem o sofre.

A pessoa branca passa a suportar o preto de pele clara com um discurso racista não explicitado possuindo ainda um olhar discriminatório para o preto de pele retinta. “Boechat (2015) nomeia de racismo cordial Este racismo disfarçado no Brasil. A cordialidade pode ser uma camuflagem para as práticas racistas (por exemplo, violência, rejeição, supremacia racial, ódio etc.)” (BOECHAT, 2014, p. 86 apud MOTA, 2019, p.115).

Racismo: um sofrimento ético-político

Como visto anteriormente, o período pós-abolição deu origem a uma das grandes violências contra o povo negro: o embranquecimento. Avelar (2019, p.8) comenta que “a população negra é incentivada a assimilar um ideal de Eu pautado na branquitude, a assimilação desse ideal pode gerar sofrimento, baixa autoestima, vergonha de si mesmo, sentimentos de não-pertencimento e isolamento social.”



O embranquecimento pode ser entendido como uma forma de excluir definitivamente o povo negro da sociedade e hoje, após a teoria eugenista não obter o sucesso que esperavam, as formas de tentar branquear as pessoas da pele preta dão-se da mídia por exemplo, onde pessoas negras aparecem, na maioria das vezes, em uma posição secundária, ou através do genocídio de jovens que, segundo os dados do IBGE (2019), afeta a grande maioria de jovens negros. Sobre a exclusão, Sawaia (2001, p.9) comenta que esta “passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro”.

A mestra em gestão de mídia e ex-consulesa da França Alexandra Loras comenta, em uma entrevista do ano de 2017 para o canal da internet FecomercioSP, que já viajou para 50 países, mas que o Brasil é o país mais racista para onde já viajou, pois, ao chegar ao país onde 54% das pessoas são negras não encontrou negros nas novelas, desenhos animados, jornais ou em cargos públicos¹.

E essa reflexão mostra o empenho, consciente ou não, em excluir a população negra de uma participação visível na sociedade, e quando a população negra está incluída é de forma subalterna, afetando a subjetividade do sujeito negro que desde a infância não se reconhece no meio social. Segundo Avelar (2019, p.39) “o racismo impele as pessoas a odiarem a negritude. Sendo assim, para o negro o seu corpo pode tornar-se fonte de dor, sofrimento e desprazer, ao invés de ser experimentado de forma prazerosa, sendo amado e cuidado como fonte de vida.”

Essa inclusão das pessoas negras de forma perversa na sociedade configura a dialética inclusão/exclusão que, segundo a professora Bader Sawaia (2001, p.9), “gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado” e retrata o sofrimento ético-político que é a “dor que surge da situação social de ser tratado como inferior” (SAWAIA, 2001, p.104).

¹ FECOMERCIO SP, **Falta de representatividade e democracia racial e de gênero, por Alexandra Loras**. 2017. (40m08s). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aHMTD566D88&t=104s>. Acesso em 25 de out. de 2020.

A discriminação racial é uma questão ética e política, causada pelas injustiças sociais que atravessam uma subjetividade coletiva, abrangendo as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas (SAWAIA, 2001). Bader Sawaia cita no livro “As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social” a doença do banzo que atingia de forma misteriosa os escravos brasileiros, levando-os à morte para contextualizar o sofrimento ético-político.

Segundo Sawaia (2001), o banzo é causado pela tristeza do sentimento de se sentir sozinho e humilhado pelas condições históricas daquele período escravocrata. Trazendo para o contexto atual, o banzo pode ser configurado pelo sentimento que leva jovens negros ao suicídio². A autora utiliza, também, o conceito de afetividade por ser um conceito discriminado pela ciência pelo fato de a afetividade negar a neutralidade frente às reflexões sobre a desigualdade social “permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar diante da pobreza.” (SAWAIA, 2001, p.98)

São comuns relatos de pessoas dizerem que nunca sofreram o racismo, mas toda vez que uma mãe de uma pessoa preta alerta a filha ou filho para levar os documentos com ele em todo lugar que ele for, ou pede para que não usem o cabelo no estilo “black power” porque não vão conseguir emprego ou quando pessoas negras dizem que não gostam de mexer na bolsa quando estão dentro de uma loja, atitudes como estas não caracterizam o sofrimento ético-político causado pelo racismo?

A população negra está incluída de forma tão cruel, tão perversa, vivendo de forma tão automática que pode não perceber que está mais excluída do que incluída em uma sociedade que compactua inconscientemente com a necropolítica³.

2 BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília – DF, 2018. Disponível em https://unalcs.org/wp-content/uploads/2019/11/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em 28 de ago. de 2020.

3 “Refere-se, pois, a um tipo de política entendida como o trabalho de morte na produção de um mundo em que se termina com o limite da morte. É a presença da morte que define esse mundo da violência.” (MBEMBE, 2011, p. 137 apud CARDOSO, 2018, p.962).



Estudar o racismo pela vivência trazida por quem sofre possibilita a compreensão do descompromisso social do Estado e a legitimação da negligência contra a minoria marginalizada. Segundo Sawaia (2001), sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano e a autonomia, a política torna-se apenas abstração e, segundo o código de ética de Psicologia, é função de psicólogas/os trabalhar a partir destas vivências, se indignar e se posicionar de forma ética frente aos casos de discriminação.

A Psicologia e a Discriminação Racial

A Psicologia, como ciência e profissão, tem como um dos seus princípios fundamentais “promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p.7). Tendo em vista o compromisso social com a democracia, cabe à Psicologia o posicionamento antirracista desde o curso de graduação.

Segundo Veiga (2019, p.245):

A subjetividade negra é ignorada na grande maioria das graduações em psicologia, e um dos efeitos diretos disso são pacientes negros serem vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolhê-los e, ao mesmo tempo, sentirem que não estão sendo compreendidos em suas questões e nem escutados como pertencentes a um povo que durante mais de 300 anos foi escravizado e que só há 130 anos foi liberto.

Mardgan (2019) traz uma pesquisa onde foram realizadas entrevistas com um grupo de professores do curso de Psicologia com idades entre 37 e 72 anos, mulheres e homens, negras/os e brancas/os acerca da aprendizagem e abordagem de temas étnico-raciais com estudantes. Mardgan (2019, p.90) afirma:

Todos os entrevistados afirmaram que o tema das relações étnicoraciais ou não foi abordado ou foi abordado de forma superficial durante sua graduação em psicologia, o que de alguma forma os impossibilitou de reconhecer a relevância deste enquanto ainda eram estudantes.

Infelizmente, a Psicologia ainda é uma área permeada pelo conhecimento eurocentrado. Em seu surgimento, levando o contexto histórico da escravidão, a classe branca e elitista possuía total controle do saber, portanto “historicamente, a Psicologia brasileira posicionou-se como cúmplice do racismo” (CREPOP, 2017 p.75), pois sempre bebeu de um saber que não contemplava a realidade do Brasil, tendo ainda grandes profissionais que atuaram no período eugênico do país, deixando grande lacuna de aprendizado dentro da graduação de Psicologia.

Em 1933, o médico Arthur Ramos, um dos mentores da escola Nina Rodrigues e representante da Psicanálise, foi nomeado chefe do serviço de saúde mental. Ele, que disseminou a ideia de que parte dos negros trazidos para o Brasil eram culturalmente inferiores, levou consigo o pensamento racista para a constituição dos primeiros serviços de higiene mental (CREPOP, 2017). Ramos, segundo Schucman e Martins (2017), também foi responsável por ministrar o segundo curso de Psicologia Social que foi realizado na Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, e tendo seu encerramento em 1937, com o fechamento da Universidade.

Com a regulamentação da Psicologia em 1962, grandes mudanças foram realizadas na profissão como a Reforma Psiquiátrica, mas a Psicologia assim como outras diversas áreas do saber seguia colocando as reflexões acerca do racismo em segundo plano, mesmo após a criação do Conselho Federal de Psicologia em 1971.⁴

(...) o Sistema Conselhos demorou a abraçar a causa. Se, nos anos 1970 e 1980, engajou-se no Movimento de Reforma Sanitária, nos anos de 1980 e 1990, no Movimento da Reforma psiquiátrica e Luta Antimanicomial 74 e nos anos 1990 instituiu o compromisso social da Psicologia e criou a Comissão de Direitos Humanos no CFP e nos CRPs, foi somente nos anos 2000 que incorporou a discussão sobre racismo e igualdade racial (CREPOP, 2017, p.73).

⁴ Disponível em <https://site.cfp.org.br/cfp/sistema-conselhos/> Acesso em: 23 de Ago de 2020.



Mas engana-se ao pensar que as pessoas de pele preta eram flutuantes em relação à situação de violência racial em que viviam. O Movimento Negro foi um dos principais responsáveis pela luta contra o racismo.

O Movimento Negro teve sua primeira fase entre os anos de 1889 e 1937, onde diversas instituições foram lideradas por pessoas negras, nesse período se destaca a Frente Negra Brasileira que lutou contra as discriminações vivenciada pelas pessoas de pele preta, mas esta entidade acabou perdendo representatividade quando se tornou um partido político de extrema direita. A segunda fase do Movimento deu-se entre os anos de 1945 e 1964, quando houve perseguições de elites e militares no período ditatorial e o que hoje é conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU) teve seu surgimento marcado no ano de 1978 posicionando-se de forma radical contra a discriminação racial (CREPOP, 2017).

Nos anos 1980, a psicanalista Neusa Santos Sousa escreveu o livro *Tornar-se negro*, onde apresentou seu “anseio e tentativa de elaborar um gênero de conhecimento que viabilize a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange à sua emocionalidade” (SOUZA, 1982, p.17), o livro foi um marco para a Psicologia e extremamente importante em um Brasil de maioria negra que sobrevivia em uma sociedade branca, tirando o negro da posição de objeto de estudo e o colocando como sujeito. O prefácio desse livro, escrito pelo psicanalista Jurandir Freire Costa (p.6), fala sobre a relação entre sujeito e corpo, e as sequelas do racismo na subjetividade:

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar. A amargura, desespero ou revolta resultantes da diferença em relação ao branco vão traduzir-se em ódio ao corpo negro.

Vale lembrar que dentro da dicotomia entre pretos e brancos, ainda há o mestiço, que em dados momentos é considerado branco e em outros, negro. Ferreira e Camargo (2011, p.376) pontuam que “é co-

num uma pessoa, principalmente no caso do mestiço com características negroides leves e com posição social elevada, ser considerada branca. Outra pessoa, em função de condições socioeconômicas adversas, com características físicas semelhantes, pode ser considerada negra”.

Este sujeito de pele menos retinta também passa pelo processo de negação ao corpo, quando junto de pessoas de pele alva. Isso se dá ao fato de também sofrer o racismo, de forma um pouco mais velada do que o negro de pele retinta.

Segundo Marília Loschi (2019), cerca de 54% da população brasileira é composta por negras e negros (incluindo pessoas autodeclaradas pardas) e as taxas de homicídio entre elas é de 43,4 mortes para cada 100 mil habitantes, já para pessoas brancas, esta taxa fica entre 15,3 e 16. Significando que pretos ou pardos tinham 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio, em 2017. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) publicou, em seu 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, uma pesquisa onde revela que 75,4% dos mortos por intervenções policiais são negros e 61% dos casos de feminicídio são sofridos por mulheres negras.

Essas informações podem ser a possível fonte de sofrimento coletivo entre a população negra, afinal, como sentir-se seguro em um país que ainda preza pela subserviência e exclusão social do preto? Como a mãe de uma criança preta pode não se angustiar quando sua(seu) filha(o) sai para ir à escola ou simplesmente quando esta criança fica em casa, morando em uma favela? Casos como os de Ágatha⁵, João Pedro⁶ e Guilherme Silva Guedes⁷ podem ser a causa

5 Menina Ágatha morre após ser baleada por um tiro de fuzil no Alemão: No Twitter, internautas responsabilizaram o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, por mais uma morte nas favelas. Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/menina-morre-apos-ser-baleada-por-um-tiro-de-fuzil-no-alemao/> Acesso em 23 de Agosto de 2020.

6 O que se sabe sobre a morte a tiros de João Pedro no Salgueiro, RJ: Adolescente foi baleado dentro de casa durante operação policial. Família procurou pelo rapaz por 17 horas e acusa a polícia de atirar sem precisar. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-a-tiros-de-joao-pedro-no-salgueiro-rj.ghtml> Acesso em 23 de Agosto de 2020.

7 Caso Guilherme: ‘ele só queria brincar’, diz avó de Guilherme, morto com dois tiros. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/16/ele-so-queria-brincar-diz-avo-de-guilherme-morto-com-dois-tiros.htm> Acesso em 23 de Agosto de 2020.



da formação de subjetividades atravessadas pelo medo pois as pessoas que compartilham da mesma realidade são as mais vulneráveis.

O Ministério da Saúde, em 2017, lançou o documento Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que aponta dados sobre a desigualdade na área da saúde. Segundo o documento, doenças como diabetes mellitus (tipo II), anemia falciforme e hipertensão arterial atingem mais negros do que brancos, e que a quantidade de pessoas pretas que tiveram uma consulta médica nos 12 meses anteriores à pesquisa foi de 69,5% e pardas, de 67,8%, enquanto a porcentagem de brancos que tiveram atendimento foi de 74,8%. Cerca de 78,8% dos negros não possuíam plano de saúde e são maior parte da população carente atendida pelo SUS, onde sofrem discriminação por falta de dinheiro ou por classe social (BRASIL, 2017).

Os dados mais recentes do Ministério da Saúde lançados em 2018 na cartilha de Óbitos por Suicídio entre Adolescentes e Jovens Negros informam que entre o ano de 2012 a 2016, o número de suicídios entre pretos aumentou 12% enquanto o suicídio entre brancos permaneceu estável. “Analisando esses dois grupos em 2016, nota-se que a cada dez suicídios em adolescentes e jovens, aproximadamente seis ocorreram em negros e quatro em brancos” (BRASIL, 2018, p.26). A cartilha também apresenta a violência, a negligência, a exclusão e o sentimento de inferioridade como principais causas do suicídio entre jovens negros.

Todos os fatores citados caracterizam um sofrimento coletivo causado por fatores de desigualdade social, um sofrimento ético-político. Para Carretero (2018, p. 156) “o sofrimento ético-político, por meio das afetações que produzem memórias, é transmitido através das gerações, prolongando o ciclo da desigualdade e da inclusão perversa.” Esse sofrimento ético-político é derivado da sociedade que exclui um sujeito para depois incluir, praticando a inclusão perversa.

Sawaia (2001) fala sobre da exclusão como “processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela (...) processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros” (SAWAIA, 2001, p.9). Para a autora, todos estamos inseridos na sociedade de algum modo, nem sempre de

forma decente ou digna, dentro da dialética da inclusão/exclusão ou inclusão perversa. Ela apresenta o sofrimento como dor mediada pelas injustiças sociais.

Para Veiga (2019, p.246) “A experiência da negritude é marcada pelo desprezo e pelo ódio que a branquitude projetou sobre as vidas negras desde a escravidão até os dias de hoje.” Portanto, pode compreender-se o racismo como produto de intersubjetividades eurocêntricas. “É o indivíduo que sofre, porém, esse e sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente.” (Sawaia, 2001, p.99).

Em 2002 o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução n.º 18/2002 estabelecendo normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial (CRP SP, 2019). Essa resolução inclui os seguintes artigos:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo. Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia. Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo. Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial. Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias. Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial (Conselho Federal de Psicologia, 2002).

Portanto, há apenas 18 anos que essas orientações referentes ao cuidado da maioria da população do Brasil foram atribuídas aos profissionais de Psicologia, o que caracteriza a elitização da profissão. Portanto, será a Psicologia preparada o suficiente para lidar com o sofrimento experienciado por pessoas negras, sabendo que os cursos de graduação ainda não contemplam, em sua grande maioria,



estudos importantes a respeito do assunto como a obra de Neusa Santos Souza ou a de Virginia Bicudo?

Segundo o código de ética profissional, é dever da(o) psicóloga(o) “prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional” (CFP, 2005, p.8).

Portanto, cabe à Psicologia o compromisso social de potencializar os estudos e debates acerca das relações e vivências étnico-raciais, não desconsiderando a contribuição de autores europeus/brancos que conhecemos durante a formação, mas sim, fazendo uma releitura para a realidade brasileira. “Vivemos num país antinegro, e isto tem efeitos nocivos sobre as subjetividades negras” (VEIGA, 2015 apud VEIGA, 2019, p.245).

É necessário que as discriminações não aconteçam dentro da clínica por parte do terapeuta de forma inconsciente, transformando-o em uma espécie de mantenedor do racismo.

Ser cuidado por um psicólogo negro, e que pesquise sobre a singularidade das subjetividades negras tem gerado reparações possíveis aos danos psicológicos que o racismo causa. Para além da formação em Psicologia no Brasil ser branca, há uma dimensão da subjetividade negra que apenas outro negro consegue acolher (VEIGA, 2018).

Mas a realidade de encontrarem-se terapeutas negras e negros não é tão simples, dada a situação de desigualdade social do país. O IBGE (2019) mostrou que a porcentagem de pessoas pretas ou pardas no ensino superior era de 55,6% enquanto a porcentagem de pessoas brancas era de 78,8% em 2018.

Um fator que auxilia a compreensão desses resultados consiste na maior proporção de jovens pretos ou pardos que não dão seguimento aos estudos por terem que trabalhar ou procurar trabalho. De fato, em 2018, entre jovens de 18 a 24 anos com Ensino Médio completo que não estavam frequentando a escola por tais motivos, 61,8% eram pretos ou pardos (IBGE, 2019, p.8).

Com essa evasão de pessoas negras de instituições de ensino, a atuação de profissionais negros em qualquer área é escassa e aqui percebe-se, portanto, a necessidade de uma frente da categoria de psicólogos brancos antirracistas disseminando a quebra das correntes da branquitude que excluem a pessoa negra da sociedade.

Resultados e Discussões

Para compreender a atuação antirracista do Sistema Conselhos, foi realizado um recorte regional para investigar as contribuições e posicionamentos da Psicologia no Estado de São Paulo para o combate ao racismo.

Os jornais, cadernos temáticos, cartilhas e o livro publicados pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, entre os anos de 1990 e 2020, que foram analisados nesta pesquisa, confirmam que há produções para legitimar a luta antirracista dentro da Psicologia, principalmente após a Resolução do CFP n.º 18/2002 porém, confirma-se também a hipótese de que as questões raciais, antes da publicação da resolução, eram analisadas apenas a partir de poucos recortes e através de inquietações presentes nas entrevistas trazidas nos jornais do CRP, como a de Iray Carone em 1995, onde, além de comentar sobre o negro ser visto como objeto dentro das universidades, também comenta que:

Existe uma dificuldade de ser negro, no corpo e na mente. Coisa que a psicologia tem desconsiderado, não sei por que. A questão racial foi sempre considerada uma questão sociológica. Ela não afeta a psique, não causa um efeito violento? Então, esse distanciamento da realidade brasileira, que tem sido, parece, a tônica de toda a produção psicológica, é anormal numa ciência humana (CRP, 1995, p.4).

Demonstrando um descontentamento com a forma como as produções teóricas europeias estavam sendo lidas, sem o olhar para a realidade brasileira, deixando o branco falar pelo negro. Maria Aparecida Silva Bento, em 1999, também fala para o jornal do CRP que “os psicólogos precisam rapidamente entrar em contato com esse problema, porque os conceitos com os quais trabalhamos aqui



no Brasil, como capacidades e habilidades, estão ancorados em relações raciais” (CRP SP, 1999, p.15).

Portanto, percebe-se um movimento por trás das grandes publicações acerca das questões de discriminação contra a população negra e a partir 2002, as literaturas sobre o negro como sujeito e não objeto de estudos passaram a ser encontradas dentro da Psicologia com mais frequência, os cadernos temáticos lançados pelo CRP SP a partir de 2007 são fontes indispensáveis para psicólogas e psicólogos adentrarem em questões étnico raciais.

Entretanto, os cursos de graduação responsáveis por passarem ensinamentos ao estudante de Psicologia sobre o cuidado com a saúde mental embasados em direitos humanos ainda não abrangem assuntos sobre a subjetividade negra, mesmo existindo diversos textos e autoras e autores negras e negros.

Sobre isso, retomamos a fala de Veiga (2019, p.245): “A subjetividade negra é ignorada na grande maioria das graduações em Psicologia, e um dos efeitos diretos disto são pacientes negros serem vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolhê-los”.

Afirmção que expõe uma possível fonte do problema da branquitude da profissão, pessoas brancas têm mais acesso às instituições de ensino onde estudam teorias de pessoas brancas que criaram tais teorias a partir de uma elite branca europeia. Causando um sofrimento ético-político em estudantes negras(os) por não se reconhecerem dentro da academia, e em pacientes que procuram tratamento para a angústia causada pelo racismo.

Essa hipótese pode ser confirmada pela pesquisa realizada por Mardgan (2019) onde as professoras e professores entrevistados explicitaram que a busca por temas que envolvem as relações raciais aconteceram fora da graduação, através das experiências com os trabalhos que passaram a realizar como psicólogas e psicólogos ou por interesses pessoais, e a partir dessa entrevista, Mardgan conclui que “essa invisibilidade do tema das relações étnico-raciais acaba de algum modo formando os estudantes, criando, mesmo que implicitamente, uma concepção e um modo de lidar com o tema que é deixando-o de lado” (MARDGAN, 2019, p.93).

Esse “deixar de lado” citado pelo autor é a forma mais explícita de descompromisso social das academias, ainda que o Sistema Conselhos se coloque como contra qualquer forma de discriminação.

Além disso, os documentos analisados demonstram que com o passar dos anos os debates acerca das questões do racismo contra o negro estão cada vez mais presentes entre psicólogas/os, o que é extremamente importante pois, como pode perceber-se, através desse movimento é que a potencialização acontece. Para Sawaia (2001), “potencializar pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades, para superar o sofrimento ético-político”.

Considerações Finais

A discussão sobre a discriminação racial é uma questão ética e política, portanto, envolve trabalhar com os fatores sociais do comportamento dentro de um Estado que legitima a necropolítica na sociedade.

Foi realizado um levantamento histórico acerca da escravidão no Brasil com o objetivo de compreender-se o berço do racismo no país. Sabe-se que as pessoas negras traficadas da África tiveram sua história apagada pelos europeus, seus corpos foram tomados como instrumentos de trabalho por cerca de 300 anos e, com a abolição da escravatura, o povo negro sofreu abandono do Estado. Houve também uma tentativa de eliminação social com a chegada do movimento eugenista, legitimado no I Congresso de Eugenia em 1927, aprovado por diversos cientistas importantes daquele período histórico que previam a extinção total dos negros.

A tentativa de fazer com que as pessoas de pele preta do país fossem apagadas pelos eugenistas, levou à miscigenação, dando origem aos negros de pele clara/pardos/mestiços, louvando-os como identidade nacional e resultando uma falsa aceitação pelos brancos em ambientes sociais. O esforço de se obter um branqueamento no Brasil a partir da mistura de raças fez com que se perdesse a origem africana e hoje, com as imposições de padrão social, é uma das grandes violências contra o negro.



A exclusão social do negro no período da pós-abolição segue causando sofrimento atualmente, um sofrimento de ordem não individual, que atravessa uma subjetividade coletiva e aniquila a autonomia do povo negro. O branqueamento acontece, principalmente, através da mídia e da negligência do Estado.

A Psicologia surgiu em um contexto elitizado e europeu, tendo sua regulamentação no Brasil no ano de 1962, época em que as subjetividades negras eram anuladas, utilizando-se métodos e teorias que foram criadas a partir de um pensamento eurocêntrico, agindo como cúmplice do racismo.

Procurou-se com este trabalho encontrar-se, a partir do método de análise documental, documentos produzidos pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo entre os anos de 1990 a 2020, que legitimassem uma luta antirracista na profissão.

Os documentos analisados foram os jornais do CRP SP, cartilhas e cadernos temáticos e foram apresentados, no capítulo de resultados e discussão, apenas documentos que abordaram temas acerca da discriminação racial e, a partir da análise, obtiveram-se como resposta pequenos recortes sobre indignações frente a casos de desigualdade racial antes do ano de 2002, tendo uma legitimação da luta antirracista de forma mais aparente a partir do ano no qual o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução CFP n.º 18/2002 que estabelece normas de atuação de psicólogos(os) frente aos casos de discriminação racial, confirmando uma omissão de diferentes subjetividades no Brasil antes desta data.

O objetivo central da pesquisa foi o de compreender-se a importância de uma Psicologia antirracista e a pesquisa demonstrou esta importância a partir das desigualdades encontradas entre negros e brancos através de dados do IBGE, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Ministério da Saúde.

Apresentaram-se questões relacionadas à defasagem na área da saúde, da educação e a grande violência que permeiam a vida das pessoas negras e causam-lhes um sofrimento ético-político, uma dor que os atinge por estarem marginalizados em um país criado para excluí-los. Apresentou-se, também, a defasagem das questões raciais

nas grades curriculares dos cursos de Psicologia, onde Estes ainda ignoram o estudo das subjetividades negras, além de autoras(es) negras(os) importantes para o estudo da realidade do país.

Com essas informações, entende-se que a Psicologia, assim como outras áreas do saber, ainda segue ideais eurocêntricos, mostrando que a permanência de estudos colonizadores precisa ser quebrada a todo momento.

Consideram-se relevantes futuras pesquisas em torno da descolonização do pensamento na Psicologia, colocando sempre a pessoa negra como sujeito, tirando-as da posição de objeto de ciência, para que assim se consiga encontrar acolhimento para subjetividades afetadas por Este sofrimento ético-político, auxiliando no aumento da potência para resistir ao processo de exclusão.

Referências Bibliográficas

AVELAR, J.J.D. Entre a melancolia e o banzo: impactos psicossociais do racismo. Brasília, 2019. 77 p. Monografia (Bacharel em Psicologia) – Universitário de Brasília: Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Brasília, 2019. Disponível em <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13910/1/21508591.pdf>. Acesso em 23 de out. de 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma Política do SUS**. Brasília – DF, 2017. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em 04 de set. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília – DF, 2018. Disponível em https://unalcs.org/wp-content/uploads/2019/11/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em 28 de ago. de 2020.

CARDOSO, F. RACISMO E NECROPOLÍTICA: a lógica do genocídio de negros e negras no Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**. Maranhão, v.22, 949-968, 2018. Disponível em <http://www.periodicoseletricos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9828/5782>. Acesso em 17 de nov. de 2020.



CARRETERO, G.H. Psicologia e Assistência Social: o sofrimento ético-político e a escuta, ação e garantia de direitos. *In*: SAWAIA, B.B.; ALBURQUERQUE, R.; BUSARELLO, F.R (org.). **Afetos e Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial**. Embu das Artes, São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP N.º 018/2002**. Brasília – DF, 2002. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, 2005. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em 12 de ago. de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Sistema Conselhos**. Disponível em <https://site.cfp.org.br/cfp/sistema-conselhos/>. Acesso em 5 de ago. de 2020.

CREPOP. **Relações Raciais: referências técnicas para atuação do psicólogo**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2017. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em 06 de ago. de 2020.

CRP SP. O lugar da Psicologia nas ciências sociais. **Jornal CRP - 06**. São Paulo, maio e jun. de 1995. Disponível em <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/648/KXOykuwCE0OLFUGnBIXHXruJ7C-De23Q2.pdf>. Acesso em 12 de set. de 2020.

CRP SP. A imagem do racismo no Brasil é o negro. **Jornal do CRP**. São Paulo, mar./jun. de 1999. Seção: Entrevistas. Disponível em https://www.crpsp.org/uploads/impresso/692/pkxAKtSgRnnJcScCpkI_LyakGFSgRYEc.pdf. Acesso em 12 de set. de 2020.

CRP SP. Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais. São Paulo: **Conselho Regional de Psicologia SP**, 2019. Disponível em <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/2491/mIkoOJfg-nkxzt9ybodtPBo5dWMeWhxv6.pdf>. Acesso em 14 de set. de 2020.

FECOMERCIO SP, **Falta de representatividade e democracia racial e de gênero, por Alexandra Loras**. 2017. (40m08s). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aHMTD566D88&t=104s>. Acesso em: 25 de out. de 2020.

FERREIRA, R.F. e CAMARGO, A.C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2011, 31 (2), 374-389. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a13.pdf>. Acesso em 24 de jun. de 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**, 2019. Disponível em https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em 09 de ago. de 2020.

G1 RIO. O que se sabe sobre a morte a tiros de João Pedro no Salgueiro, RJ: Adolescente foi baleado dentro de casa durante operação policial. **G1**, 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-a-tiros-de-joao-pedro-no-salgueiro-rj.ghtml> Acesso em 23 de Agosto de 2020.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**, 2019. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 16 de ago. de 2020.

MARDGAN, G.R. Estratégias de ensino - aprendizagem das relações étnico-raciais de professores de psicologia social. *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP (CRP SP). **Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia SP, 2019. Disponível em <https://www.crpssp.org/uploads/impresso/2491/mIkoOJfgnkxzt9ybodtPB05dWMeWhxv6.pdf>. Acesso em 06 de ago. de 2020.

Menina Ágatha morre após ser baleada por um tiro de fuzil no Alemão: No Twitter, internautas responsabilizaram o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, por mais uma morte nas favelas. **Catraca Livre**, São Paulo, 2019. Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/menina-morre-apos-ser-baleada-por-um-tiro-de-fuzil-no-alemao/> Acesso em 23 de Agosto de 2020.

MOTA, B.C. **Na teia do racismo: trauma coletivo e complexo cultural... marcas do Brasil negro!** Seropédica, 2019. 187 p. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.



OLIVEIRA, M. Caso Guilherme: ‘ele só queria brincar’, diz avó de Guilherme, morto com dois tiros. **UOL Notícias**, São Paulo, 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/16/ele-so-queria-brincar-diz-avo-de-guilherme-morto-com-dois-tiros.htm> Acesso em 23 de Agosto de 2020.

SAWAIA, B.B. **As artimanhas da exclusão: Análise Psicosocial e ética da desigualdade social**. 2. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

SCHUCMAN, L.V. e MARTINS, H.V. A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político. **Psicologia: Ciência e profissão**, 2017, v. 37, 172-185. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0172.pdf>. Acesso em 24 de jun. de 2020.

SOUZA, N.S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1983.

LOSCHI, M. Taxa de homicídio de pretos ou pardos é quase três vezes maior que a de brancos. **Agência de Notícias IBGE**, 13 de nov. de 2019. Seção: Estatísticas Sociais. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25999-taxa-de-homicidio-de-pretos-ou-pardos-e-quase-tres-vezes-maior-que-a-de-brancos>. Acesso em 16 de ago. de 2020.

VEIGA, L.M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia** - Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v31nspe/1984-0292-fractal-31-esp-244.pdf>. Acesso em 3 de ago. de 2020.

VEIGA, L.M. Qual a cor da Psicologia no Brasil? **Jornal do Brasil**, 2018. Disponível em <https://www.jb.com.br/pais/artigo/2018/09/4697-qual-a-cor-da-psicologia-no-brasil.html>. Acesso em 3 de ago. de 2020.

Categoria

Relato de Experiência e Criações Artísticas

**Nosso rosto e atuação se transformou
em total poesia**

*Debora Nascimento Santos e
Elisângela Pereira de Lacerda*

Apresentação

A presente manifestação artística se deu na vontade das psicólogas Debora Nascimento Santos e Elisângela Pereira de Lacerda em contribuir para o prêmio que é um marco dentro da Psicologia não somente no âmbito social, mas que atende a área clínica através dos atendimentos, leitura e toda a evolução sobre o tema que é construído com o núcleo de relação raciais do CRP SP. A participação nele conta com a disseminação dos nossos trabalhos realizados dentro do espaço clínico e com relação à nossa vivência pessoal.

O poema abaixo que trouxemos se forma através do busto e cabelos crespos, mostrando o clássico biótipo da pessoa negra, traços fortes que muitas vezes foram ridicularizados e estigmatizados. O rosto representado é da Debora assim como sua caligrafia. Já o outro poema veio da inquietude da Elisângela, que buscou demonstrar o que sente e acolhe quase que diariamente dentro e fora de seu consultório particular, hoje é mais que um espaço terapêutico, tem história, resistência e valor.

A cada passo individual que trilhamos dentro da Psicologia, tivemos que decidir sobre muitos aspectos e entendemos que o fato de sermos negras impactou para que nossas escolhas desde antes da graduação fossem bem importantes, quase não nos eram permitidos os erros e as dúvidas. Concorrer este prêmio é mais que participar é levar ao conhecimento e fortalecimento da nossa amizade e profissionalismo. Possibilitando através da produção artística a manifestação de inquietações políticas e sociais.



Sobre o período acadêmico é um fator que a raça interferiu de forma pontual, pois as duas optaram por entrar na graduação através de programas de incentivo à educação. Elisângela optou pelo programa de bolsas de estudos da EDUCAFRO que tem o objetivo de incluir negros e pobres nas universidades públicas prioritariamente, e em universidades particulares através de bolsa de estudos, favorecendo empoderamento e melhora social para a população pobre e afro-brasileira. Oferta cursinhos pré-vestibulares de forma gratuita para auxiliar nos estudos e igualar a competição no ingresso às universidades públicas. Atuando com ações afirmativas na luta com o Estado para garantir a educação à população pobre e afro-brasileira.

Elisângela Lacerda concluiu sua graduação no ensino particular na Universidade São Francisco – USF com bolsa de estudos de 50% do início ao fim da graduação o que possibilitou a conclusão do curso e Debora Nascimento, após um ano de mensalidades pagas trabalhando em outra área, aderiu ao sistema de financiamento do FIES na Universidade Anhanguera de São Paulo, para dar continuidade ao curso escolhido. Podemos refletir sobre isso também, duas pessoas de classe baixa entrando em universidades particulares, pois o acesso a instituições de ensino que oferecem o curso de Psicologia é majoritariamente frequentado por pessoas que vêm de outras realidades, os ditos berços de ouro.

Como nos conhecemos, enquanto a psicóloga Elisângela Lacerda colocava um ponto-final na sua trajetória de atender em um espaço que recebia clientes, em sua grande maioria, por meio de convênio médico, para dar início à sua jornada de empreendedora como dona do seu espaço de atendimento, a recém-formada Debora Nascimento aceitava iniciar sua jornada profissional no mesmo espaço que Elisângela e daí deu-se início ao encontro das duas, de forma breve, porém com muito respeito pelo trabalho daquela que saía e com desejos de sucesso para aquela que se iniciava.

Após mais de um ano daquele encontro, elas se reencontraram, pois conheciam psicólogas em comum. Ambas já movimentavam suas redes e faziam capacitação para atender demandas raciais, pois era insuficiente o suporte que haviam recebido de suas graduações e perceberam a necessidade de estudos e leituras complementares para atenderem a demanda racial e se autoafirmarem enquanto profissionais negras, independentes, estando formadas em uma das profissões tradicionais e europeias. E se tratando do Brasil, um país que tem um histórico de território escravista forte, era necessário dar voz para as pessoas que se sentissem de alguma forma impactadas/os pelo racismo estrutural e institucional neste país. Em cada divulgação dos seus trabalhos, é possível identificar figuras e referências negras. Além da pele de cada uma, seus cabelos, pessoas atendidas e localização, pois estão próximas daqueles que são invisibilizados dentro da grande megalópole São Paulo, fazendo uma grande ponte entre Interlagos e Embu das Artes e região.

Trazer em forma de arte a inquietação, o preconceito escondido, a luta diária e constante na vida e nos atendimentos realizados, repletos de exclusão e desigualdade resultante de deficiência e inadaptação até a injustiça social. Os excluídos denunciam a discriminação, os deficientes, a falta de saúde pública e da educação, os pobres, a má distribuição de renda que dificulta o acesso à educação, cultura e saúde.

O poema revela a nossa identidade, isto é, representação e construção como ser único, livre, feliz e cidadão em suas relações interpessoais como intergrupais. Expressão da arte visual, como divulgação de nossas vivências e ideais que refletem a realidade, uma estética desenhada e escrita para dar visibilidade à luta antirracista.



Nosso rosto, atuação e amizade, se transformou em poesia!

Nossa imagem carrega marcas antes que nossos lábios pronunciem palavras. Hoje somos psicólogas e mulheres com voz e independentes.

Mas nem sempre foi assim. Passamos por várias transições, vários momentos (RE)conhecimentos. “**Gritaram-nos negra**” e após alguns momentos nos tornamos.

O direito de escolha veio após um longo período de sermos escolhidas. **O SIM** vem com a persistência que **NÃO** foi herdada, ensinada e hoje nos assegurada, muitas vezes caladas.

Hoje somos amigas, **Debora** a mais retinta e **Elisângela** a preta de pele mais clara, menos pigmentada, da mesma forma discriminada, nossos cabelos, tom de pele, corpo, volume, biotipo, tamanho, voz, **TRAÇOS**, nomes, origem, certezas, incertezas, fala, presença, posse, conquista, **TAMANHO**, postura, querer, tudo em nós é motivo do/de **QUESTIONAMENTOS**.

Cuidamos uma da outra, com carinho, **AFETO**, respeito, **amor** aprendido, paciência e muita paz. Afinal **NÓS** merecemos tudo de bom.

Referência

“Gritaram-me negra”. YouTube, 27 de agosto de 2013. Visualizado em 20/08/2021. Original: Me gritaron negra- por Victoria Santa Cruz, Música MGP.

NOSSA IMAGEM CARREGA MARCAS ANTES QUE NOSSOS VÁRIOS PRONÚNCIA
 MAS NEM SEMPRE FOI ASSIM. PASSAMOS POR VÁRIOS
 TRANSIÇÕES. VÁRIOS MOMENTOS. (RE) CONHECIMENTO
 GRITARAM-NOS "NEGRA" E AOS ALGUNS MOMENTOS NOS
 TORNAMOS. O DIREITO DE ESCOLHER O NOME
 LONGO PERÍODO DE SER ESCOLHIDA. AOS
 O SIM VEM COM A PERSISTÊNCIA E HOJE QUE NÃO UM
 FOI HERDADA, ENSINADA E HOJE QUE NÃO UM
 ASSEGURADA, MUITAS VEZES
 HOJE SOMOS AMIGAS VEZES
 RETINTA E **ELABORA** A **DEBORA** A **PRETINA**
 PELE MAIS CLARA - MENOS pigmentação
 NAS SUE AOS OLHOS DA MESMA FORMA DE INSENSIBILIDADE
 NOSSOS CABELOS, TOM DE COR, MINHA
 CORPO, VOLUME, BIOTIA, ORIGEM, TAMANHO,
 VOZ, **TRAÇOS**, NOMES, TALENTO
 CÉLIZAS, INCERTEZAS, TAMANHO,
 PRESENÇA, POSSE, ORIGEM,
TAMANHO, POSSE, ORIGEM,
 TUDO EM NOS É MOTIVO
 DO IDE **QUESTIONAMENTOS**
 CUIDAMOS UMA DA
 OUTRA. COM CARINHO
AFETO RESPEITO
 AMOR APRENDIDO
 PACIÊNCIA E
 NUNCA PAZ.
 FINALMENTE
 RECEBEMOS
 TUDO DE
 SOM.

A menina que cultivava “Girassóis”!

Eloisa Naiara de Almeida Porto

A menina que cultivava "Girassóis"!



Autora e Ilustração: Eloisa Naiara de Almeida Porto

Era uma vez...

Uma menina de pele escura, boca carnuda e de cabelos cacheados.

Seu pai também de pele escura e uma alma colorida plantava na menina “sonhos”.

Já sua mãe se encarregava de regar todos.

Em um belo dia no bairro em morava foi impedida de brincar de pipas, pelo fato de ser “menina”.



Mais tarde então seu pai comprou os papéis as varetas, uniu-as e fez a maior “Pipa” que a menina conseguira visualizar.

A cada voo da pipa os olhos da menina brilhavam e as sementes lançadas pela sua avó no seu interior germinava.



Ao caminhar pela rua muitos olhares a menina despertava. Na prática nada tinha a ver com a riqueza financeira e sim com o tesouro que a menina carregava dentro de si herança de sua família.

E assim a menina caminhava...



Caminhava em um bairro de Periferia no qual ainda em sua infância as ruas não possuíam asfalto, alguns lugares faltavam saneamento que aos pouquinhos com o passar do tempo ganharam uma cara nova urbana.

O acúmulo de lixo nos terrenos baldios e a violência sempre foram questões preocupantes.

E mesmo assim a menina caminhava...



Um dia ao descer do ônibus, transporte coletivo foi surpreendida por diversas meninas, com a justificativa que a “menina” estava no mundo errado pois alguém da periferia com a tonalidade de pele escura não poderia irradiar aquele brilho!

Então a menina se livra de uma violência física e busca proteção de sua família.

Sua mãe não êxito e descobre uma há uma e denuncia todas as culpadas.

E enquanto isso a menina caminhava...

Em sua caminhada aproveitava para cultivar suas sementes e sempre que possível floria.

Por muitas vezes a menina sofria, ao perceber ao seu redor o desafio da desigualdade social.

Sempre que podia dividia seus iogurtes e também seus brinquedos.

Sua brincadeira favorita era brincar de escolinha.

Na verdade, de brincadeira para seus amiguinhos não tinha nada, pois para aquelas crianças eram a atenção reforço escolar que precisavam.



Sua avó a incentivava contava inúmeras história que adubavam seu desejo e amor pela educação.

Após as “histórias” o momento sempre fora recheado de amor e pãezinhos feitos em casa, que marcava o intervalo da brincadeira “recreio” da escolinha.

E a menina caminhava...



Ao adentrar o universo escolar, encontrou sua tia. Uma jovem negra empregada doméstica/baba que queria e conquistou seu lugar na sociedade através de um concurso público.

Sua função era serviços gerais de uma instituição de saúde estadual. Porém para aquela menina sua tia tinha o lugar mais alto naquela instituição. Pois bem! Ela com sua pele escura e com sua alma irradiante devorava livros.

Há alguns anos atrás a internet não existia e sempre fora na casa dela que a menina adentrava em um portal mágico no qual era transportada de um lado para outro com sua coleção de livros, enciclopédias, gibis, jornais, revistas.

Sua pele era escura, porém seus objetivos eram claros!

-Estude menina. Somente a escola te levará por caminhos que você nunca imaginou.

E a menina com pouca idade não decifrava as palavras ditas e tão pouco os enigmas a se enfrentar tendo uma pele escura.

E a menina caminhava...



E a medida em que ela crescia encontrava dificuldades nas quais nunca pensara em passar.

Ao tentar se aproximar para brincar no pátio de sua escola as crianças pausaram a brincadeira.

Sem entender a pausa na brincadeira, a menina questiona e é surpreendida com uma afirmativa:

-Você não pode brincar!

-Não?!(a menina reluta em entender a negativa)

E uma das crianças decide esclarecer a afirmativa.

- Lápis preto de lição, nunca está na caixa de lápis colorido.

-Então você não pode se misturar, pois você foi feita para trabalhar.

E assim a menina caminhava...



Em sua casa seus pais a abraçaram e cobriram de amor, ensinando que a mesma poderia ser e fazer tudo o que ela quisesse!

E assim seus pais decidiram que buscariam melhores condições de vida e a mesma teria oportunidades.

Aulas de violão, arte, teatro, espiritualidade, solidariedade, andar a cavalo, pescar, jogar bola, família, foram os adubos que fertilizavam a alma e o coração daquela menina.

E a menina caminhava...



Crescia em tamanho, gosto, mudanças físicas e emocionais.

E assim conseguira uma vaga em uma escola pública que possuía um ensino ampliado que cultivava o cognitivo e também o social.

O que inquietava a menina é que as palavras escritas sempre foram suas armas para aliviarem sua alma e ajudar a vislumbrar o futuro.

O mais impressionante é que de notas elevadas passou a ter as notas mais baixas.

O que estaria acontecendo?

Não sabíamos. O que sabíamos é que a menina insistia em suas palavras e um dia ao realizar a avaliação não escrevera seu nome.

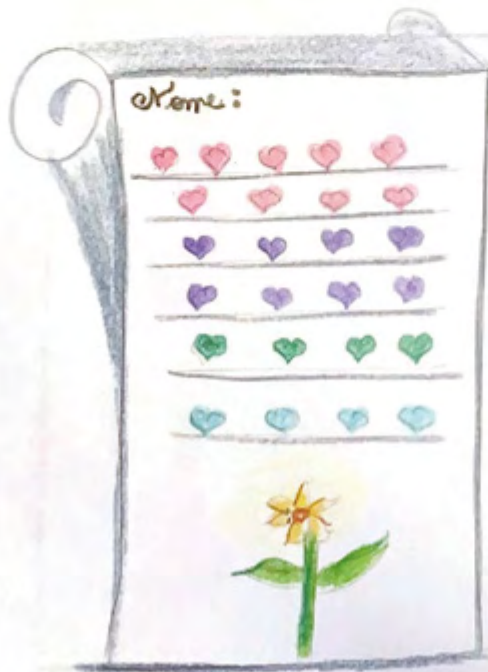
Em uma curta análise poderíamos suscitar que inconscientemente a menina já sentia a diferença.

E assim no meio da sala de aula o professor “abobrinha” questiona a sala sobre a possível identidade daquele autor esplêndido.

Pois bem foi a única nota máxima que a menina recebera.

Pois afinal a menina não tinha o mesmo cabelo, cor de pele e tão pouco olhos claros como o mesmo exaltava.

E a menina caminhava...



Realizou vestibular e passou!

-Que alegria!!!

Alegria está com duração pouca, pois se tratava de uma universidade particular e como arcar com os gastos?

Pois bem!

Ela continuava a caminhar e no ensino superior encontrou sua metade.

A coordenadora do seu curso possuía seu tom de pele, seu cabelo cacheado, sua insistência pela vida e vontade de vencer!

Assim o caminho se tornava mais leve, pois apesar de ser minoria em sua sala de aula não estava sozinha.

E assim a menina caminhava ...

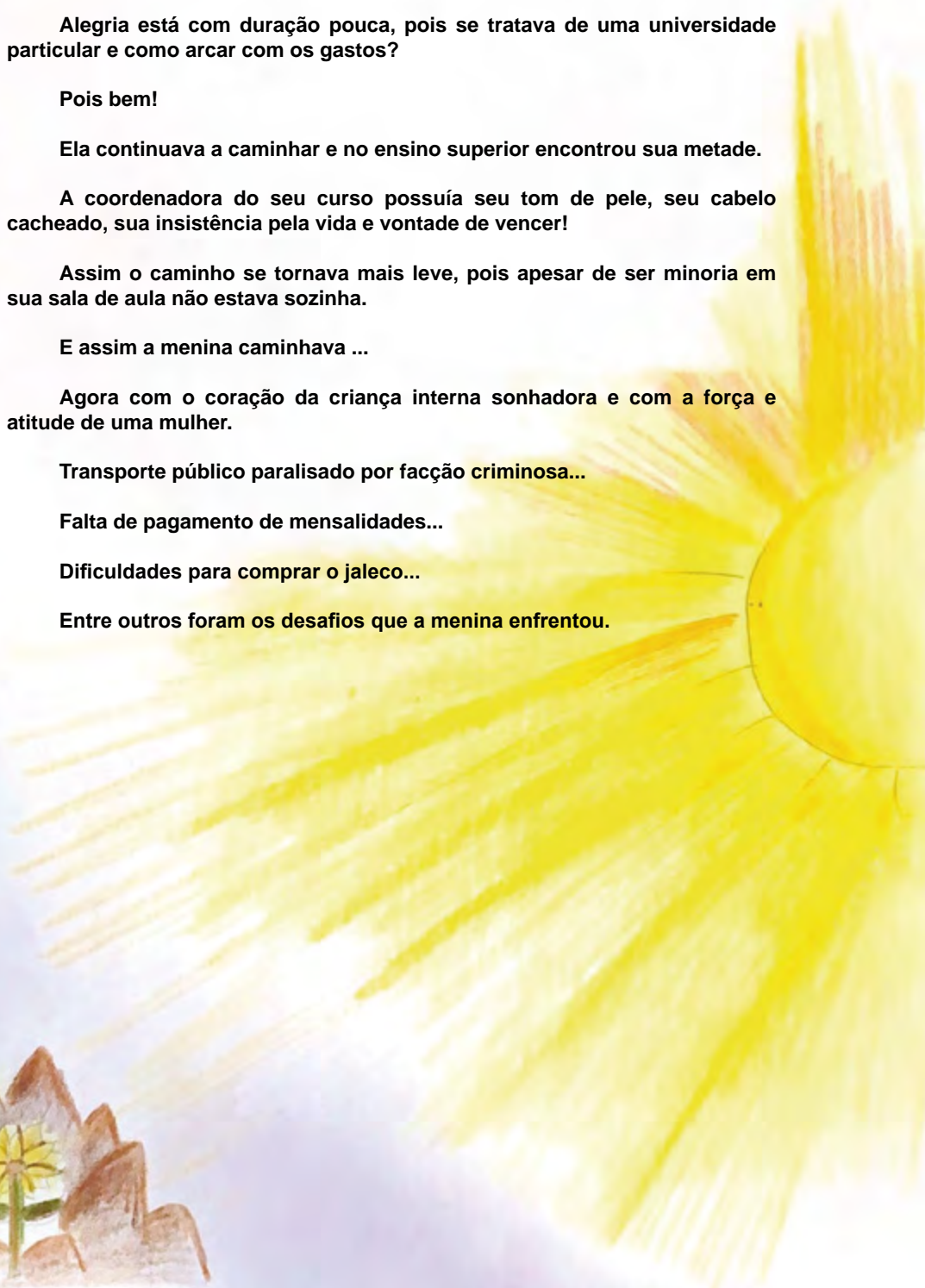
Agora com o coração da criança interna sonhadora e com a força e atitude de uma mulher.

Transporte público paralisado por facção criminosa...

Falta de pagamento de mensalidades...

Dificuldades para comprar o jaleco...

Entre outros foram os desafios que a menina enfrentou.



Porém o que a menina mulher não sabia era que cada dificuldade que a mesma passava, era o adubo necessário para cultivar seu jardim interno.

E assim a menina mulher conquistou o seu diploma de ensino superior em Psicologia. Decidindo assim que sua profissão seria o “cultivar/ajudar outras pessoas cultivarem dentro de si outros jardins.”

Que cada ser que cruzasse seu consultório...sua vida levaria um pouquinho dela e deixaria um pouquinho de si.

De tal forma que o jardim de si e do outro sempre tivesse a oportunidade de florir.

Transformando o acúmulo de lixo emocional em recursos positivos para novos ciclos, e no final cultivaria novas sementes de girassóis para que o ciclo da vida sempre estivesse a florir.

Imitando os “Girassóis” que buscam a luz como fonte de vida e a união de várias pétalas para encantar e colorir o mundo.

E assim ela continuava caminhando acreditando em dias melhores.

Onde o AMOR seja palavra de ordem por si próprio, pelo outro, pela natureza, pela VIDA!



A Cor da Resistência

Elisabete Aparecida de Oliveira Cordeiro

A Cor da Resistência

Para um mundo mais justo eu canto
Minha raça é a raça humana
Minha pele é da cor da noite
E o coração é da cor do amor

Somos classificados tidos como inferior
Mas não desumanizados
o negro vence a dor

Oh pai oh mãe ouça o nosso clamor
Que venha a justiça e faz nascer o amor
Oh pai oh mãe fomos sacrificados
Mas trazemos a esperança na força fé e na cor

Violência e dor opressão exploração
Povo sofredor comércio escravização

Em uma consciência de união e força
Manter a resistência o negro aqui cantou

A cor preta de um povo sobrevivente ao mar
A cor preta de um povo insistente vai à luta
A cor preta de um povo que veio para mostrar
A força, a coragem a fé no amanhã

Elisabete Aparecida de Oliveira Cordeiro (Bete Oliveira)



Categoría
Formadoras/es

**Psicologia & Africanidades:
experiência online de educação para relações
étnico-raciais a partir de psicologia afrocentrada**

*Simone Gibran Nogueira, Iana Lopes Alvarez,
Brenda Fernanda Pereira e Poliana Sales Estevam*

Resumo

A Psicologia & Africanidades foi criada em 2011 com o propósito de ser um blog informativo e difusor de temáticas afins. Em 2021 estamos celebrando dez anos de existência e ampliando nosso escopo de atuação. Essa inovação foi motivada pelos impactos sociais e acadêmicos do blog nesta última década. A partir da análise de dados quantitativos e qualitativos relacionados ao alcance desta ferramenta de comunicação virtual, não só no Brasil, como nos EUA, na América Latina e na lusofonia africana, decidimos transformá-la em uma plataforma de ensino à distância. Nesta primeira fase de implementação da plataforma oferecemos formações continuadas em educação das relações étnico-raciais, branquitude crítica, Psicologia afrocentrada e culturas afro-brasileiras.

Palavras-chave: Psicologia Social; educação das relações étnico-raciais; branquitude crítica; Psicologia Crítica; educação à distância.



A Psicologia & Africanidades foi criada em 2011 com o propósito de ser um blog informativo e difusor de temáticas afins. Em 2021 estamos celebrando dez anos de existência e ampliando nosso escopo de atuação. Essa inovação foi motivada pelos impactos sociais e acadêmicos do blog nesta última década. A partir da análise de dados quantitativos e qualitativos relacionados ao alcance desta ferramenta de comunicação virtual, não só no Brasil, como nos EUA, na América Latina e na lusofonia africana, decidimos transformá-la em uma plataforma de ensino à distância. Nesta primeira fase de implementação da plataforma oferecemos formações continuadas em educação das relações étnico-raciais, branquitude crítica, Psicologia afrocentrada e culturas afro-brasileiras.

Contexto de surgimento do Blog Psicologia & Africanidades

O Blog Psicologia & Africanidades foi criado em setembro de 2011 pela pesquisadora Simone Gibran Nogueira na oportunidade do estágio internacional de doutorado em estudos negros e africanos realizado na Universidade Estadual da Geórgia em Atlanta/EUA. O objetivo inicial do blog era divulgar e difundir para diferentes atores, em diferentes contextos, temáticas como: capoeira Angola, educação negra/africana, estudos africanos, Psicologia negra/africana, libertação/descolonização, e outras produções acadêmico-culturais.

Uma das preocupações do blog era que as matérias fossem produzidas em língua portuguesa para facilitar acesso a informações no Brasil e na lusofonia africana. Essa preocupação era importante, pois na época era muito difícil encontrar referências que não estivessem em língua inglesa. Apesar dessa perspectiva de Psicologia ter mais de cinco décadas de desenvolvimento acadêmico-científico, elas foram majoritariamente escritas em língua inglesa desde o contexto dos EUA e Caribe.

A Psicologia africana é uma das vertentes teóricas da Psicologia negra desenvolvida na anglofonia americana e caribenha.

Ela se destaca das outras vertentes por ter uma preocupação radical em produzir conhecimentos a partir da história e das culturas africanas do continente e da diáspora. A Psicologia africana tem uma articulação teórico-metodológica consistente, metodologia e métodos de pesquisa e intervenção variados e aplicações diversas em diferentes contextos sociais. Enfim, ela é uma ciência tão antiga quanto o reconhecimento da Psicologia enquanto profissão no Brasil.

E porque o Brasil, sendo um país em que a maioria da população é afrodescendente, não produziu sobre Psicologia africana ou produziu tão pouco? Com certeza as respostas para essa pergunta são complexas, mas temos que considerar o racismo científico e os processos de epistemicídio característicos do Brasil colonial e atual. Temos que considerar que mesmo a Psicologia africana tendo cinco décadas de desenvolvimento, ainda sim são referências marginalizadas no contexto estadunidense e mundial, devido ao racismo científico ocidental. Acrescentamos uma dificuldade adicional que é a barreira da língua, pois a Psicologia africana foi produzida sobretudo na anglofonia, o que dificulta o acesso e apropriação crítica destas referências em países lusófonos (Nobles, 2015; Silva & Silva, 2006; King, 2005).

Estudar uma perspectiva contra-hegemônica de Psicologia não é tarefa fácil, sobretudo se esta parte de uma perspectiva histórica e cultural secularmente desqualificada como válida, conforme acontece com a de raiz africana. A Psicologia africana exige do/a pesquisador/a uma disposição para desenvolver uma arqueologia de saberes e uma disposição para enfrentar a barreira da língua. A fundadora da Psicologia & Africanidades assumiu esse compromisso desde o mestrado. Na época que foi para o estágio de doutorado nos EUA, decidiu criar o blog com o objetivo principal de compartilhar experiências, conhecimentos e reflexões com quem pudesse estar interessado em Psicologia africana em língua portuguesa. Era uma estratégia para despertar interesse e abrir diálogo sobre o assunto a partir da difusão e popularização desse conhecimento.



Depois que retornou ao Brasil, a pesquisadora continuou a alimentar o blog de maneira intermitente ao longo dos anos. Em 2015, durante o pós-doutoramento, as postagens foram intensificadas e foi possível perceber que a ferramenta de comunicação virtual estava cumprindo a missão de difundir conhecimentos sobre Psicologia africana na Lusofonia. Essa constatação veio pela análise das estatísticas do blog (visitantes, visualizações, países, matérias acessadas etc), bem como experiências vividas em outros países.

Impactos do Blog Psicologia & Africanidades

O desenvolvimento do blog Psicologia & Africanidades associado às ações de internacionalização do pós-doutorado *Políticas de Ações Afirmativas e Descolonização da Psicologia: contribuições do pensamento de raiz africana* (FAPESP 2015/11419-8) fizeram os acessos aumentarem quatro vezes mais. Nestes dez anos de existência a Psicologia & Africanidades cumpriu o seu papel como ferramenta de comunicação e contribuiu para a difusão de conhecimentos atingindo mais de 70 países no mundo, em especial Brasil, EUA, países da lusofonia africana e países da América Latina. Durante essa década os acessos somam mais de 22,5 mil visitantes e mais 40 mil visualizações.

Os países que mais acessam o blog Psicologia & Africanidades, mesmo antes do pós-doutorado, são Brasil, EUA, Moçambique, Angola e países latino-americanos, respectivamente. Eles representam a maior parte dos acessos totais em todos os anos observados. As estatísticas mostram também que Angola e Portugal aumentaram o número de acessos, após o início das atividades internacionais do pós-doutorado. O que evidencia o interesse constante de outros países da lusofonia nos conteúdos do blog. Além disso, foi expressivo o crescente interesse de países da África, América Latina e Europa.

Um dado qualitativo importante a respeito da relevância do blog Psicologia & Africanidades como fonte de difusão de conhecimentos foi registrado durante a visita técnica ao Curso de Psico-

logia da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo/Moçambique. Na época, a criadora do blog ministrou a palestra *Psicologia Africana e diálogos como Sul Global* (Nogueira & Guzzo, 2016) na disciplina de Perspectivas Africanas dos Fenômenos Psicológicos ministrada pela prof.^a Isália Licença. Na oportunidade, a prof.^a Isália afirmou que o Blog Psicologia & Africanidades serviu como uma das fontes de pesquisa para elaboração das referências de duas disciplinas do curso. Essas são disciplinas voltadas para a valorização de perspectivas africanas de Psicologia. Esse fato denota que o blog enquanto ferramenta virtual de comunicação está realmente cumprindo seu papel, não só de divulgar, mas de tornar acessíveis conhecimentos produzidos na academia sobre Psicologia e africanidades.

Psicologia & Africanidades dez anos

– Formações Terapêuticas

Em 2021 iniciamos a ampliação do escopo de atuação do Psicologia & Africanidades, transformando o blog informativo em uma plataforma de educação à distância. Para tanto, consolidamos o site (www.psicologiaeaficanidades.com.br) e redes sociais (Instagram @psicologia_e_africanidades, Facebook e YouTube). Além de continuarmos a difundir conhecimentos pelo blog, neste ano iniciamos produção de conteúdos de qualidade gratuitos para redes sociais, bem como oferecemos formações on-line de curta e média duração, grupo de estudo e orientações individuais. Nesta fase inicial de expansão as formações abordam os temas: relações étnico-raciais, branquitude crítica, Psicologia afrocêntrica e capoeira Angola. Para tanto, formamos uma equipe feminina e diversa com quatro pessoas. Simone Nogueira como coordenadora, Iana Alvarez na comunicação digital, Brenda Pereira como secretária administrativa e Poliana Estevam como produtora audiovisual.

Com base em referências dos Estudos Afro-brasileiros, a Psicologia & Africanidades sustenta que o Brasil é um país multicultural e pluriétnico, mas que se organiza como monocultural a partir de referências euro-americanas e brancocêntricas (Silva & Silva, 2016; Cunha Jr., 2013; Munanga, 2005 e 2006).



Esse sistema de organização social tem como um de seus alicerces fundamentais o racismo. As relações raciais mantidas e reproduzidas nas relações sociais cotidianas estão interconectadas a uma mentalidade social hegemônica que orienta nossa experiência de vida com os outros e com o mundo. A P&A tem como principal propósito promover a tomada de consciência sobre esse processo histórico e cultural, bem como criar ambientes de aprendizagem que facilitem a produção de mudança de mentalidade.

Nossas ações se pautam na premissa de que conhecimentos originários podem promover conscientização e cura em diversos âmbitos da existência pessoal e comunal. Nossas formações se ancoram em processos educativos com perspectiva plural, crítica e dialógica, informados por histórias e culturas originárias desde África e América. Eles visam a prevenir e favorecer a superação de disfunções psicoemocionais e intelectuais oriundas de diversas desigualdades estruturais e institucionais em nossa sociedade, especialmente aquelas relacionadas com as mazelas do racismo.

Por seguirmos essa orientação, chamamos toda formação oferecida aqui de terapêutica. As Formações Terapêuticas têm como objetivo facilitar processos de mudanças de mentalidade e comportamento sobre si, sobre sua relação com os outros, com a natureza e com o mundo.

Estas Formações Terapêuticas são orientadas pela perspectiva do educador Paulo Freire (1997). Compreendemos que ninguém educa ninguém, cada um educa a si mesmo na relação com os outros e mediados pelo mundo. Nesse sentido, a P&A busca criar um ambiente de aprendizagem que favoreça aos participantes desenvolver processo de conscientização, autorreflexão e autocrítica sobre seu próprio cotidiano. Esse processo de conscientização poderá promover mudança de mentalidade e consequentemente uma mudança de comportamento a médio e longo prazo nos participantes.

Nossas formações estão organizadas em duas linhas de atuação com ações diferentes: Linha Branquitude Crítica e Linha Psicologia Afrocentrada. Segue a apresentação das ações dentro das linhas, objetivo, público-alvo e ementa de cada uma.

Linha Branquitude Crítica

A Linha Branquitude Crítica tem por objetivo promover processos de autorreflexão nos participantes em relação à sua própria branquitude e como ela orienta nossa vida cotidiana. As ações desta linha visam a provocar nas pessoas processos de conscientização e autocrítica sobre como a ideologia da supremacia racial branca tem orientado nossa mentalidade social e nosso comportamento social no cotidiano brasileiro, bem como as mazelas que ela provoca nos diferentes grupos étnico-raciais.

Para tanto, produzimos conteúdos de qualidade para as redes sociais, provocando o público a pensar sobre processos históricos de colonização mental que reproduzimos acriticamente em nosso cotidiano. Bem como elaboramos e oferecemos uma formação rápida de 30 horas sobre Introdução à Branquitude Crítica. Esta formação visa a educar para as relações étnico-raciais com objetivo de produzir um novo projeto de sociedade mais justo e democrático. Ela é uma formação diferenciada, pois foi construída a partir da abordagem da Psicologia afrocentrada em diálogo com Estudos da Branquitude Crítica e experiências vividas e refletidas a partir de culturas afro-brasileiras (Nogueira, 2014).

Entendemos que o público-alvo principal devem ser pessoas autodeclaradas brancas, pois a problemática da ideologia da supremacia racial branca foi historicamente criada por pessoas brancas, é mantida atualmente por estas, e estas são as principais beneficiárias. No entanto, a formação Introdução à Branquitude Crítica é aberta a todos os interessados, pois compreendemos que a característica mais proeminente do racismo no Brasil era o silêncio, e conseqüentemente a falta ou dificuldade de circulação de conhecimentos apropriados sobre a problemática e mecanismos de superação. Lutamos contra este processo de “ignorância social” sobre o racismo no Brasil e por isto aceitamos todos que se dispuserem a estudar mais e dialogar sobre o assunto (Bento & Carone, 2002; Bento, Silveira & Nogueira, 2014).



A ementa da formação destaca que “Graças a conquistas históricas dos movimentos negros, não é mais possível abafar a necessidade de se debater relações étnico-raciais e a construção histórica do racismo. Nesse sentido, este curso contribui com o debate crítico da supremacia racial branca e seus desdobramentos a partir de uma perspectiva psicológica afrocentrada em diálogo com Estudos da Branquitude e expressões e lutas próprias afro-brasileiras”.

O curso está dividido em três unidades. Na primeira parte revisitamos a história antiga da humanidade, discutindo o surgimento da espécie *Homo sapiens sapiens*, as grandes civilizações a partir do Antigo Egito, além de revisar as antigas relações entre África e América. Na segunda, revisitaremos a história recente da humanidade, discutindo a invasão colonial europeia, teorias racistas, o holocausto africano e ameríndio, a produção de uma sociedade de morte, bem como as diferentes consequências destas relações para os diferentes grupos étnico-raciais. Neste segundo momento estabelecemos um diálogo com os Estudos da Branquitude Crítica. Na terceira discutimos processos para despertar consciência histórica e crítica a partir de diálogos entre saberes acadêmicos e tradicionais africano-ameríndios.

A Linha de Branquitude Crítica e sua formação terapêutica introdutória foram lançadas em junho/junho de 2021. A primeira turma está concluindo a formação no início de setembro de 2021.

Linha Psicologia Afrocentrada

A Linha de Psicologia Afrocentrada tem como objetivo principal sensibilizar psicólogos/os e interessadas/os na produção de uma Psicologia centrada desde África para atender problemáticas sociais no Brasil. Pauta-se na importância dos conhecimentos oriundos dos povos africanos, que para o Brasil foram trazidos à força, e que mantêm em muitas práticas tradicionais as “comunalidades” ancestrais vivas no cotidiano do país (Nogueira, 2019; Nascimento, 2009; Nobles, 2009).

Essa linha de atuação tem inicialmente três ações sendo implementadas. Uma é a produção de conteúdos de qualidade para as redes sociais. Essa produção visa a sensibilizar amplo público para a necessidade de descolonização das ciências psicológicas e para o conhecimento de perspectivas de Psicologia afrocentrada e outras psicologias produzidas desde povos originários.

Elaboramos uma Formação Terapêutica rápida de Introdução à Psicologia Afrocentrada no Brasil com 30 horas. Ela tem o objetivo de difundir e popularizar esta perspectiva de Psicologia no Brasil, bem como destacar aspectos importantes para contextualizá-la dentro de processos históricos, políticos, científicos e culturais brasileiros. Esses objetivos são relevantes para que amplo público possa entrar em contato com estas referências, bem como atentar para o fato de que foram produzidas em outra língua e contextos, logo temos que nos apropriar delas de maneira crítica.

O público-alvo desta formação são estudantes e profissionais da Psicologia que se autodeclaram negros (pretos e pardos do IBGE). No entanto, por se tratar de uma formação introdutória, ela também é aberta a amplo público de interessados. Nossas pesquisas mostram que profissionais de outras áreas das Humanidades e Saúde, bem como detentores de saber tradicional, têm interesse nessa formação.

A ementa da Formação Terapêutica Introdução à Psicologia Afrocentrada no Brasil aponta que esta representa um convite e um desafio à Psicologia brasileira para atender às demandas próprias da população afrodescendente, bem como produzir conhecimentos mais coerentes e consistentes com as maneiras afro-brasileiras de lidar com os problemas da vida cotidiana. Por vezes poderá ser um conhecimento muito mais frutífero do que os que as perspectivas euro-americanas têm nos oferecido. Essa formação visa a fomentar abertura num sentido mais plural, inclusivo e dialógico dentro da Psicologia social brasileira para produção de ciências psicológicas culturalmente consistentes com povos africanos e ameríndios. Este curso foi estruturado a



partir do livro “Libertação, Descolonização e Africanização da Psicologia: breve introdução à Psicologia Africana” (2019) de autoria do Dr.^a Simone Gibran Nogueira, docente do curso.

Outra Formação Terapêutica dentro da linha de atuação da P&A é o Grupo de Estudos em Psicologia Afrocentrada na Lusofonia – GEPAL. O GEPAL é uma formação de 80 horas, com encontros mensais durante 12 meses. Ele está iniciando o seu segundo ciclo anual de setembro de 2021 a agosto de 2022. O GEPAL é uma formação voltada exclusivamente para profissionais graduados e pós-graduados que desejem desenvolver pesquisas e práticas afrocentradas.

Os objetivos do GEPAL para este segundo ciclo são estudos de ontologias de raiz africanas, experiência comunitária de afrocentramento e produção de conhecimento a partir de orientação glocal. Esta formação visa ao estudo aprofundado de referências teóricas importantes para o desenvolvimento da Psicologia afrocentrada em língua portuguesa. Mais ainda, visa também a facilitar uma experiência de afrocentramento dos participantes a partir de uma metodologia apropriada para este fim (Carvalho et.al., 2019). Neste segundo ciclo, parte da experiência será junto a lideranças de comunidades tradicionais afro-brasileiras. O que pode favorecer a produção de conhecimentos glociais, ou seja, a utilização de tecnologias sociais antigas locais para resolver problemas globais como o racismo. Como resultado desse processo, os participantes são estimulados a produzir um manuscrito (Castiano, 2010).

Em julho/agosto inauguramos a *Linha Psicologia Afrocentrada* com a realização da I Semana de Psicologia Afrocentrada da P&A que ocorreu de 03 a 06 de agosto. Um evento totalmente gratuito e on-line com mais de 500 inscritos. Realizamos a Live “Mestre Pastinha e Psicologia Afrocentrada: uma diálogo potente com a Mestra Dede (Andressa Siqueira) e prof.^a Simone Nogueira”, ambas aprendizes do grupo de capoeira Angola Academia João Pequeno de Pastinha sob a coordenação de Mestre Pé de Chumbo; compartilhamos o acesso ao registro históricos da

primeira mesa sobre Psicologia Africana realizada em 2008 no Congresso Brasileiro de Pesquisadoras/es Negras/os – COPENE – em Goiânia; apresentamos a fundamentação da Linha Psicologia Afrocentrada e os resultados do Projeto Piloto do GEPAL realizado entre julho de 2020 e agosto 2021.

À guisa de conclusão

Estamos dando sequência, ampliando e qualificando os serviços das Psicologia & Africanidades com vistas a colaborar com a educação das relações étnico-raciais e a consequente implementação de todas as políticas de ações afirmativas no país. Que neste momento pandêmico estão sofrendo ataques severos no sentido de manter as colonialidades. Entendemos que na busca por superarmos as colonialidades em nossa vida cotidiana precisamos abordar criticamente a branquitude. Essa abordagem é feita por meio de uma perspectiva psicoemocional e intelectual afrocentrada. Mais ainda, visamos ao desenvolvimento de um diálogo transdisciplinar entre saberes originários e saberes acadêmicos com perspectivas negras, africanas e ameríndias, suleadoras e críticas. Essas são características do giro epistemológico que a Psicologia & Africanidades quer performar. Estão todas e todos convidadas/os a jogar nesta roda conosco.

Site - psicologiaeaficanidades.com.br

Redes Sociais - @psicologia_e_africanidades

Referências

Bento, M. A., & Carone, I. (2002). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (2 ed.). Rio de Janeiro: Vozes.

Bento, M. A.; Silveira, M. J. & Nogueira, S. G. (2014). *Identidade, Branquitude e Negritude: contribuições para a Psicologia Social no Brasil, novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo / CEERT.



Castiano, José. Parte IV - Referenciais da Filosofia Africana. In: *Referenciais da Filosofia Africana: Em busca da intersubjetivação*. Gaza: UDEBA, 2010.

Carvalho, Heloísa; Galindo, Dolores; Lopes, Mariana; Fernandes, Saulo e Parra-Valencia, Lilian. (2019). Pomba-giras: contribuições para afrocentrar a Psicologia. Em: *Quaderns de Psicologia*. Vol. 21, n.º 2.

Cunha Junior, H. (2013). Africanidades e Afrodescendência na Educação Brasileira. In: Luz, N. C. do P. (org.) *Descolonização e educação: diálogos e proposições metodológicas*. 1a. Edição. Curitiba: CRV. (p. 45-68).

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido* (17 ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

King, J. E. (2005). *Black education: a transformative research and action agenda for new century*. Washington: American Educational Research Association (AERA).

Munanga, K. (2005). Apresentação. In: Munanga, K. (org.) *Superando o racismo na escola*. 2a. Edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade. pp.15-20.

Munanga, K. (2006). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 2ed. Belo horizonte: Autêntica.

Nobles, W. (2015). From Black Psychology to Sakhu Djaer: implications for the further development of an Pan African Black Psychology. In: *Journal of Black Psychology*. Vol. 4(5) p.399-414.

Nogueira, S. G. & Guzzo, R. S. L. (2016). Psicologia Africana: diálogos com o sul global. In: *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. V 1, n.2, jul/dez, p. 197-218.

Nogueira, S. G. (2019). *Libertação, Descolonização e Africanização da Psicologia: breve introdução à psicologia africana*. São Carlos: EDUFSCar / FAPESP.

Silva, L. A., & Silva, P. B. (2006). *O jogo das diferenças - multiculturalismo e seus sentidos*. Belo horizonte: Autêntica.



Dona Rosa (Mãe de Santo do Jonathas)



Edson Salathiel Pereira
(Tio do Jonathas)



Edna Salathiel
(Mãe do Jonathas)



Vera Lucia Salathiel Pereira
(Tia do Jonathas)



Agnaldo Dias Santos
(Cunhado do Jonathas)



Ilú Obá De Min



Winnie Nascimento dos Santos



Cinthia Vilas Boas / SINPSI SP



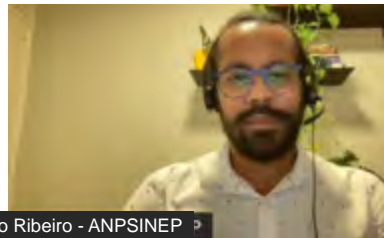
Rosangela Malachias



Maria da Gloria Calado



Eliane Almeida



Igo Ribeiro - ANPSINEP



Clélia Prestes - @AmmaPsique



Ivani Oliveira CRP 06/121139



Shirley Santos - CEERT



Nataly - Intérprete de Libras



Karinne - Intérprete de Libras

Conversa com Jonathas

Olá, Jô! Tudo bem?

Já são seis anos com bastante saudade, porém só não é maior porque o legado por você deixado nos mostra dia a dia o quanto você era amado.

Ah, menino, você nem imagina como o amor e o respeito que por você são revelados nos animam, nos deixam pra cima.

Sabe, Jô... até ameniza um pouco o vazio que invadiu nossos corações.

São inúmeras sensações. A emoção de não vê-lo mais fisicamente, pois espiritualmente você é muito presente. Você ainda é tão vivo nas resenhas dos amigos.

Então, você deu até nome a um troféu, uma premiação, você não é fraco, não!

Puxa, que máximo! Seus ideais continuam firmes, presentes inspirando muita gente. Ah, nós temos saudade, sim! Não aquela saudade com sensação de fim. Só se considera fim, quando ninguém mais lembra, elogia, fala com orgulho da amizade vivida, apenas a pessoa passou e nada deixou. Não é seu caso, você foi e é uma pessoa muito querida.

Bem, Jonathas, vou encerrar por hoje. Beijos de todos nós, família, amigos... Ah, já estava esquecendo, o seu sorriso largo já está por aqui novamente, sabe de quem? É dela, sua sobrinha Antonela. Bem, Jô, estamos juntos pra sempre, até de repente!

Vera Lucia da S. Salathiel Pereira
(a tia orgulhosa)







Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA